

Anabela Cabrita das Dores



**PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA COLABORATIVA
EM PLANEAMENTO
O ESTUDO DE CASO DO
PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO ALGARVE**

**Trabalho de Projecto
de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação**

2009

**Orientação Científica
Prof. Dr.^a Sandra Caeiro**

Anabela Cabrita das Dores

**PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA COLABORATIVA
EM PLANEAMENTO
O ESTUDO DE CASO DO
PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO ALGARVE**

**Trabalho de Projecto
de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação**

2009

**Orientação Científica
Prof. Dr.^a Sandra Caeiro**

“ Citizenship and political participation would have their moments, more various and more numerous than they are today, and even those modern citizens who are privately absorbed might well find such moments happy “

(Walzer, 1996)

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Sandra Caeiro, pela forma como orientou este trabalho e por todo o apoio prestado.

À ARH do Algarve com muito apreço, nomeadamente à Eng^a Valentina Calixto e ao Eng^o Paulo Cruz, respectivamente Presidente e Vice-Presidente, por terem autorizado a implementação da participação pública da 2^a fase do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve, no âmbito deste trabalho de projecto, e disponibilizado toda a informação e meios possíveis para o efeito.

Aos colegas que colaboraram na organização e dinamização da Sessão e Fórum de Participação Públicas, com um agradecimento especial ao André Mascarenhas, Paula Vaz e Sofia Delgado, pela disponibilidade e ajuda na logística destas acções, e também à Ana Isabel Rodrigues, Conceição Gago, João Pinto, Paula Noronha, Paula Silva, Pedro Coelho, Sandra Correia e Zélia Martins por terem aceite desempenhar o papel de facilitador/relator no Fórum de Participação Pública e ou pelo apoio durante a realização de ambos os eventos.

À minha família com muito carinho, em particular ao meu marido e às minhas filhas, pelo incentivo, motivação e compreensão manifestada ao longo deste período, e aos meus pais pelo suporte familiar.

Resumo

Processo de Participação Pública Colaborativa em Planeamento

O Estudo de Caso do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve

Anabela Cabrita das Dores

A Directiva Quadro da Água introduz um novo conceito de gestão integrada da água por bacia hidrográfica, dando ênfase à componente de participação pública nas várias fases de elaboração dos respectivos Planos de Gestão.

Diversos estudos e artigos científicos sobre o estado da cidadania activa, de âmbito internacional e nacional, têm revelado que a grande maioria dos cidadãos ainda não tem o hábito de participar e evidenciam também a deficiente preparação das instituições para a promoção e incentivo à prática contínua da participação pública activa, optando, preferencialmente, por um formato de participação de carácter passivo assente na transmissão de informação e ou na consulta pública.

O presente trabalho de projecto teve como objectivo geral proceder à concepção do processo de participação pública para o estudo de caso do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve, bem como à implementação da participação pública da 2ª fase deste Plano relativa à identificação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água.

Os resultados dos procedimentos adoptados para esta fase, que incluíram as vertentes da informação (internet, imprensa, desdobrável, boletim informativo), consulta (brochuras e ficha de participação pública em papel e *online*) e envolvimento activo (sessão e fórum de participação públicas), foram positivos e deram indicação de que os actores chave envolvidos estão motivados para dar continuidade a este trabalho ao longo das várias etapas de elaboração do referido Plano.

No entanto, é necessário melhorar ainda alguns aspectos, salientando-se, entre outros, o reforço do envolvimento de alguns actores chave nas vertentes da transmissão de informação e consulta pública, a simplificação da linguagem e conteúdo dos documentos disponibilizados, assegurar uma maior representatividade do público - alvo e fomentar a utilização de tecnologias de informação como ferramentas de apoio à decisão.

Concluiu-se, ainda, ser fundamental garantir a integração dos resultados da participação pública nos documentos finais, constituindo este um dos principais factores potenciadores da prática da cidadania activa e aumento da confiança dos cidadãos nas instituições.

Palavras-chave: participação pública, cidadania activa, envolvimento activo, actores chave, Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve, Questões Significativas sobre a Gestão da Água.

Abstract

Collaborative Public Participation in Planning

The Study Case of the Management Plan of the Hydrographical Region of Algarve

Anabela Cabrita das Dores

The Water Framework Directive introduces a new concept of integrated water management per hydrographic basin, giving emphasis to the component of public participation in several phases of elaboration of the respective Management Plans.

Several studies and scientific articles on the state of active citizenship, at the national and international level, have shown that the great majority of citizens do not have still the custom of participating and also show the deficient preparation of institutions to promote and incite the continuous practice of active public participation, opting preferably, by a participation format of passive character based on information transmission and/or public consultation.

The present project work had as general goal to carry out the public participation process conception to the study case of the Management Plan of the Hydrographical Region of Algarve, in the same manner as the implementation of the second phase of public participation of this Plan relating to the Identification of Significant Questions about Water Management.

The results of the adopted proceedings to this phase, that included the areas of information (internet, press, leaflet, information leaflet), consultation (brochures, public participation sheet in paper and *online*) and active involvement (session and public participation forum), were positive and gave the indication that the involved key actors are motivated to continue this work along the several stages of the mentioned Plan establishment.

Nevertheless, it is necessary to improve some aspects yet, stressing, among others, the reinforcement of some key actors involvement in the information transmission and public consultation area, the language simplification and content of available documents, assure a greater target group representativeness and foment the utilization of information technologies as tools of support to decision.

It was concluded, yet, that it is important to assure the integration of public participation results in the final documents, constituting this one of the main potential factors of the active citizenship practice and increase of the citizens' confidence in institutions.

Keywords: public participation, active citizenship, active involvement, key actors, Management Plan of the Hydrographical Region of Algarve, Significant Questions about Water Management

Índice Geral

Resumo	vii
Abstract	ix
Índice de Figuras	xv
Índice de Quadros	xvii
Siglas e Abreviaturas	xxi
1. Introdução	1
2. Revisão da Literatura	7
2.1. A Gestão da Água	7
2.2. Os Princípios da Água	9
2.3. A Cidadania Activa no Contexto Internacional e Nacional	13
2.3.1. Enquadramento Legislativo	13
2.3.2. Estado da Cidadania Activa na Europa e em Portugal	18
2.4. Metodologias de Participação Pública	23
2.4.1. Os Conceitos de Democracia, Cidadania e Participação	23
2.4.2. Caracterização das Principais Metodologias de Participação Pública	26
2.4.3. Fóruns Colaborativos	31
2.4.4. Avaliação de Processos de Participação Pública	36
3. A Directiva Quadro da Água (DQA) e o Conceito de Participação Pública	39
3.1. Enquadramento Legislativo	39
3.2. Experiências a Nível Europeu. O Caso de Espanha	40
3.3. Aplicação da DQA no Contexto Nacional e Regional	43
4. O Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve (PGRHA)	47
4.1. Enquadramento	47

4.2.	Caracterização da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve	48
4.3.	Faseamento e Calendarização	51
4.4.	PGRHA – Fase 2: As Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA)	52
5.	Metodologia e Concepção do Projecto	59
5.1.	Enquadramento	59
5.2.	Concepção do Processo de Participação Pública do PGRHA	60
5.2.1.	Objectivos Gerais, Específicos e Evolutivos	62
5.2.2.	Actores Chave	63
5.2.3.	Espaços para a Realização das Acções	65
5.2.4.	Actividades e Recursos	66
5.2.4.1.	Actividades	66
5.2.4.2.	Recursos	76
5.2.5.	Avaliação	80
5.3.	Implementação do Processo de Participação Pública do PGRHA – Fase 2	83
5.3.1.	Página da Internet da ARH do Algarve	92
5.3.2.	Desdobrável	92
5.3.3.	Boletim Informativo da ARH do Algarve	93
5.3.4.	Imprensa Regional	93
5.3.5.	Sessão de Participação Pública	94
5.3.6.	Inquéritos por Entrevista	97
5.3.7.	Fórum de Participação Pública	98
5.3.8.	Consulta Pública	105
6.	Resultados e Discussão da Implementação do Processo de Participação Pública do PGRHA – Fase 2	107
6.1.	Resultados	107
6.1.1.	Sessão de Participação Pública	107
6.1.2.	Inquéritos por Entrevista	111

6.1.3. Fórum de Participação Pública	116
6.1.4. Consulta Pública	129
6.2. Avaliação	130
6.2.1. Sessão de Participação Pública	130
6.2.2. Fórum de Participação Pública	134
6.2.3. Recursos Materiais/Humanos e Financeiros	140
6.2.4. Contexto, Processo e Resultados	145
6.3. Discussão	151
6.3.1. Sessão de Participação Pública	152
6.3.2. Inquéritos por Entrevista	154
6.3.3. Fórum de Participação Pública	155
6.3.4. Apreciação Global	158
7. Conclusões e Recomendações	167
8. Referências Bibliográficas	171
Anexos	
Anexo A – Composição do Conselho de Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve	181
Anexo B – Página da Internet da ARH do Algarve	185
Anexo C – Desdobrável	189
Anexo D – Boletim Informativo da ARH do Algarve	193
Anexo E – Sessão de Participação Pública: Divulgação, Organização e Avaliação	197
Anexo F – Inquérito por Entrevista: Guião	211
Anexo G – Fórum de Participação Pública: Divulgação, Organização, Avaliação e Resultados	215
Anexo H – Consulta Pública: Ficha de Participação Pública <i>On Line</i> .	231
Anexo I – Fotografias da Sessão e Fórum de Participação Públicas	235

Índice de Figuras

Figura 3.1 - Delimitação das regiões hidrográficas	44
Figura 4.1 - Área de jurisdição da Administração da Região Hidrográfica do Algarve	49
Figura 5.1 - Mapa conceptual para a avaliação de processos de participação pública	81
Figura 5.2 - Programa da Sessão de Participação Pública	95
Figura 5.3 - Programa do Fórum de Participação Pública	101
Figura 5.4 - Equipa dinamizadora do Fórum	104
Figura 6.1 - Entidades presentes na Sessão de Participação Pública	108
Figura 6.2 - Apresentação do Vice - Presidente da ARH do Algarve na sessão de abertura	116
Figura 6.3 - Entidades/Associações confirmadas antes da realização do Fórum	119
Figura 6.4 - Entidades/Associações presentes no Fórum	119
Figura 6.5 - Grupo 1 na sessão de trabalho em grupo	120
Figura 6.6 - Grupo 3 na sessão de trabalho em grupo	120
Figura 6.7 - Grupo 5 na sessão de trabalho em grupo	121
Figura 6.8 - Grupo 6 na sessão de trabalho em grupo	121
Figura 6.9 - Afixação dos cartazes para votação na sessão plenária	122
Figura 6.10 - Divulgação da Sessão – Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas	131
Figura 6.11 - Organização e Desenvolvimento da Sessão – Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas	132
Figura 6.12 - Natureza da Sessão – Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas.....	133

Figura 6.13 - Divulgação do Fórum – Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas	135
Figura 6.14 - Resposta à questão: Como teve conhecimento da realização deste Fórum?	135
Figura 6.15 - Organização e Desenvolvimento do Fórum – Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas	137
Figura 6.16 - Resposta à questão: O que gostou mais e o que gostou menos?	137
Figura 6.17 - Participação Pública Activa – Percentagem do grau de concordância em relação ao total de respostas	138
Figura 6.18 - Resposta positiva à questão: Já tinha participado em alguma iniciativa de participação pública?	139
Figura 6.19 - Resposta negativa à questão: Já tinha participado em alguma iniciativa de participação pública?	139

Índice de Quadros

Quadro 2.1	- Princípios de planeamento dos recursos hídricos	10
Quadro 2.2	- Processos de participação pública de carácter passivo	26
Quadro 2.3	- Processo de participação pública de carácter activo	28
Quadro 4.1	- Calendarização para a elaboração do PGRHA	51
Quadro 4.2	- Percentagem de respostas recebidas, por sector, relativamente ao total de inquéritos distribuídos	53
Quadro 4.3	- Listagem das QSiGA identificadas para a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve	54
Quadro 4.4	- Caracterização das QSiGA relativas a pressões e impactos	55
Quadro 4.5	- Caracterização das QSiGA de ordem normativa, organizacional e económica	56
Quadro 5.1	- Proposta alternativa de calendarização para a elaboração do PGRHA	61
Quadro 5.2	- Acções de participação pública a desenvolver nas várias fases de elaboração do PGRHA	69
Quadro 5.3	- Estimativa de custo do material/equipamento e meios humanos a utilizar no processo de participação pública do PGRHA	79
Quadro 5.4	- Grelha de apreciação global para aplicação em cada fase da participação pública do PGRHA	83
Quadro 5.5	- Identificação das acções programadas, por etapas/objectivos, para o processo de participação pública do PGRHA – 2ª fase	88
Quadro 6.1	- Grelha de observações com registo de intervenções/autor e de referências/questão durante o período do debate	109
Quadro 6.2	- Principais questões abordadas nas fichas de participação pública, entregues no decurso da Sessão de Participação Pública	111

Quadro 6.3 - Identificação das entidades sujeitas a inquérito por entrevista	112
Quadro 6.4 - Síntese dos resultados do inquérito por entrevista, relativamente à identificação individual dos problemas, aspectos positivos e medidas	114
Quadro 6.5 - Identificação das entidades presentes no Fórum de Participação Pública	118
Quadro 6.6 - Participantes e facilitadores/relatores do Grupo 1	120
Quadro 6.7 - Participantes e facilitadores/relatores do Grupo 3	120
Quadro 6.8 - Participantes e facilitadores/relatores do Grupo 5	121
Quadro 6.9 - Participantes e facilitadores/relatores do Grupo 6	121
Quadro 6.10 - Votação resultante da sessão plenária para a Questão 1	123
Quadro 6.11 - Análise comparativa da votação resultante da sessão plenária para a Questão 1 com a proposta de Questões Significativas sobre a Gestão da Água	125
Quadro 6.12 - Votação resultante da sessão plenária para a Questão 2	127
Quadro 6.13 - Votação resultante da sessão plenária para a Questão 3	128
Quadro 6.14 - Principais questões abordadas nas fichas de participação pública enviadas por correio electrónico	129
Quadro 6.15 - Avaliação da Sessão na componente de divulgação	131
Quadro 6.16 - Avaliação da Sessão na componente de organização e desenvolvimento	132
Quadro 6.17 - Avaliação da Sessão na componente relativa à sua natureza	133
Quadro 6.18 - Avaliação do Fórum na componente da divulgação	134
Quadro 6.19 - Avaliação do Fórum na componente de organização e desenvolvimento	136
Quadro 6.20 - Avaliação do Fórum na componente de participação pública activa	138

Quadro 6.21 - Grelha de avaliação dos recursos materiais e humanos aplicados na 2ª fase do PGRHA	140
Quadro 6.22 - Grelha de avaliação dos recursos financeiros aplicados na 2ª fase do PGRHA	143
Quadro 6.23 - Grelha de avaliação do contexto, processo e resultados do processo de participação pública da 2ª fase do PGRHA ...	146
Quadro 6.24 - Articulação entre problemas, aspectos positivos e medidas propostas	157

Siglas e Abreviaturas

ADVISOR	- Integrated Evaluation for Sustainable River Basin Governance
ARH do Algarve	- Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P.
CCDR Algarve	- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CNA	- Conselho Nacional da Água
CRH	- Conselho de Região Hidrográfica
DQA	- Directiva Quadro da Água
EPA	- United States Environmental Protection Agency
FLAD	- Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento
INAG	- Instituto da Água, I. P.
LPN	- Liga para a Protecção da Natureza
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos
PBHRA	- Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve
PGRHA	- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve
QSiGA	- Questões Significativas sobre a Gestão da Água
SIDS Algarve	- Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve
SIG	- Sistemas de Informação Geográfica
TAI	- The Access Initiative
TURH	- Taxa de Utilização dos Recursos Hídricos
UE	- União Europeia
UNL-ISEGI	- Universidade Nova de Lisboa - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação

1. Introdução

Justificação e Enquadramento

A crescente urbanização e os consideráveis desenvolvimentos tecnológicos e industriais que se têm verificado, sensivelmente desde a segunda metade do século XX, têm provocado inúmeras mudanças nos padrões da vida social, circunstância que se tem reflectido no aumento da pressão sobre os recursos hídricos, quer do ponto de vista da sua procura, quer na degradação da sua qualidade (Vieira, 2003).

O aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável no início dos anos 90 constituiu um factor determinante na adopção de um novo paradigma, na medida em que se passou a reconhecer a água como um valor ecológico e social e a adoptar novas estratégias de intervenção que apontavam para a criação de uma nova cultura da água.

A Directiva Quadro da Água (DQA), Directiva nº 2000/60/CE, de 23 de Outubro, e o diploma que transpõe este diploma para a legislação nacional, a Lei da Água, Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro, reflectem esta tendência ao promoverem o conceito de gestão integrada dos recursos hídricos, o qual pressupõe, entre outros aspectos, que seja devidamente contemplada a componente de participação activa do público em geral no processo de decisão. Estes pressupostos, por sua vez, assentam nos princípios proclamados pela Conferência do Rio, em 1992, e pela Convenção Aarhus sobre o *Acesso à Informação, Participação Pública na tomada de decisões e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais*.

Considerando estas directrizes, a experiência que, a nível europeu, já existe em termos de gestão dos recursos hídricos por bacia hidrográfica, envolvendo activamente a participação pública dos actores chave, e o facto de, no contexto nacional e regional, se estarem a dar os primeiros passos nestes domínios, torna-se necessário, no âmbito da elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve (PGRHA), desenvolver um projecto que vise promover o envolvimento activo de todos os interessados nas questões associadas à gestão dos recursos hídricos.

A Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P. (ARH do Algarve), em funcionamento desde Outubro de 2008, tem a seu cargo esta, entre outras tarefas,

contando para o efeito com a experiência de algumas acções de participação pública activa já realizadas na região algarvia, nomeadamente no âmbito da implementação do projecto “Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve” (CCDR Algarve, 2008).

Pretende-se assim, para além de assegurar a divulgação e consulta de informação nos prazos previstos pela lei, que este instrumento de planeamento seja elaborado na base do consenso, contrariando as tendências que se verificaram no passado, com a predominância de processos de participação pública passivos.

Efectivamente, atendendo à emergência de uma nova “cultura da água”, em que os factores sociais e culturais ganham uma importância considerável sob o lema “aprender em conjunto para gerir em conjunto” (Ridder *et al*, 2005), na perspectiva da promoção da cidadania activa e da democracia participativa em processos de planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos, faz sentido investir, no âmbito da elaboração deste Plano de Gestão, na implementação de uma metodologia inovadora em termos de participação pública, que complemente as tradicionais vertentes de divulgação de informação e consulta do público.

Experiência Pessoal e Motivação na Escolha do Estudo de Caso

A mestranda é actualmente funcionária da ARH do Algarve, estando integrada no Departamento de Planeamento, Informação e Comunicação, na qualidade de responsável pela Divisão de Informação e Comunicação. Este Departamento tem, entre outras atribuições, as incumbências de “(...) assegurar o acesso à informação por parte de todos os interessados e dinamizar a participação pública na gestão de recursos hídricos (...)”, bem como “(...) apoiar a educação ambiental e a sensibilização para o uso sustentável da água, incentivando a sua gestão participada (...)” (Portaria nº 394/2008, de 5 de Junho).

Atendendo a que a ARH do Algarve sucede a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) nas suas atribuições e competências no domínio dos recursos hídricos e que a mestranda também é proveniente deste Serviço, é de salientar as tarefas desenvolvidas de coordenação e acompanhamento do projecto “Sistema de Indicadores e Desenvolvimento Sustentável

do Algarve”, que incluiu uma forte componente de participação pública implementada ao nível regional e local.

Face à experiência adquirida neste âmbito, quer da parte da mestranda, quer dos restantes elementos da equipa técnica daquele projecto, e ao facto do Departamento onde actualmente se encontra integrada ter a responsabilidade de implementação do referido Plano de Gestão, bem como da dinamização do respectivo processo de participação pública, considerou-se pertinente a escolha do presente estudo de caso pelos seguintes motivos:

- Interesse em aprofundar diversos aspectos relacionados com a prática da cidadania activa em geral, e em particular em processos de planeamento de recursos hídricos;
- Oportunidade de conceber e propor os procedimentos de participação pública para as várias fases do processo de elaboração do PGRHA, que se encontra actualmente numa fase de arranque;
- Possibilidade de implementar a participação pública na 2ª fase deste instrumento de planeamento, uma vez que esta decorre durante o período de elaboração do presente trabalho de projecto.

A motivação para a análise deste estudo de caso é, deste modo, elevada, pois permitirá contribuir positivamente para duas vertentes: o enriquecimento pessoal, através da aquisição e consolidação de conhecimentos na área em estudo, e o melhor desempenho profissional individual e colectivo, ao proporcionar também à ARH do Algarve a possibilidade de exercer melhor as suas competências no domínio da participação pública em processos de planeamento dos recursos hídricos.

Objectivos

Pretende-se com este trabalho dar algum contributo para a melhoria do desempenho dos serviços públicos na dinamização de procedimentos de participação pública em processos de planeamento, em particular de planeamento de recursos hídricos, mediante a articulação de três vertentes: informação, consulta e envolvimento activo.

Um dos principais objectivos deste projecto foi a concepção do processo de participação pública colaborativa para as várias fases de elaboração do PGRHA. Foi também outro objectivo a implementação do processo de participação da fase 2 do PGRHA e a respectiva avaliação.

No âmbito da componente relativa ao envolvimento activo (implementação da fase 2), foi objectivo proporcionar espaços adequados à participação de todos os actores chave interessados na gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, desde as primeiras etapas do processo, visando a procura de soluções consensuais e a minimização do conflito e assegurar e ou viabilizar a integração dos seus diversos pontos de vista no documento final do Plano de Gestão em apreço.

Organização do Estudo

O presente trabalho de projecto divide-se em 5 capítulos principais: Revisão da Literatura, a Directiva Quadro da Água e o Conceito de Participação Pública, o Plano de Gestão da Região Hidrográfica da Região do Algarve, Metodologia e Concepção do Projecto e Resultados e Discussão da Implementação do Processo de Participação Pública do PGRHA – Fase 2.

Assim, antes de se proceder à descrição da metodologia e concepção do processo de participação pública do PGRHA, bem como da implementação da respectiva fase 2, é efectuada, no capítulo 2, uma revisão da literatura, visando abordar aspectos relacionados com:

- A gestão da água a nível mundial e nacional, analisando os principais problemas associados à sua qualidade e quantidade;
- Os princípios da água a considerar na sua gestão integrada e sustentável, reflectidos em alguns diplomas legais e no Plano Nacional da Água;
- O estado da cidadania activa no contexto internacional e nacional, mediante a análise de diplomas legais publicados e dos resultados de alguns estudos e inquéritos;
- O estado da arte das metodologias de participação pública existentes, com destaque para os fóruns colaborativos.

Pretende-se assim reflectir sobre o contexto sócio - cultural, legislativo, político e institucional em que este trabalho se desenvolve, no sentido de melhor se fundamentar as opções metodológicas em que assenta a concepção do projecto e a implementação de uma das suas fases.

No capítulo 3 é analisado:

- O conteúdo da Directiva Quadro da Água e a forma como o conceito de participação pública é abordado neste diploma;
- Algumas experiências que, a nível europeu, têm sido promovidas na sequência da publicação deste diploma legal, na perspectiva da implementação de procedimentos de participação pública mais eficazes, com destaque para o caso do Plano Hidrológico 2009 para demarcação espanhola da Bacia Hidrográfica do Guadiana;
- Alguns projectos de participação pública de sucesso de âmbito nacional e regional.

O capítulo 4 apresenta a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, enquanto área de intervenção do PGRHA, bem como a calendarização prevista para a elaboração das várias fases que o compõem e ainda a caracterização da fase 2 – As Questões Significativas da Gestão da Água -, que é objecto de implementação no âmbito do presente trabalho.

Uma vez contextualizado o estudo de caso em apreço, o capítulo 5 contempla a apresentação da metodologia adoptada para a concepção do processo de participação pública do PGRHA, definindo:

- Os objectivos gerais, específicos e evolutivos;
- A forma de selecção dos actores – chave e dos espaços para a realização das acções;
- As principais actividades a desenvolver e os recursos a afectar;
- O processo de avaliação a aplicar, no sentido de verificar a eficácia, eficiência e coerência do projecto.

Neste capítulo também se procede à descrição das principais componentes que caracterizam a implementação da fase 2 do PGRHA, cujo período de participação pública coincide com o prazo de elaboração do presente trabalho de projecto.

Finalmente, no capítulo 6 são apresentados os resultados, avaliação e discussão da implementação desta fase do PGRHA. Assim, são apresentados essencialmente os resultados da consulta pública e entrevistas efectuadas, bem como da participação dos actores – chave na sessão e fórum de participação públicas.

Por sua vez, a avaliação contempla, quer os resultados da avaliação efectuada pelos participantes no final da sessão e do fórum de participação públicas, quer a avaliação da mestranda em relação aos recursos utilizados e uma apreciação global do contexto, processo e resultados obtidos.

A discussão consiste numa reflexão e balanço acerca da metodologia utilizada e resultados obtidos, tendo em consideração os dados previamente recolhidos na investigação efectuada.

O capítulo 7 apresenta as principais conclusões deste trabalho, reflectindo os seus aspectos positivos e negativos, bem como algumas recomendações a ter em consideração em futuras acções de participação pública, no sentido de melhorar ou evitar os aspectos menos positivos e reforçar aqueles que mais contribuíram para o sucesso deste estudo de caso.

2. Revisão da Literatura

2.1. A Gestão da Água

A água é uma das principais necessidades da vida na Terra e um dos bens essenciais ao Homem.

Cobre dois terços da superfície total do Planeta, mas é considerado um bem escasso devido à desigualdade da sua distribuição geográfica, pois a maioria dos recursos são internacionais e 60% das reservas de água existentes estão concentradas em 10 países, e à relativa escassez de água doce acessível para consumo humano (Teunissen, 2008).

Na verdade, neste momento são muitos os locais do mundo que já sofrem de uma escassez crónica e severa de água, nomeadamente no Norte de África e no Médio Oriente, prevendo-se que, no prazo de 30 anos, 5,5 biliões de pessoas viverão em condições de moderada a severa escassez de água (Teunissen, 2008).

Esta situação está associada a vários factores que se prendem com as questões de disponibilidade e qualidade da água.

Assim, em termos de **disponibilidade** da água há a salientar os seguintes aspectos:

- Perspectiva-se que o crescimento populacional e desenvolvimento económico projectado para o próximo quarto de século se verifiquem em zonas onde já persiste a escassez de água (Giddens, 2004);
- O aquecimento global tem também um impacto potencial no esgotamento das reservas de água, pois embora a quantidade de água disponível tenha tendência a aumentar devido à subida da temperatura que provoca a fusão de água nos calotes polares, à medida que as temperaturas aumentarem também maior será a quantidade de água necessária para o consumo e a rega, para além de se prever ainda o crescimento das taxas de evaporação. As alterações climáticas poderão ainda afectar os padrões de chuva existentes (Giddens, 2004);

- O crescimento da população em geral também contribuirá para o aumento da pressão humana sobre este recurso, em termos de sobre - exploração dos aquíferos e ou desvio de cursos de água (Carmo, 2001);
- A relação entre a disponibilidade de recursos hídricos e os conflitos internacionais é também um aspecto a considerar, pois a maior parte dos recursos são internacionais, situação que assume particular importância em áreas de escassez de água, onde rios e outros cursos de água atravessam fronteiras de diferentes países (Carmo, 2001);
- É imprescindível assegurar caudais de água suficientes, que permitam suportar o equilíbrio e funcionamento dos ecossistemas (OCDE, 2003).

Relativamente às questões associadas à necessidade de se assegurar a adequada **qualidade** da água, verifica-se actualmente a seguinte situação:

- No início do séc. XXI, 1,1 mil milhões de pessoas ainda não dispunham de acesso a um fornecimento de água seguro e 2,4 mil milhões não tinham acesso a saneamento básico (OCDE, 2003);
- Embora na Europa e nos países mais desenvolvidos existam actualmente poucos rios considerados muito poluídos, nos países em vias de desenvolvimento 90% da totalidade de águas residuais são ainda encaminhadas, sem tratamento, para os rios ou riachos locais (OCDE, 2003), restringindo ainda mais as reservas disponíveis e degradando os ecossistemas associados;
- A poluição de massas de água por químicos e nutrientes agrícolas constitui um problema crescente, assim como a contaminação por metais pesados e poluentes orgânicos persistentes (OCDE, 2003);
- A intrusão salina é outro factor que pode influenciar a qualidade da água, associado à exploração das águas subterrâneas ao longo da costa (Carmo, 2001).

Em Portugal, as preocupações não são diferentes, verificando-se, no entanto, uma maior incidência nos problemas de qualidade da água relativamente às questões de abastecimento.

Por outro lado, é ainda de salientar as relações existentes entre Portugal e Espanha sobre matérias relativas aos recursos hídricos e que têm sido suportadas por tratados, convénios e convenções, para além da promoção de projectos conjuntos, atendendo às bacias hidrográficas que partilham: rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana.

Uma adequada gestão da água deverá, assim, responder a um conjunto de necessidades partilhadas pela população mundial, mas com maior incidência nalguns pontos do Planeta, associadas ao indispensável abastecimento equitativo de recursos hídricos e à garantia de uma adequada qualidade de água, mas também à crescente consciencialização da importância de manter o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos.

A resolução deste problema ambiental passa essencialmente pela modificação dos comportamentos das populações, mediante a redefinição dos papéis e responsabilidades dos actores públicos e privados (NOSTRUM-DSS, 2008) e do cidadão em geral, os quais deverão convergir na melhoria da eficiência do uso da água. Ou seja, trata-se da necessidade de criação de uma nova cultura da água associada à mudança de atitude da sociedade em relação à forma como a água deve ser utilizada, gerida e valorizada (Vieira, 2003).

2.2. Os Princípios da Água

O conceito de sustentabilidade defende que os ideais de desenvolvimento e preservação não são incompatíveis, mas conforme a afirmação de Leonardo Boff “(...) para cuidar do Planeta precisamos todos de passar numa alfabetização ecológica e rever novos hábitos de consumo (...)” (Campello, 2007).

A educação e sensibilização ambiental associada à promoção de uma cidadania activa constituem factores essenciais para a prática do poder partilhado e para a implementação de uma nova cultura da água, dinamizada por uma governança que fomente a tomada de decisão de forma integrada e assente em valores e princípios perfeitamente enraizados na consciência individual.

Neste contexto, emerge o Homem no centro de um ecossistema global, que tem todo o interesse em assegurar a manutenção da sua qualidade de vida em harmonia com

a Natureza, mantendo-se, prioritariamente, uma predominância da corrente antropocêntrica nos instrumentos de planeamento ambiental, mas também com influências de outras correntes ecocêntricas. Todas estas correntes, em articulação, vão criando as condições necessárias para se trilhar o caminho em direcção à ambicionada sustentabilidade, mediante a mudança de atitudes e de comportamentos.

Exemplo deste esforço de articulação é o caso da DQA (Directiva nº 2000/60/CE, de 23 de Outubro), e consequentes instrumentos de planeamento nacionais, que surgiu pela necessidade de desenvolvimento de um novo instrumento legal que estabelecesse os princípios básicos comuns de uma política sustentável da água na UE e uma abordagem de protecção da qualidade da água mais abrangente e integrada. Esses princípios são esboçados nesta Directiva, mas mais desenvolvidos na Lei da Água (Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro), no artº 25º - Princípios do planeamento das águas, e no Plano Nacional da Água (INAG, 2004), no cap. I – Princípios orientadores e de contexto.

Neste último documento, o capítulo que descreve estes princípios fundamentais principia da seguinte forma:

“As decisões político-administrativas associadas ao planeamento dos recursos hídricos podem ser enformadas por princípios específicos da actividade de planeamento, mas também devem ser conformadas pelos princípios fundamentais e gerais que tocam todos os modelos de decisão deste subsistema jurídico (...)”.

Assim, de acordo com o estabelecido nestes últimos documentos, são definidos no Quadro 2.1 os seguintes princípios:

Quadro 2.1 – Princípios de planeamento dos recursos hídricos

- **Administração do Ambiente**
 - **Gestão integrada** de Regiões Hidrográficas;
 - Coordenação e **cooperação** internacionais;
 - **Subsidiariedade** ou nível mais adequado de acção.

Quadro 2.1 – Princípios de planeamento dos recursos hídricos (cont.)

<ul style="list-style-type: none">• Planeamento e Gestão<ul style="list-style-type: none">- Globalidade, contemplando, de forma integrada, os vários aspectos ou vertentes relacionadas com os recursos em apreço;- Racionalidade, procurando a optimização das várias origens de água e a satisfação das diversas necessidades, articulando a procura e a oferta e salvaguardando a preservação quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos;- Integração, pois o planeamento dos recursos hídricos deve ter em consideração outras políticas de planeamento sectorial e regional;- Participação, ao garantir o envolvimento dos agentes económicos e das populações;- Estratégia, ao incentivar a partilha de decisões com a população.
<ul style="list-style-type: none">• Ambientais<ul style="list-style-type: none">- Prevenção, ao orientar as acções para a preservação de ocorrência de danos e disfunções ambientais;- Precaução, determinando a ocorrência de acções preventivas ou a proibição de actividades sempre que existe um grau de risco desadequado para a qualidade da água;- Abordagem combinada, nos controlos de emissões com base nas melhores técnicas disponíveis ou valores limite de emissões pertinentes, incluindo sempre que necessário as melhores práticas ambientais;- Utilização da melhor tecnologia, que demonstre aptidão para evitar ou reduzir os impactes no meio hídrico.
<ul style="list-style-type: none">• Sociais<ul style="list-style-type: none">- Sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando o bem estar das gerações presentes e futuras;- Solidariedade e coesão nacionais, no sentido de atenuar e não agravar assimetrias.

Quadro 2.1 – Princípios de planeamento dos recursos hídricos (cont.)

- **Económico – Financeiros**

- **Água bem económico**, reconhecendo que a utilização da água tem um preço;
- **Uso eficiente da água**, maximizando a utilização de um determinado volume de água e restringindo utilizações não essenciais;
- **Utilizador – pagador**, na perspectiva de que todos os utilizadores devem respeitar o custo da utilização dos recursos hídricos associado aos custos ambientais e à escassez do recurso;
- **Poluidor – pagador**, que pressupõe o envolvimento activo dos utilizadores na tomada de decisões relativas ao planeamento dos recursos hídricos;
- **Responsabilidade**, no sentido de responsabilizar os agentes pelos actos danosos sobre o recurso água, através da internalização de custos sociais (poluidor – pagador), da reparação do dano e da utilização de penalizações eficazes.

Fonte: Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro; INAG, 2004.

Finalmente, no artº 25º da Lei da Água, ainda é feita referência a um outro princípio que se considera importante realçar, embora esteja implícito em alguns dos já descritos, que é o princípio da durabilidade, o qual define que “(...) o planeamento da água deve atender à continuidade e estabilidade do recurso em causa, protegendo a sua qualidade ecológica e capacidade regenerativa”.

Neste sentido, atendendo a que, a nível comunitário e nacional, os planos de acção em matéria de ambiente, as estratégias e a legislação temática definem e contemplam já muitos dos princípios e valores essenciais, que favorecem a aproximação entre ética e política do ambiente, pois servem de suporte e de enquadramento para a tomada de decisão, tudo indica que actualmente o que falta para que esta articulação se concretize plenamente é a aplicação prática e efectiva de alguns dos princípios definidos associados à sensibilização, informação e participação pública.

Só o reforço da consciência ecológica em cada cidadão, associado, técnico ou político, mediante a interiorização de valores compatíveis com o respeito, solidariedade,

cooperação, responsabilidade, entre outros, poderá contribuir para que estes determinem e influenciam as suas atitudes, decisões e comportamentos.

A educação ambiental, neste âmbito, desempenhará um papel fundamental, não apenas junto das camadas mais jovens, mas em todas as faixas etárias, devendo para o efeito serem utilizados vários canais de comunicação e agentes de socialização: escola, meios de comunicação social, Internet, entre outros.

Por outro lado, o incentivo e promoção de uma participação pública activa, envolvendo os cidadãos devidamente sensibilizados para as questões ambientais, contribuirá para a necessária mudança do modo de governação, que pressupõe a definição e atribuição de novos papéis e responsabilidades aos actores públicos e privados, a tomada de decisões por consenso, a transparência das decisões e uma abordagem horizontal potenciadora de parcerias – **uma nova governança**.

2.3. A Cidadania Activa no Contexto Internacional e Nacional

2.3.1. Enquadramento Legislativo

A prática de uma cidadania activa, traduzida na efectiva e eficaz integração dos interesses e percepções dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, está prevista em muitos diplomas legais, convenções ou conferências a nível internacional, mas ainda não constitui um objectivo plenamente cumprido.

Na verdade, a participação pública tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante, por exemplo, nas questões ambientais, constatando-se, no entanto, que nem sempre os procedimentos aplicados são os mais eficientes, tornando-se, por isso, fundamental continuar a investir em métodos e formas de comunicação mais eficazes entre decisores, técnicos e cidadãos.

Exemplos de orientações políticas, quer consubstanciadas em legislação, quer em convenções ou outro tipo de acordos internacionais, são o caso da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, de Estocolmo (1972), cujas principais conclusões salientavam a importância da informação, da responsabilidade dos cidadãos na

preservação do ambiente e da importância da educação ambiental neste processo, bem como da Convenção de Espoo (1991) ou da Conferência do Rio (ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento) que já prevêem a participação do público nalgumas fases dos processos.

Em 1994, a Conferência do Cairo (Conferência das Nações Unidas para a População e o Desenvolvimento) promoveu a ideia do desenvolvimento centrado nos seres humanos, na perspectiva de que as comunidades devem participar no planeamento e realização de acções conducentes ao desenvolvimento.

Mais tarde, a Convenção Aarhus sobre o *Acesso à Informação, Participação Pública na tomada de Decisões e Acesso à Justiça nos Assuntos Ambientais*, datada de 1998 e em vigor desde 2001, propôs o desenvolvimento do acesso público a informação na posse de autoridades públicas, o favorecimento da participação pública em tomada de decisões com impactes sobre o ambiente e o alargamento do acesso à justiça.

Do ponto de vista de planeamento dos recursos hídricos, há a salientar a DQA, que reforça a importância da participação pública na gestão dos recursos hídricos, encorajando o envolvimento activo de todas as partes interessadas, em particular na produção, revisão e actualização dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica.

Portugal tem assinado uma parte significativa dos acordos e compromissos internacionais, que têm vindo a ser celebrados, relativos ao direito à informação e participação pública, como é o caso da Convenção de Espoo, da Conferência do Rio ou da Convenção de Aarhus.

Do ponto de vista da legislação nacional, é de salientar que, desde 1976, a Constituição da República Portuguesa consagra o direito de participação dos cidadãos na tomada de decisão pelos Órgãos Administrativos e que a Lei de Bases do Ambiente (1987) definiu o princípio da participação e os diferentes grupos sociais que deveriam intervir na formulação e execução da política de ambiente e ordenamento do território.

Indica-se seguidamente outra legislação que foi sendo publicada a nível nacional e foi contribuindo para a consolidação dos direitos dos cidadãos em termos de participação:

- Lei nº 35/98, de 18 de Julho, que define o acesso à informação e os direitos de participação e de intervenção das ONGAs junto da administração pública, com vista à promoção da qualidade ambiental;
- Lei nº 94/99, de 16 de Junho, que estabelece o acesso a documentos da administração em matéria de ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva do Conselho nº 90/313/CE, de 7 de Junho de 1990;
- DL nº 380/99 (com as alterações do DL nº 316/2007), que confere o direito à informação e à participação, de acordo com os artigos 5º e 6º que se descrevem seguidamente:

Direito à informação

1 - Todos os interessados têm direito a ser informados sobre a elaboração aprovação, acompanhamento, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

2 - O direito à informação referido no número anterior compreende as faculdades de:

a) Consultar os diversos processos acedendo, designadamente, aos estudos de base e outra documentação, escrita e desenhada, que fundamentem as opções estabelecidas;

b) Obter cópias de actas de reuniões deliberativas e certidões dos instrumentos aprovados;

c) Obter informações sobre as disposições constantes de instrumentos de gestão territorial, bem como conhecer as condicionantes e as servidões aplicáveis ao uso do solo.

3 - As entidades responsáveis pela elaboração e pelo registo dos instrumentos de gestão territorial devem criar e manter actualizado um sistema que assegure o exercício do direito à informação, designadamente através do recurso a meios informáticos.

Direito de participação

1 - Todos os cidadãos bem como as associações representativas dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais têm o direito de participar na elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

2 - O direito de participação referido no número anterior compreende a possibilidade de formulação de sugestões e pedidos de esclarecimento ao longo dos procedimentos de elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação, bem como a intervenção na fase de discussão pública que precede obrigatoriamente a aprovação.

3 - As entidades públicas responsáveis pela elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial divulgam, designadamente através da comunicação social:

a) A decisão de desencadear o processo de elaboração, alteração ou revisão, identificando os objectivos a prosseguir;

b) A conclusão da fase de elaboração, alteração ou revisão, bem como o teor dos elementos a submeter a discussão pública;

c) A abertura e a duração da fase de discussão pública;

d) As conclusões da discussão pública;

e) Os mecanismos de execução utilizados no âmbito dos instrumentos de gestão territorial;

f) O início e as conclusões dos procedimentos de avaliação.

4 - As entidades referidas no número anterior estão sujeitas ao dever de ponderação das propostas apresentadas, bem como de resposta fundamentada aos pedidos de esclarecimento formulados.

- DL n° 69/2000, de 3 de Maio (Avaliação de Impacte Ambiental) e DL n° 232/2007, de 15 de Junho (Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas), sendo este último procedimento obrigatório nos planos que possam vir a enquadrar projectos susceptíveis de terem impactes ambientais.

Assim, de acordo com o artigo 14º do DL nº 69/2000:

4 - Compete ao IPAMB decidir, em função da natureza e complexidade do projecto, dos seus impactes ambientais previsíveis, ou do grau de conflitualidade potencial da execução daquele, a forma de concretização adequada da consulta pública, a qual pode incluir a realização de audiência públicas a realizar nos termos do artigo seguinte, ou constituir qualquer outra forma adequada de auscultação dos interessados.

5 - No prazo de 15 dias após a realização da consulta pública, o IPAMB envia ao presidente da comissão de avaliação o «relatório da consulta pública», que deve conter a descrição dos meios e formas escolhidos para a publicitação do projecto e participação dos interessados, bem como a síntese das opiniões predominantemente expressas e a respectiva representatividade.

- Lei da Água (Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro), que estabelece no artigo 84º o princípio da participação, conforme se apresenta seguidamente:

Compete ao Estado, através da autoridade nacional da água e das ARH, promover a participação activa das pessoas singulares e colectivas na execução da presente lei, especialmente na elaboração, revisão e actualização dos planos de gestão de bacia hidrográfica, bem como assegurar a divulgação das informações sobre as águas ao público em geral e em especial aos utilizadores dos recursos hídricos, nos termos e com os limites estabelecidos na legislação aplicável.

Verifica-se assim que Portugal tem uma legislação vasta e actualizada no que respeita a assegurar o acesso e liberdade de informação (Vasconcelos e Fonseca, 2006), embora nem sempre seja aplicada convenientemente pela Administração Pública, umas vezes por falta de clareza dos diplomas legais, outras por falta de conhecimentos e recursos por parte dos respectivos recursos humanos para conseguirem colocar em prática eficazmente os procedimentos de participação pública.

Efectivamente, com excepção da Lei da Água que refere claramente a necessidade de promover uma participação activa, embora sem detalhar como esta se deverá processar, os diplomas anteriores não fazem esta referência, associando o processo de

participação pública essencialmente à vertente da informação e consulta pública, mediante a realização de audiências públicas e ou a recepção de sugestões e comentários por parte dos interessados.

Neste contexto, também na prática institucional os procedimentos de participação pública se têm restringido maioritariamente à divulgação de informação e consulta pública, ou seja, é normalmente adoptado um formato de participação de carácter passivo e já numa fase final do processo de tomada de decisão, condicionando, deste modo, o envolvimento activo dos cidadãos.

2.3.2. Estado da Cidadania Activa na Europa e em Portugal

Procedendo à análise do estado da cidadania activa na Europa e em Portugal, é interessante começar por avaliar como tem evoluído o espírito de associativismo e verificar que em Portugal esta capacidade da sociedade civil se organizar ocorreu tardiamente relativamente a outros países europeus, tendo em consideração que a primeira organização mundial na área da Ecologia Urbana foi criada em 1843 em Inglaterra (Vasconcelos e Baptista, 2002).

Efectivamente foi apenas em 1948 que em Portugal surgiu a primeira associação vocacionada para a protecção e conservação da natureza – a Liga para a Protecção da Natureza. Associado à viragem política da sociedade portuguesa, a partir de 1974 é que se registou um aumento do movimento social, surgindo em 1976 o Movimento Ecológico Português.

Entre 1984 e 1985 a história do movimento português caracterizou-se pela proliferação de diferentes tipos de organizações relacionadas com a conservação da natureza e organizações neo-anarquistas, resultantes de grupos locais ou políticos.

No entanto, comparativamente com a realidade de outros países europeus, em Portugal são ainda poucas as pessoas que integram movimentos ambientalistas, apesar de nos últimos anos esta situação denotar alguma evolução positiva, com a progressiva adesão de individualidades de diferentes áreas (Vasconcelos e Baptista, 2002).

Esta realidade é confirmada pelos resultados do *European Social Survey II – 2005* (Schmidt, 2008), pois na resposta à questão sobre a adesão a “Trabalho voluntário numa organização não partidária nos últimos 12 meses”, Portugal situou-se na penúltima posição, com 2,6% de respostas positivas, enquanto países como a Finlândia, Noruega ou Luxemburgo registaram as maiores percentagens de respostas positivas, entre 24% e 31%.

No sentido de apurar qual o ponto de situação acerca do nível de informação e conhecimento dos cidadãos sobre as questões ambientais e da prática da cidadania no contexto europeu e nacional, vários têm sido os estudos, as sondagens e as metodologias aplicadas, nomeadamente no domínio dos recursos hídricos. Apresenta-se seguidamente alguns resultados que confirmam o facto do caminho para a prática da cidadania estar aberto, mas ainda longe de ser aplicado eficazmente, quer do ponto de vista institucional, quer dos cidadãos.

Assim, o *Flash Eurobarometer on Water* (European Commission, 2009), cujo objectivo foi examinar o conhecimento dos cidadãos da UE27, mediante a realização de entrevistas no final do mês de Janeiro de 2009, sobre diversos problemas relacionados com a água, as suas percepções sobre o impacto de determinados factores na qualidade da água, a sua predisposição para tomar iniciativas que contribuam para a redução destes problemas, entre outros aspectos associados aos hábitos de participação pública, publicou conclusões muito relevantes, destacando-se seguidamente algumas com interesse no âmbito do presente trabalho:

- Em média, cerca de 43% dos cidadãos europeus julgam-se informados ou muito informados sobre os problemas relativos a rios, lagos e águas costeiras do seu país. Este sentimento aumenta em função da idade, grau de educação e nível da ocupação profissional dos inquiridos. Em Portugal, o nível é um pouco inferior, pois consideram-se informados ou muito informados cerca de 35% e pouco informados cerca de 56,6%;
- A grande maioria dos cidadãos europeus afirma que têm tentado reduzir os problemas associados à água, utilizando menos quantidade de água (84% na UE 27 e 93% em Portugal), usando detergentes amigos do ambiente (60% na UE27 e 70% em Portugal) ou evitando o uso de pesticidas no seu jardim

(78% na UE27 e 77% em Portugal). As mulheres, os mais idosos, os inquiridos com maior grau de educação e aqueles que se consideram bem informados acerca dos problemas associados à água foram os que se mostraram mais predispostos para actuar neste sentido;

- Apenas 14% dos cidadãos da UE27 tem conhecimento do processo de consulta pública dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, sendo que os mais jovens, com menos grau de educação, trabalhadores manuais e desempregados foram os que manifestaram menos interesse em expressar os seus pontos de vista durante os processos de consulta pública. Em Portugal cerca de 54% dos inquiridos referiu não ter tomado conhecimento, mas tencionar participar, 21% afirmou não ter tomado conhecimento e nem estar interessado e 8% afirmou ter tomado conhecimento e tencionar participar.

Verifica-se assim que o nível de informação em Portugal ainda é reduzido e está muito associado ao grau de literacia dos cidadãos, embora haja consciência da necessidade de colaborar individualmente para a resolução de problemas comuns associados à quantidade e qualidade da água.

Por outro lado, apenas um nº reduzido de portugueses tem participado no processo de consulta pública dos Planos de Gestão, por desconhecimento, mas é de salientar que um pouco mais de metade dos inquiridos revela vontade em participar. Uma percentagem ainda significativa afirma não ter interesse neste processo, não sendo, no entanto, apresentados os motivos deste desinteresse.

É também de referir que, de acordo com os resultados do Eurobarómetro 70 – Outono 2008 (Comissão Europeia, 2008), uma proporção substancial dos portugueses refere não confiar nos Partidos Políticos (77%), no Governo (61%), na Assembleia da República (54%) e no Sistema Judicial (52%), sendo que, das instituições avaliadas, as regionais e locais são as que recolhem mais confiança.

Por sua vez, os resultados de um estudo publicado pela Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento (FLAD), na sequência da aplicação da metodologia TAI (*The Access Initiative*), inicialmente estabelecida pelo *World Resources Institute*, revelam que a participação e inclusão de sugestões dadas pelo público e outros interessados não se verifica, na maior parte das situações, nas decisões finais, o que gera

frustração nos participantes e traduz-se na concretização de projectos ou estratégias com lacunas significativas e desenquadrados do contexto real das necessidades que motivaram a sua criação (Vasconcelos e Fonseca, 2006).

Estas observações são corroboradas por Propst *et al* (2004), citado por Larson e Lach (2008), que considera que aspectos como a falta de acompanhamento, de objectivos claros e da incorporação da monitorização e do *feedback* afectam negativamente alguns participantes.

Relativamente à questão da capacitação, o mesmo estudo dá indicação de que o Estado não faz o devido investimento para a implementação dos princípios do acesso à informação, ou seja, ainda são poucas e nem sempre mais adequadas as iniciativas levadas a cabo pela Administração Pública, no sentido de estimular a prática da cidadania activa do cidadão comum.

Não obstante, são conhecidos alguns projectos em que o envolvimento activo dos actores chave constitui uma realidade. São exemplo disso, entre várias iniciativas da mesma natureza que têm sido desenvolvidas em algumas regiões e ou municípios a nível nacional, os seguintes:

- **Agenda XXI Local de Oeiras** - Câmara Municipal de Oeiras, em www.cm-oeiras.pt;
- **Modelação Participada no Baixo Guadiana** - Instituto da Água/ADVISOR (Videira *et al*, 2006 e Videira *et al*, 2009);
- **MarGov** - Universidade Nova de Lisboa, em <http://margov.isegi.unl.pt>;
- **Projecto Maré** – Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores (Vasconcelos *et al*, 2009), em <http://www.horta.uac.pt/projectos/macmar/life/index.html>;
- **Projecto Douro Limpo** – Campanha de Sensibilização e Educação Ambiental no Alto Douro Vinhateiro - Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, em <http://dourolimpo.utad.pt>;

- **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve)** - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, em <http://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/>.

A continuação e reforço desta prática de cidadania activa passa, entre outros aspectos, pelo esforço da Administração Pública em formar uma equipa de recursos humanos capacitada para promover este tipo de iniciativas, para assegurar a divulgação de informação por públicos diferenciados e para estimular e encorajar a sua participação, sendo fundamental implementar medidas que possibilitem esclarecer o cidadão e simultaneamente envolvê-lo mais directamente, co-responsabilizando-o (Vasconcelos e Fonseca, 2006).

Para estimular a cidadania será ainda fundamental a interiorização de que estes processos colaborativos constituem uma mais-valia nas políticas de planeamento, ao contribuírem para que estas se adaptem melhor às reais necessidades dos cidadãos e para a implementação de políticas, estratégias, planos e empreendimentos adaptados a cada situação (Vasconcelos e Fonseca, 2006).

Cabe, no entanto, referir ainda que outros investigadores defendem a existência de mais factores que podem influenciar e condicionar a capacidade e disponibilidade dos cidadãos para participar, como é o caso da idade, género, estado civil e a distância do local de residência, podendo variar também com o tempo dispendido na ocupação laboral e com a criação de oportunidades para o trabalho em parceria, conforme referido por Martinez e McMullin (2004), citado por Larson e Lach (2008).

Referem ainda estes autores questões geográficas e situacionais enquanto aspectos que podem influenciar a participação, na perspectiva de que as pequenas comunidades rurais revelam mais aptidão para o envolvimento comunitário do que as urbanas de maior dimensão e de que o convite expresso para participar e a existência de interesses e preocupações específicas podem condicionar o exercício da cidadania em determinadas situações.

Conclui-se assim que o estreitamento das relações entre os serviços e os cidadãos e o aumento do seu grau de confiança, o fomento do trabalho em rede, a adaptação do processo participativo às características de cada situação, o reforço da informação, o esforço na adaptação da comunicação em função das características do público – alvo e

a inclusão das sugestões e propostas do público nas decisões finais, contribuirão para combater a apatia, a desmotivação e a falta de hábito dos cidadãos em participar e em expressar os seus pontos de vista e interesses.

2.4. Metodologias de Participação Pública

2.4.1. Os Conceitos de Democracia, Cidadania e Participação

A sociedade contemporânea caracteriza-se por uma mudança acelerada (Carmo, 1997), com tendência para a diminuição da passividade perante os órgãos instituídos do poder e a distribuição mais alargada e menos hierarquizada desse mesmo poder.

Esta mudança em parte é motivada pelos meios que o processo de inovação tecnológica oferece, ao permitir um acesso mais fácil à informação e ao conhecimento, mas também resulta das mudanças económicas e sociais que caracterizam a actualidade, ao se privilegiar progressivamente os princípios da globalidade e solidariedade, que caracterizam o conceito de desenvolvimento sustentável, ao serviço da melhoria da qualidade de vida das populações presentes e futuras.

É neste contexto que emerge o conceito de governância, o qual privilegia a transparência das decisões políticas, o envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisão (Delfino e Vaz, 2007), uma maior divulgação de informação junto de todos os interessados e de forma mais acessível e compreensível, mais efectividade e maior legitimação política e aceitação da governação.

Este processo de mudança oferece, assim, algumas condições para o desenvolvimento de uma forma de estar e agir mais compatíveis com o princípio da cidadania activa e da democracia participativa, que assenta em valores como a tolerância, a cooperação, a confiança, a solidariedade e o bem-estar comum.

O princípio da democracia participativa caracteriza também formas de poder menos hierarquizados, em que o trabalho em rede (parceria) predomina e enquadra formatos de participação que fomentam o diálogo com vários actores chave em igualdade de circunstâncias, o debate e o espírito de intervenção, a integração dos interesses de todos

os actores – chave e a tomada de decisão com base no consenso. Favorece ainda a resolução do conflito e promove a construção do capital social e de capacidade institucional (Innes e Booher, 2004).

Segundo Reykowski (2006), no mundo contemporâneo a democracia é a mais desejável forma de ordem social, indicando, no entanto, que, de acordo com resultados do Eurobarómetro 2004, em quase todos os novos membros da UE e em alguns dos mais antigos a satisfação com a prática da democracia é expressa em menos de 50% dos cidadãos, assim como o grau de confiança no governo e no sistema legal se apresenta muito baixo para cerca de 15 dos mais antigos membros.

Estes dados são confirmados pelos resultados do *European Social Survey III – 2007* (Schmidt, 2008), que revelaram um nível de satisfação com o funcionamento da democracia de cerca de 46,4% para os 19 países contemplados, salientando-se uma percentagem de 24,4% para Portugal.

Também de acordo com White e Humphrey (2007), o consenso acerca da importância da participação pública nunca esteve tão consistente como na actualidade, no entanto, segundo este autor, ainda persiste alguma falta de conhecimento acerca da melhor forma de se assegurar a efectiva participação dos interessados.

Atendendo, ainda, segundo este último autor, a que a maior parte dos cidadãos comuns preferem que as decisões importantes não lhes sejam impostas, mas que, pelo contrário, sejam consultados e envolvidos numa discussão prévia, os especialistas deverão investir os seus conhecimentos na procura das metodologias que melhor assegurem a participação das partes interessadas em todas as etapas dos processos de decisão.

Segundo a opinião de Beierle e Konisky (2000) e Beierle e Cayford (2002), o sucesso de qualquer processo de participação pública depende da concretização de 5 objectivos fundamentais:

- Incorporar os valores dos cidadãos no processo de decisão;
- Implementar e promover a qualidade nas decisões;
- Resolução de conflitos entre participantes com interesses diferentes, devendo ser dada ênfase ao consenso;

- Recuperação e fomento do grau de confiança nos Serviços Públicos;
- Educar e informar o público.

Segundo estes últimos autores, a participação com base na informação é mais económica, fácil de aplicar e não obriga ao dispêndio de muito tempo, mas face a objectivos mais complexos, envolvendo a necessidade de resolver conflitos e criar confiança, a transmissão e partilha de informação é insuficiente. Acrescentam ainda que a deliberação pode ser a chave para resolver o conflito, pois coloca actores chave com valores distintos a trabalhar em conjunto e a debater as suas diferenças de opinião.

Seguindo a mesma lógica, também Reed (2008) afirma que o envolvimento activo dos actores chave contribui para a qualidade das decisões ambientais, devendo assentar nos seguintes princípios:

- Equidade, confiança, aprendizagem e capacitação;
- Integração da participação, sempre que possível e oportuno, desde as primeiras etapas de qualquer processo;
- Definição de objectivos claros e selecção de métodos adequados ao contexto do processo de decisão, onde a facilitação assume um papel fundamental;
- Integração de conhecimentos locais e científicos.

Reforçando este último princípio, Roberts (2004) defende que os cidadãos têm o conhecimento e a capacidade necessária para participarem mais intensamente nas decisões políticas, técnicas e administrativas que os afectam.

Neste sentido, verifica-se que o formato de participação está fortemente ligado ao tipo de democracia (Vasconcelos, 2006), na perspectiva de que a opção de democracia se desloca da representativa para a deliberativa em função da evolução do tipo de participação de um processo meramente informativo para um mais elaborado que encoraje o debate, a troca de ideias e a tomada de decisão.

A participação constitui assim a prática de actos de cidadania de todos os segmentos da sociedade, visando assegurar o acompanhamento, a colaboração e a intervenção nos processos de decisão colectiva, sendo tão mais efectiva quanto mais

eficaz e intensiva for a partilha de informação e das diversas perspectivas e interesses existentes, tendo em vista a geração de soluções colaborativas.

2.4.2. Caracterização das Principais Metodologias de Participação Pública

Neste capítulo será feita uma descrição e análise dos possíveis métodos de participação pública a aplicar em qualquer processo de planeamento, começando por aqueles que são considerados de carácter passivo (Quadro 2.2), mas que a maioria dos responsáveis ainda adopta preferencialmente e, muitas vezes, já numa fase final dos processos de tomada de decisão:

Quadro 2.2 – Processos de participação pública de carácter passivo

Imprensa	Anúncios nos jornais, notas de imprensa.
Consulta Pública - Comentários Escritos	Disponibilização de documentos em fase de versão preliminar para consulta do público e obtenção dos seus comentários escritos individuais.
Entrevistas e Inquéritos	Utilizados para a obtenção de ideias e percepções individuais, cobrindo um leque alargado de cidadãos ou um segmento específico da sociedade.
Newsletter e Brochuras	Divulgação de informação periódica acerca da evolução dos trabalhos de planeamento junto dos cidadãos em geral.
Internet	Divulgação de informação junto dos cidadãos, com a possibilidade de actualização da mesma em tempo real.

Fonte: Randolph (2004)

Assim, de acordo com Randolph (2004), constata-se que os anúncios e notas de imprensa são úteis para transmitir informação ao público em geral, mas não permitem o envolvimento ou o *feedback* dos actores chave. Por outro lado, os comentários escritos constituem uma importante componente da participação formal, mas são proporcionados numa fase adiantada dos processos, revelando-se mais úteis para entidades e grupos organizados, do que para os actores chave individualmente.

As entrevistas e inquéritos permitem a obtenção de respostas e percepções individuais e as brochuras e newsletter asseguram, de algum modo, a transmissão de informação, mas nenhum destes métodos é interactivo ou fomenta o diálogo.

Finalmente, e no que diz respeito à Internet, constata-se que este método facilita a disseminação de informação e pode incentivar o *feedback* e o diálogo em formatos assíncronos, embora muitos cidadãos ainda não disponham de computador nem tenham acesso a este meio de comunicação.

Assim, e tendo por base os princípios da democracia deliberativa, confirma-se que estes métodos, por si só, não permitem atingir os objectivos de participação interactiva, mas poderão funcionar como complemento de outros mais vocacionados para este efeito.

Segundo Masschelein e Quaghebeur (2006), o envolvimento activo dos cidadãos contribui para que estes descubram as suas próprias capacidades e qualidades e incentiva a aquisição de competências. Seguindo a mesma lógica, Ridder *et al* (2005) afirma que os processos de aprendizagem social assumem o principal papel no conceito de participação pública activa, na medida em que a aprendizagem de todos os actores chave é essencial para gerirem os assuntos nos quais têm interesse.

Neste contexto, vários são os métodos de participação activa que têm sido encorajados e organizados, sendo no Quadro 2.3 caracterizados alguns dos mais significativos com base em informação recolhida em Rowe e Frewer (2000), Abelson *et al* (2001), Abelson *et al* (2003), Williamson e Fung (2004) e Ridder *et al* (2005):

Quadro 2.3 - Processos de participação pública de carácter activo

Cidadãos Jurados	Grupos de Cidadãos seleccionados aleatoriamente, que se reúnem durante alguns dias para aprenderem e deliberarem sobre uma determinada questão e apresentarem conclusões, depois de interrogarem testemunhas.
Painéis de Cidadãos	Grupos de cidadãos seleccionados aleatoriamente e que se reúnem periodicamente para discutirem determinadas questões e apresentarem os diferentes pontos de vista dos cidadãos.
Conferências de Consenso	Grupo de cidadãos que se reúne para discutir questões de carácter científico ou técnico. Normalmente inclui 2 fases: 1- reunião com especialistas e discussão tendo em vista o consenso; 2 – conferência durante a qual as principais conclusões são apresentadas ao público em geral e à imprensa.
Grupos de Enfoque	Grupo de indivíduos seleccionados para discutirem uma matéria específica, representando um particular segmento da sociedade.
Audiências Públicas	Sessão em que é apresentada informação ao público interessado e proporcionado um fórum para responder a perguntas e recolher opiniões.
Comissões Consultivas e de Acompanhamento	Constituídas por elementos de diversas organizações públicas e privadas, em representação do público em geral, visando contribuir para os processos de planeamento.

Quadro 2.3 - Processos de participação pública de carácter activo (cont.)

Workshops ou Fóruns Colaborativos	Reuniões informais de cidadãos, que podem incluir apresentações e palestras, mas que também integram grupos de trabalho interactivos e a participação de facilitadores.
--	---

Fonte: Rowe e Frewer (2000), Abelson *et al* (2001), Abelson *et al* (2003), Williamson e Fung (2004) e Ridder *et al* (2005)

Apesar de todas estas metodologias contribuírem, de alguma forma, para o envolvimento activo dos cidadãos, cada uma delas deverá ser aplicada em função dos objectivos de cada processo de participação pública, pois todas elas apresentam pontos fortes e pontos fracos.

Assim, se os cidadãos jurados viabilizam a construção de consensos e a comunicação entre o Estado e os cidadãos, apresentam, no entanto, alguns problemas de representatividade, dado que a sua selecção resulta de uma escolha aleatória entre cidadãos e não de uma escolha representativa de grupos de actores chave, condição que, de acordo com Allen (1998) se verifica nas comissões consultivas e de acompanhamento. Nestas últimas, por sua vez, os participantes podem não chegar a consenso, apesar de o seu funcionamento permitir uma análise detalhada das questões em debate e de todos os participantes terem oportunidade de apreender diferentes perspectivas.

Por outro lado, as audiências públicas desempenham um importante papel para informar o público e contribuem para minimizar o conflito, mas não incentivam o debate e o diálogo, ao contrário do que acontece nas comissões consultivas e de acompanhamento e, por isso, segundo Williamson e Fung (2004), estas últimas propiciam mais a deliberação do que as audiências públicas.

É de referir que em Portugal este método tem sido muito aplicado no âmbito dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental, entre outros, conforme é sugerido pelo DL nº 69/2000, de 3 de Maio.

Relativamente aos painéis de cidadãos, é positivo o facto dos participantes nos painéis poderem ser rotativos, contemplando a opinião de um número superior de

participantes, mas este facto também poderá implicar alguma dispersão pela diversidade e multiplicidade de assuntos e pontos de vista que podem ocorrer.

As conferências de consenso são essencialmente destinadas à discussão de questões de carácter científico ou técnico promovendo, normalmente, o debate entre especialistas, pelo que poderá ficar em causa a representatividade dos respectivos participantes.

Comparando os grupos de enfoque com os fóruns colaborativos, verifica-se que ambos tentam criar o consenso, mas enquanto o primeiro é mais vocacionado para a aprendizagem das necessidades de um grupo em particular, representativo de um determinado segmento da sociedade, os fóruns colaborativos procuram reunir o grupo de cidadãos que melhor representa os diversos actores chave com interesse num determinado assunto em debate.

O conceito de participação pública colaborativa vai ao encontro dos objectivos de interactividade e co-responsabilização pois, de acordo com Innes and Booher (2004), este formato viabiliza a interacção das partes interessadas, a integração do conhecimento local, a aquisição de legitimidade para as decisões e o cumprimento da lei em geral, assegurando não só a informação dos cidadãos mas também o diálogo, contribuindo para a resolução das tensões sociais, ao envolver diversos actores chave, e incentivando o trabalho em rede e a mútua aprendizagem.

Ainda avaliando o factor da representatividade, de acordo com Rowe e Frewer (2000) a conferência de consenso, os cidadãos jurados, as comissões de acompanhamento e os grupos de enfoque apresentam um grau moderado e as audiências públicas um grau de representatividade baixa.

No entanto, apesar da publicação periódica de diplomas que visam tornar mais efectivos estes princípios e incentivar a aplicação destas metodologias, salientando-se a Convenção de Aarhus, numa perspectiva mais abrangente, e a Directiva Quadro da Água, num contexto mais especializado, conforme já referido anteriormente o formato de participação pública mais implementado continua a ser essencialmente de carácter passivo (informação e ou consulta pública). Este tipo de procedimentos, embora também tenham as suas vantagens e devam ser aplicados, não asseguram a

interactividade, a co-responsabilização e a legitimação da tomada de decisão, essencial ao sucesso de qualquer processo de planeamento e gestão.

2.4.3. Fóruns Colaborativos

De acordo com a análise efectuada aos processos de participação pública de carácter activo, constantes do Quadro 2.3, verifica-se que os fóruns colaborativos são aqueles que apresentam menos desvantagens.

Comparando este método com o das audiências públicas, por exemplo, verifica-se que os fóruns colaborativos são mais vantajosos pois, de acordo com Williamson e Fung (2004), estes são criados especificamente para promoverem a qualidade da deliberação. Ainda segundo este autor, enquanto uma audiência pública contempla, essencialmente, palestras individuais, o fórum colaborativo promove o diálogo entre os participantes.

Os fóruns colaborativos são, assim, típicos *workshops*, ao permitirem a discussão aberta sobre os diferentes princípios e valores em causa num determinado projecto ou processo de planeamento e a expressão das necessidades e problemas sentidos pelos participantes, conforme é referido por White e Humphrey (2007). Hendriks (2006) reforça esta ideia ao afirmar que os fóruns de cidadãos viabilizam o encontro entre actores chave seleccionados aleatoriamente para discutirem sobre um assunto que lhe diz respeito, resultando em relatórios de recomendações e propostas a apresentar aos decisores.

No âmbito da organização destes *workshops*, realça-se a relevância do conceito de representatividade, na medida em que a selecção dos participantes deverá ter em consideração o facto de que todos os interessados devem ser contemplados, bem como a importância do comportamento do facilitador que, de acordo com Reykowski (2006), é determinante para influenciar os grupos de participantes a funcionarem de forma deliberativa com ênfase no consenso.

De acordo com Randolph (2004), o envolvimento dos actores chave é o coração do processo colaborativo de planeamento ambiental, devendo assentar nos seguintes seis pressupostos (Randolph e Bauer, 1999):

- Identificação dos actores chave e dar-lhes a oportunidade de participar, podendo actores chave adicionais serem identificados durante o processo e incluídos;
- Atribuir alguma autoridade aos actores chave para a acção e responsabilidade para a implementação;
- Estruturar o processo de modo a dar oportunidade de participação aos actores chave e permitir a organização de uma escala de trabalho;
- Aquisição de confiança, com base no respeito e compreensão;
- Partilha de autoridade pelos actores chave e estabelecimento de regras, sendo importante a existência de um facilitador ou negociador no processo;
- Garantir a aprendizagem colaborativa e o objectivo de envolvimento dos actores chave, pois desta forma conseguem entender-se entre eles, resolver conflitos e desenvolver visões partilhadas e soluções criativas.

Reforçando estas ideias, segundo Vasconcelos e Baptista (2002) a participação colaborativa proporciona ao público os seguintes três direitos:

- O **direito de conhecer**, devendo a informação estar disponível para todos de igual forma;
- O **direito de compreender**, tornando a informação de carácter técnico útil para as comunidades que sofrem o impacto dos problemas ambientais;
- O **direito de agir**, dando poder à comunidade para ter um impacto significativo nas decisões que a afectam, em contraste com a simples oportunidade de comentar, sem o direito de compreender bem o que está em causa.

No âmbito da participação colaborativa, entre outros métodos, destaca-se os fóruns colaborativos que podem assumir vários formatos em função dos seus objectivos,

nomeadamente o debate de ideias, a proposta de medidas para o futuro ou a avaliação de várias alternativas.

Contudo, existe uma estrutura comum que compreende as seguintes etapas (Vasconcelos, 2004):

- O workshop começa geralmente com uma apresentação do objectivo da acção e do que é esperado durante as sessões;
- Depois desta breve apresentação, os participantes são divididos em grupos de 2 a 10 pessoas. Quanto mais pequeno for o grupo maior autonomia terá. A partir dos 7 indivíduos o grupo é liderado por um facilitador e, na maior parte do tempo, apoiado por um relator;
- Dentro de cada grupo, o trabalho começa em grupos pequenos, algumas vezes dois a dois, para gerarem ideias, que apresentam depois a todos e nessa altura abre-se um debate a todos os elementos desse grupo;
- No final, todos os grupos se juntam numa sessão plenária para apresentarem uns aos outros os resultados dos seus trabalhos desenvolvidos separadamente, seguindo-se um debate.

Este grupo de participantes, que se encontram durante um ou dois dias, pode ter uma ou mais das seguintes tarefas: desenvolver uma visão conjunta, identificar preocupações locais e potencialidades no contexto da sustentabilidade, sugerir acções e fazer propostas para responder a estas preocupações, avaliar as potencialidades, desenvolver possíveis parcerias assumindo a partilha de responsabilidades e contratualizar compromissos (Vasconcelos, 2004).

É exemplo da aplicação deste método o processo participativo realizado no âmbito do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da Região do Algarve, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve, 2008), que envolveu os 16 municípios do Algarve com a dinamização de 1 fórum participativo em cada um.

Por sua vez, a implementação dos fóruns colaborativos pode também assentar na utilização de ferramentas específicas que, em função da tipologia dos assuntos em debate ou da fase sobre a qual vai incidir o procedimento de participação, podem

contribuir para melhorar o processo de comunicação entre as partes interessadas e para a construção de soluções consensuais. Neste âmbito, destaca-se a possibilidade de utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e da modelação participada.

A partir da década de 90, as Tecnologias de Informação começaram a ser apercebidas como infra-estruturas que facilitam a interacção social, a comunicação interpessoal e o debate orientado para alcançar objectivos colectivos e lidar com preocupações comuns (Painho, 2007).

A abordagem de utilização dos SIG na Participação Pública surge no âmbito de um workshop realizado em 1996, em Orono, Maine, EUA.

De acordo com Painho (2007) é o seguinte o papel dos SIG na participação pública:

- Transmitir informação à comunidade, através da utilização de dados geoespaciais e de mapas como fonte de informação privilegiada;
- Conhecer as realidades locais e analisar alternativas, criando modelos e verificando predições sobre os sistemas sociais e ambientais;
- Integrar o contributo público na tomada de decisão, viabilizando a visualização dos resultados;
- Propor soluções e reduzir conflitos, optimizando os resultados.

A utilização do SIG, no âmbito da realização de fóruns participativos em processos de planeamento ambiental ou de outra natureza, apresenta, assim, as seguintes vantagens (González *et al*, 2008):

- Identifica aspectos espaciais que possam não ter sido considerados;
- Comunica de forma clara e eficaz potenciais problemas e resultados através da análise espacial;
- Promove a compreensão dos efeitos das alternativas (opções/cenários) mediante a sua visualização;
- Envolve o público;
- Modifica as percepções dos problemas.

Apesar da utilização desta ferramenta poder contribuir para a transparência e responsabilidade dos processos de tomada de decisão, a dificuldade de acesso e a necessidade de recurso a uma tecnologia mais complexa (González *et al*, 2008) podem, no entanto, constituir barreiras à sua efectiva aplicação.

Um processo de modelação participada consiste numa série de *workshops* onde se procede à construção de um modelo dinâmico através da recolha e síntese dos contributos dos participantes, de uma forma colaborativa e transparente. Um facilitador modera as sessões e promove a conceptualização da estrutura do modelo com base nas sugestões dos diferentes actores. Um conjunto de actividades de preparação dos *workshops* (ex: identificação de actores chave, elaboração de questionários e realização de entrevistas preliminares com os participantes) e de seguimento (entrevistas, acompanhamento tutorial e produção de relatórios) completam um processo típico de modelação participada (Videira *et al*, 2006).

Os *workshops* acompanham e concretizam as várias etapas do processo de modelação participada (Videira *et al*, 2006), tendo em vista os seguintes objectivos:

- **Definição do problema** – Explicação da metodologia; apresentação dos resultados das entrevistas; apresentação do modelo preliminar (opcional); identificação do comportamento de referência dos problemas; construção de uma visão de futuro do sistema (opcional); estabelecer as fronteiras e escala do modelo;
- **Conceptualização** – Identificação das variáveis relevantes; definição dos sectores, stocks, fluxos e variáveis auxiliares do modelo e suas inter-relações; identificação de ciclos de retroacção;
- **Especificação** – Formulação das equações do modelo; quantificação dos parâmetros do modelo; discussão sobre os possíveis cenários/políticas de gestão dos problemas;
- **Análise de políticas** – Simular e avaliar cenários para a resolução dos problemas; propor recomendações; desenvolver um plano de acção para a implementação de resultados.

O sistema de modelação dinâmica, desenvolvido por um grupo de actores - chave pode ser útil para ajudá-los a identificar cenários alternativos e a discutir a suas possíveis consequências (Antunes *et al*, 2006).

Esta metodologia já foi aplicada em Portugal em processos de planeamento e gestão da água, nomeadamente no Baixo Guadiana, e os resultados revelaram que este método é flexível, tem potencialidades para estruturar o envolvimento activo dos actores chave e para favorecer a aprendizagem e conhecimento integrado, bem como capacidade para oferecer uma linguagem transparente e partilhada na participação colaborativa (Videira *et al*, 2009).

Da avaliação efectuada relativamente a esta experiência verificaram-se, no entanto, alguns aspectos menos positivos associados essencialmente à dificuldade em assegurar um número representativo de participantes em todos os *workshops* (Videira *et al*, 2009), o que se repercutiu nos resultados.

2.4.4. Avaliação de Processos de Participação Pública

As metodologias de participação pública também devem integrar uma componente muito importante que corresponde à avaliação dos procedimentos adoptados.

Há vários motivos para se proceder à avaliação dos processos de participação pública. A avaliação providencia a oportunidade de determinar quando uma intervenção resulta ou de aprender com experiências anteriores para melhores intervenções futuras, ao nível da intervenção em si ou da forma como é implementada (Abelson e Gauvin, 2006).

A avaliação desempenha um importante papel na determinação de quando um processo justo é construído ou quando os pontos de vista dos participantes são justamente representados num processo de decisão (Abelson e Gauvin, 2006).

A avaliação é também importante por motivos de ordem financeira (assegurar o investimento adequado dos dinheiros públicos), prática (aprender com os erros do passado, contribuindo para que as acções futuras tenham mais sucesso), ética e moral (garantir uma justa representação e assegurar que as partes envolvidas não fiquem

decepcionadas com os resultados das suas contribuições) e de apoio à investigação (aumentar o conhecimento do comportamento humano) (Rowe e Frewer, 2004).

Neste sentido, o processo de avaliação deverá incidir sobre 3 aspectos: contexto, processo e resultados (Abelson e Gauvin, 2006):

- **Contexto** - pode incluir as características das questões a debater e o nível de informação pretendido, as atribuições da entidade responsável e os recursos disponíveis para a participação, o tipo ou o prazo da decisão que se pretende tomar;
- **Processo** – deve incidir sobre o grau de representatividade dos actores chave, o método utilizado para a implementação do processo participativo e respectivas regras adoptadas;
- **Resultados** - devem abranger a avaliação dos efeitos da participação no processo de planeamento, nomeadamente nos seus resultados efectivos, mas também a influência do processo participativo no conhecimento e nas perspectivas dos participantes ou na sua disponibilidade para futuro envolvimento cívico, bem como no grau de confiança nos decisores e nas instituições.

Para o efeito, os métodos tipicamente utilizados incluem entrevistas, questionários, análise de documentação ou observação directa (audiovisuais ou gravações).

Também Blackstock *et al* (2007) propõe um processo de avaliação baseado nos 3 aspectos atrás mencionados (contexto, processo e resultados), assente na aplicação de diversos métodos (entrevistas, inquéritos, análise de documentos, análise da imprensa, observação, anotações, análise custo – benefício) e na utilização de várias fontes (primárias: participantes, actores chave, investigadores, documentos, relatórios; secundárias: material de arquivo, imprensa, estatísticas).

De acordo com Abelson e Gauvin (2006), existem barreiras à adequada avaliação dos processos de participação pública, das quais se salienta a falta de tempo, de recursos e especialistas nesta matéria, a falta de reconhecimento da sua relevância para o processo, o tempo que é necessário despender para o efeito e também motivos de ordem cultural associados ao receio de resultados menos positivos.

3. A Directiva Quadro da Água (DQA) e o Conceito de Participação Pública

3.1. Enquadramento Legislativo

A DQA (Directiva nº 2000/60/CE, de 23 de Outubro), transposta para a legislação portuguesa posteriormente pela Lei da Água (Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro) e pelo Decreto Lei nº 77/2006, de 30 de Março, tem por objectivo proteger as massas de água costeiras, de transição, subterrâneas e as restantes massas de água de superfície interiores e fixa 2015 como o ano em que devem ser atingidos os objectivos ambientais a seguir mencionados, através da execução de programas de medidas específicas em Planos de Gestão de Região Hidrográfica:

- Evitar a degradação e proteger o estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas directamente associados;
- Promover um consumo de água sustentável;
- Reforçar e melhorar o ambiente aquático através da redução gradual ou a cessação de descargas, emissões e perdas de substâncias prioritárias;
- Assegurar a redução gradual e evitar o agravamento da poluição das águas subterrâneas;
- Contribuir para a mitigação dos efeitos das inundações e secas.

O conceito subjacente aos objectivos da DQA, e encarado como a base para a gestão da água por bacia hidrográfica, é o de integração dos objectivos ambientais, dos recursos hídricos por bacia hidrográfica, da legislação sobre a água, de áreas de intervenção e experiências, de aspectos ecológicos, de actores chave no processo de decisão, de diferentes níveis de tomada de decisão que influenciam os recursos hídricos e da gestão da água de diferentes Estados Membros.

A DQA reforça assim a importância da participação pública na gestão dos recursos hídricos, nomeadamente na elaboração, revisão e actualização dos Planos de Gestão, contemplando três formas de participação: informação, consulta e envolvimento activo.

Enquadra-se ainda nos princípios proclamados pela Conferência do Rio, em 1992, e pela Convenção Aarhus sobre o *Acesso à Informação, Participação Pública na tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais*, em vigor desde 2001, tendo em consideração o estabelecido nos seguintes artigos:

- 6º - Participação do público em decisões sobre actividades específicas;
- 7º - Participação do público relativamente a planos, programas e políticas em matéria de ambiente;
- 8º - Participação do público na preparação de regulamentos e ou instrumentos normativos legalmente vinculativos aplicáveis na generalidade.

3.2. Experiências a Nível Europeu. O Caso de Espanha

No sentido de ser assegurado o envolvimento do público na tomada de decisão acerca das questões que o possam afectar, um Grupo de Trabalho (Grupo 2.9) composto por organizações governamentais e não governamentais, orientado pelos Estados Membros da Holanda e Espanha, elaborou, em 2001, um Guia que visava a implementação de uma estratégia comum para o desenvolvimento de procedimentos de participação pública em conformidade com o determinado pela DQA.

Neste âmbito foi ainda criado o projecto HarmoniCOP com o objectivo de se definirem soluções práticas para o incremento dos procedimentos de participação pública activa de todas as partes interessadas, introduzindo o conceito de aprendizagem social na gestão da água. Este projecto promoveu também um estudo comparativo de práticas de participação pública em 9 países europeus (Bélgica, França, Alemanha, Reino Unido, Hungria, Itália, Holanda, Espanha e Suíça), a pesquisa sobre o papel das ferramentas de comunicação e informação nos processos de participação pública, a divulgação de um manual e a organização de sessões experimentais.

Da concretização destes casos de estudo resultaram as seguintes conclusões gerais e ou recomendações (Rees *et al*, 2005):

- Necessidade de adaptação das metodologias de participação pública aos diferentes contextos;
- Capacidade de criar confiança e de estabelecer alianças entre os participantes;
- Fomento de uma atitude positiva no processo interactivo que contribua para a gestão das diferentes perspectivas existentes;
- Importância de aprender com os erros e de melhorar sempre a intervenção seguinte;
- Utilizar uma estratégia de comunicação no diálogo com os actores chave;
- Envolver os actores chave na implementação do planeamento dos recursos hídricos;
- Despender tempo e recursos nos processos de participação pública, principalmente nas etapas iniciais dos processos.

No âmbito do projecto HarmoniCOP, o estudo de caso implementado em Espanha foi a elaboração do Plano Especial para o Alto Guadiana (2001 – 2005), na qualidade de instrumento de planeamento e gestão de recursos hídricos desta zona específica da Bacia Hidrográfica do Guadiana, onde se verificam, entre outros, problemas de sobre exploração de aquíferos devido à elevada extracção de água para a agricultura e à sua contaminação resultante das práticas agrícolas (Maestu, 2005).

Este plano integrou-se no Plano Nacional Hidrológico 2001 e teve como objectivo principal a aquisição de um melhor estatuto ecológico para as águas superficiais e subterrâneas no contexto do desenvolvimento sustentável dos usos agrícolas e económicos, envolvendo a administração europeia, nacional, regional e da bacia hidrográfica, organizações de agricultores e empresários, organizações não governamentais, especialistas e investigadores.

É de salientar a relevância da análise, em particular, da forma como Espanha está a aplicar a DQA na componente de participação pública, principalmente no que diz respeito à Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana, atendendo ao facto de que esta abrange uma superfície total de 67 148 km², dos quais 55 228 (83%) em Espanha e 11 620 (17%) em Portugal (Confederación Hidrográfica del Guadiana, 2009b).

O rio Guadiana nasce nas lagoas de Ruidera em Espanha, a 868 m de altitude, desenvolvendo-se ao longo de mais de 800 km até à foz, no oceano Atlântico, junto a Vila Real de Santo António (INAG e ARH do Alentejo, 2009).

Assim, a Bacia Hidrográfica do Guadiana é delimitada a norte pela bacia hidrográfica do rio Tejo, a sul pelo Oceano Atlântico, a este pela fronteira e a oeste pelas bacias dos rios Tejo, Sado, Mira e Arade, estendendo-se pelas unidades morfoestruturais correspondentes ao Maciço Antigo e à Orla Meridional Algarvia.

Subdividindo-se em 3 zonas (Alto, Médio e Baixo Guadiana) é essencialmente no Médio e Baixo Guadiana que se integra a parte portuguesa do rio, fazendo fronteira com a região hidrográfica do Algarve.

Mais recentemente, no âmbito da elaboração do Plano Hidrológico 2009 para a demarcação espanhola da Bacia Hidrográfica do Guadiana, julga-se que a experiência adquirida com o projecto HarmoniCOP terá contribuído positivamente para a dinamização de um processo de participação pública (Confederación Hidrográfica del Guadiana, 2009a) mais condicente com os objectivos da democracia participativa.

Assim, mediante a consulta do site <http://planhidrologico2009.chguadiana.es>, é possível verificar que o conceito de cidadania activa está presente na preocupação dos responsáveis pela implementação deste instrumento de planeamento, ao contemplar momentos de divulgação de informação (página da internet, folhetos, conferências, imprensa, criação de linha telefónica específica), consulta pública (criação de correio electrónico específico) e participação activa (fóruns sectoriais, grupos de trabalho e fóruns multi - sectoriais).

Apesar dos planos em desenvolvimento em Portugal e Espanha, para esta região hidrográfica internacional, contemplarem alguns momentos comuns, nomeadamente na componente de divulgação e participação pública (ex. sessões públicas conjuntas), actualmente a parte espanhola está um pouco mais avançada, uma vez que já se encontra na fase de Avaliação Ambiental Estratégica, estando disponível no site da Confederación Hidrográfica del Guadiana (Confederación Hidrográfica del Guadiana, 2009c) um documento inicial datado de Julho de 2009, que inclui a proposta de definição dos objectivos ambientais e das alternativas viáveis para atingir esses objectivos.

3.3. Aplicação da DQA no Contexto Nacional e Regional

A Lei da Água, que transpõe a DQA para a legislação portuguesa, estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas a nível nacional, designando o Instituto da Água, I. P. (INAG) Autoridade Nacional da Água, conferindo às Administrações da Região Hidrográfica (ARH) a responsabilidade de gestão das águas de cada região hidrográfica, criando o Conselho Nacional da Água (CNA) enquanto órgão consultivo do Governo em matéria de recursos hídricos e os Conselhos de Região Hidrográfica (CRH) na qualidade de órgãos consultivos das ARH.

De acordo com o artigo 6º da Lei da Água foram criadas as regiões hidrográficas a seguir mencionadas, cuja distribuição pode ser visualizada no mapa da Figura 3.1:

- **Minho e Lima (RH1)** – bacias hidrográficas dos rios Minho e Lima e das ribeiras da costa entre os respectivos estuários e outras pequenas ribeiras adjacentes;
- **Cávado, Ave e Leça (RH2)** – bacias hidrográficas dos rios Cávado, Ave e Leça e das ribeiras da costa entre os respectivos estuários e outras pequenas ribeiras adjacentes;
- **Douro (RH3)** – bacia hidrográfica do rio Douro e outras pequenas ribeiras adjacentes;
- **Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste (RH4)** – bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, das ribeiras da costa entre o estuário do rio Douro e a foz do rio Lis e as bacias hidrográficas de todas as linhas de água a sul da foz do Lis até ao estuário do rio Tejo, exclusive;
- **Tejo (RH5)** – bacia hidrográfica do rio Tejo e outras pequenas ribeiras adjacentes;
- **Sado e Mira (RH6)** – bacias hidrográficas dos rios Sado e Mira e outras pequenas ribeiras adjacentes;
- **Guadiana (RH7)** – bacia hidrográfica do rio Guadiana;
- **Ribeiras do Algarve (RH8)** – bacias hidrográficas das ribeiras do Algarve.

Foram ainda criadas mais 2 regiões hidrográficas, a RH9 e a RH10 que, para os arquipélagos dos Açores e da Madeira, respectivamente, contemplam todas as bacias hidrográficas neles integradas.

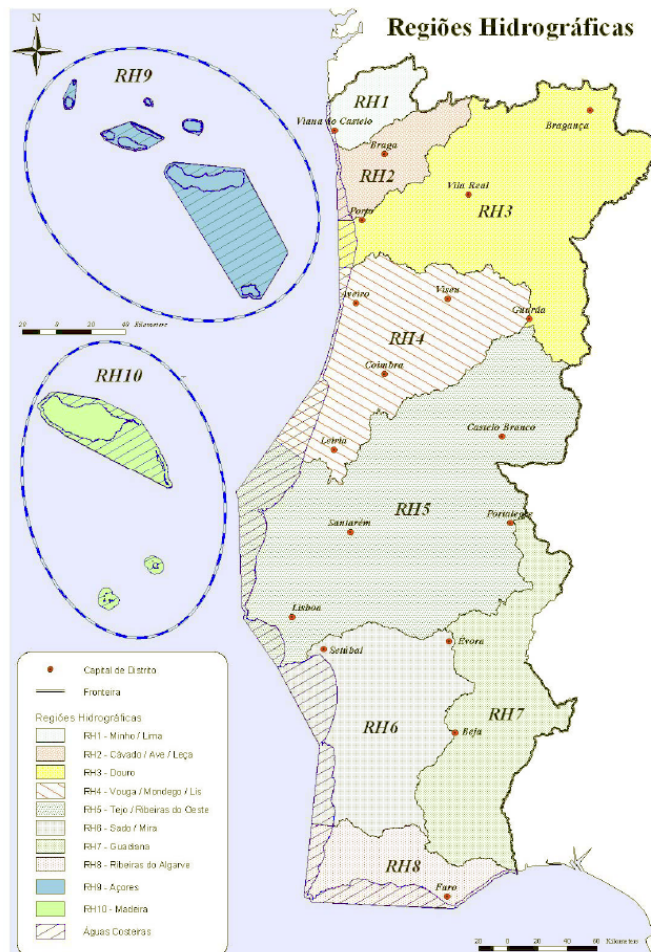


Figura 3.1 - Delimitação das regiões hidrográficas (Fonte: INAG, 2005)

Conforme já referido, e de acordo com o artigo 9º do mesmo diploma, foram criadas as ARH, com atribuições de protecção e valorização das componentes ambientais das águas nas respectivas áreas de jurisdição, nomeadamente a elaboração e execução dos planos de gestão de bacias hidrográficas e os planos específicos de gestão das águas que, no caso do Algarve, deverão incidir sobre a RH8 – bacias hidrográficas das ribeiras do Algarve.

Definindo esta Lei as normas para uma gestão mais sustentável da água, em geral, estabelece também prazos a observar, nomeadamente em relação à aprovação dos

planos de gestão de bacia hidrográfica que, de acordo com a alínea e) do artigo 99º, deveriam ser aprovados até 2009.

Decorrente de diversas circunstâncias, entre as quais se salienta o atraso na criação das ARH, este prazo não poderá ser cumprido, encontrando-se actualmente estes organismos numa fase inicial deste processo e prevendo-se a apresentação das versões finais dos Planos de Gestão no final do ano 2010.

4. O Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve (PGRHA)

4.1. Enquadramento

O Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PBHRA), publicado pelo Decreto Regulamentar nº 12/2002, de 9 de Março, e que se mantém actualmente em vigor, constituiu um importante instrumento de planeamento, essencialmente para a fase de diagnóstico, dado que compreendeu a identificação das principais problemáticas da bacia hidrográfica, caracterização e análise dos problemas existentes à data, suas causas e condicionantes.

Face à necessidade de proceder à revisão deste instrumento de planeamento, e dado que alguns dos seus objectivos não foram alcançados, muitas das questões nele identificadas voltaram a ser abordadas no âmbito dos trabalhos iniciais do PGRHA, bem como a caracterização da região hidrográfica efectuada para o “Relatório Síntese sobre a Caracterização das Regiões Hidrográficas”, previsto pelo artigo 5º da DQA (INAG, 2005).

A principal diferença entre o Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve e o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve prende-se com o facto da elaboração deste último ser orientada pelos princípios definidos pela DQA, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água, apresentando uma abordagem integrada de protecção dos recursos hídricos, contemplando o seu valor ecológico e patrimonial.

Entende-se, assim, que os recursos naturais devem ser geridos considerando as inter-relações que existem entre a água, o solo, a fauna e a flora, de forma a evitar disfunções ecológicas que podem, inclusivamente, comprometer um desenvolvimento económico equilibrado (Vieira, 2003).

O conteúdo dos PGRH, na qualidade de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos, que se devem constituir como a base de suporte à sua gestão, protecção e

valorização ambiental, social e económica, vem descrito no Anexo VII da DQA e no artº 29º da Lei da Água, salientando-se neste, e entre outras, a alínea m) do nº 1 que refere “(...) as medidas de informação e consulta pública, incluindo os resultados e as consequentes alterações produzidas nos planos (...)”, como parte da informação a integrar aquele documento.

Estes instrumentos de planeamento devem ser revistos de 6 em 6 anos, conforme o nº 3 do artº 29º do mesmo diploma.

4.2. Caracterização da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve

A RH8 – Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve integra as bacias hidrográficas dos rios e das ribeiras entre o estuário do rio Guadiana e a foz da ribeira de Seixe, incluindo as respectivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes (INAG, 2005).

A Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve cobre uma área da ordem de 5. 509 km², repartida por 15 concelhos da região do Algarve e 3 do Alentejo, oito dos quais são abrangidos parcialmente. Os concelhos totalmente abrangidos são: Albufeira, Aljezur, Faro, Lagoa, Lagos, Monchique, Olhão, Portimão, Silves, Vila do Bispo. Os concelhos parcialmente abrangidos são: Almodôvar, Odemira, Ourique, Castro Marim, Loulé, S. B. Alportel, Tavira e V. R. Stº António (INAG e ARH do Algarve, 2009a).

Esta área inclui assim a totalidade do Barlavento Algarvio e a parte do Sotavento não coberta pela Região Hidrográfica do Guadiana, conforme a Figura 4.1, encontrando-se sob jurisdição da ARH do Algarve, que entrou em funcionamento em 1 de Outubro de 2008.



Figura 4.1 - Área de jurisdição da Administração da Região Hidrográfica do Algarve (Fonte: ARH do Algarve, 2008¹)

As bacias dos cursos de água nesta Região foram agrupadas em 6 grandes sub-bacias, quer atendendo ao padrão da rede hidrográfica (INAG e DRA - Algarve, 2000), quer aos sectores da costa para onde se orienta a drenagem, nomeadamente:

- **Sub – bacia Costa Ocidental** - área das bacias hidrográficas dos cursos de água que drenam para o litoral ocidental;
- **Sub - bacia Costa Sul** - área das bacias dos cursos de água que drenam para o litoral sul entre Sagres e a ria de Alvor;
- **Sub – bacia Alvor** - área das bacias dos cursos de água que drenam para o sistema lagunar de Alvor;
- **Sub – bacia Arade** - área da bacia hidrográfica do rio Arade, abrangendo também a área de costa entre a foz do Arade e a ria de Alvor;
- **Sub – bacia Zona Central** - área da bacia hidrográfica das ribeiras que drenam a faixa mais larga do barrocal algarvio, entre Lagoa e Loulé;

¹ Mapa produzido pelo SIG da ARH do Algarve, integrado no ofício de apresentação deste organismo junto de várias entidades, na data da sua entrada em funcionamento (1 de Outubro de 2008).

- **Sub – bacia Ria Formosa** – área das bacias dos cursos de água que drenam para o sistema lagunar da Ria Formosa.

Nesta Região Hidrográfica, os principais cursos de água nascem nas serras de Monchique e Espinhaço de Cão, a Ocidente, e na do Caldeirão, a Nordeste, sendo o mais importante o rio Arade.

As principais origens de água, para além das águas subterrâneas, são actualmente, para a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, as barragens das ribeiras da Bravura, Arade, Funcho e Odelouca.

Foram ainda delimitadas, nesta área, 80 massas de água superficiais e 23 massas de água subterrâneas, em que, de acordo com o “Relatório Síntese sobre a Caracterização das Regiões Hidrográficas” (INAG, 2005), elaborado conforme o estipulado pelo artigo 5º da DQA, 41 massas de água superficiais foram consideradas “em risco” e 26 “em dúvida” e, das 26 massas de água subterrânea, 2 foram consideradas “em risco” e 5 “em dúvida” (INAG e ARH do Algarve, 2009b). Esta avaliação teve por base os objectivos ambientais estabelecidos pela DQA que visam a prevenção da deterioração do estado das águas e a sua protecção, melhoria e recuperação com o objectivo de alcançar pelo menos o bom estado.

Esta região caracteriza-se por concentrar um elevado número de população durante o Verão, resultante do impacto da actividade turística e do desequilíbrio da distribuição da população entre o interior e o litoral, faixa de território onde também se concentram essencialmente as actividades económicas.

Relativamente aos sistemas públicos de abastecimento de água, de drenagem e de tratamento de águas residuais, esta região hidrográfica apresenta índices de atendimento superiores à média do Continente (INAG e ARH do Algarve, 2009a), quer no que respeita ao abastecimento (RH Ribeiras do Algarve – 92%; Continente – 90%), à drenagem (RH Ribeiras do Algarve – 81%; Continente – 77%) e tratamento (RH Ribeiras do Algarve – 78%; Continente – 71%).

As utilizações de água mais relevantes são a indústria transformadora, a agricultura e a hotelaria / restauração.

4.3. Faseamento e Calendarização

No sentido de dar cumprimento ao estabelecido pela DQA e pela Lei da Água, o INAG, na qualidade de Autoridade Nacional da Água, e as ARH, enquanto entidades promotoras dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, determinaram que a elaboração dos mesmos decorrerá em várias fases, algumas das quais serão objecto de participação pública conforme o mencionado no Quadro 4.1.

Quadro 4.1 – Calendarização para a elaboração do PGRHA

Fases do PGRHA	Data de Conclusão	Participação Pública
Calendário e Programa de Trabalhos	Jan/07	Fev a Jul/07
Identificação das Questões Significativas	Fev/09	Jun a Jul/07 Fev a Jul/09
Caracterização da Região Hidrográfica e do Estado das Massas de Água	Set/09	
Objectivos Ambientais	Dez/09 a Jan/10	
Programa de Medidas	Mar/10	
Avaliação Ambiental Estratégica		
Versão Preliminar do Plano	Mar/10	Abr a Set/10
Versão Final do Plano	Dez/10	

Fonte: ARH do Algarve, 2008²

Todas as etapas mencionadas no quadro anterior serão promovidas e dinamizadas por cada uma das ARH, com excepção da primeira – Calendário e Programa de Trabalhos – que foi promovida pelo INAG, na qualidade de Autoridade Nacional da Água, para todas as regiões hidrográficas do Continente, dado que, na altura, ainda não se encontravam em funcionamento as ARH.

Estas fases serão acompanhadas pelo Conselho de Região Hidrográfica, órgão consultivo das ARH, pois em conformidade com o artº 12º da Lei da Água, compete-lhe, entre outras atribuições, “(...) apreciar e acompanhar a elaboração do plano de gestão da bacia hidrográfica e os planos específicos de gestão das águas, devendo emitir parecer antes da respectiva aprovação (...)”.

² Resultado da definição conjunta, entre as ARH e o INAG, da calendarização a aplicar em Portugal para a elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, antes do início do processo de participação pública da 2ª fase - Identificação das Questões Significativas.

Neste órgão deverão estar representados os actores chave interessados e com competências na gestão da água, conforme é definido no art.º 7º, nº 1, do DL 208/2007, de 29 de Maio:

O conselho de região hidrográfica (CRH) é o órgão consultivo da ARH, I. P., no qual estão representados os ministérios, outros organismos da Administração Pública e os municípios directamente interessados e as entidades representativas dos principais utilizadores relacionados com o uso consumptivo e não consumptivo dos recursos hídricos na bacia hidrográfica respectiva, bem como as organizações técnicas, científicas e não governamentais representativas dos usos da água na região hidrográfica.

Neste sentido, e procurando corresponder a esta determinação, a ARH do Algarve procedeu à selecção dos actores chave a integrar o Conselho de Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, contando para o efeito com a colaboração dos vários sectores para garantir a melhor representatividade possível dos mesmos, tendo resultado a listagem de entidades constantes do Anexo A.

4.4. PGRHA – Fase 2: As Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA)

“São consideradas QSiGA as pressões decorrentes de acções antropogénicas sobre as massas de água, os impactos resultantes dessas acções e os aspectos de ordem normativa, organizacional, sócio – económica, ou outros, que dificultem o cumprimento dos objectivos da Lei da Água” (INAG e ARH do Algarve, 2009a).

A identificação das QSiGA constitui uma fase intercalar entre a definição do programa de trabalhos e a versão provisória dos PGRH.

Com o objectivo de contribuir para a identificação das potenciais questões significativas, foi lançado pelo INAG, a nível nacional, em Junho/Julho de 2007, um inquérito público a 725 entidades (administração central, municípios, entidades gestoras de sistemas públicos de abastecimento e/ou drenagem e tratamento de águas residuais e organizações não governamentais representativas da agricultura e pescas, da indústria,

do ambiente e equiparados, da energia e do turismo) e pessoas singulares (participantes nas sessões de consulta pública relativas ao Calendário e Programa de Trabalhos para elaboração dos PGRH) para recolha de opiniões sobre “quais as 10 principais questões” que deveriam ser integradas nos PGRH.

A análise do número de respostas remetidas ao INAG permitiu concluir, no entanto, que os níveis de participação foram muito baixos e a análise ao conteúdo das respostas recebidas revelou que nem sempre foi apreendido o objectivo deste inquérito (INAG e ARH do Algarve, 2009a), tendo sido recebidas na maioria dos casos sugestões de medidas a tomar para resolver determinados problemas específicos e não a indicação das questões significativas para cada região, salientando-se ainda que algumas das questões apontadas não estavam relacionadas com os objectivos da Lei da Água / DQA.

O Quadro 4.2 apresenta a distribuição da percentagem de respostas recebidas por sector, relativamente ao total de inquéritos distribuídos, salientando-se que de 725 entidades consultadas, apenas 45 (6,2%) enviaram resposta.

Quadro 4.2 - Percentagem de respostas recebidas, por sector, relativamente ao total de inquéritos distribuídos

Tipo de entidade	Entidades consultadas Nº	Respostas	
		Nº	%
Administração Central	48	7	14,6%
Agricultura e Pescas – Associações	39	5	12,8%
Indústria – Associações	47	1	2,1%
Ambiente e Equiparados – Associações	93	2	2,2%
Energia e Turismo – Associações e Outros	11	0	0,0%
ANMP + Câmaras Municipais	279	16	5,7%
ANAFRE e Delegações Distritais	19	1	5,3%
Entidades Gestoras	95	9	9,5%
Participantes das Sessões Públicas	94	4	4,3%
TOTAL	725	45	6,2%

Fonte: INAG e ARH do Algarve (2009b)

Nesta sequência, para a identificação das QSiGA foi definida uma metodologia que, com base numa lista de 29 potenciais questões relativas a pressões e impactos e submetendo-as a um processo de avaliação definido por 15 critérios relacionados com os objectivos da DQA e dois níveis de pontuação, identifica as questões a serem

consideradas como as mais significativas. Esta metodologia inclui ainda uma lista de 6 questões de ordem normativa, organizacional e económica e os respectivos critérios de identificação (INAG e ARH do Algarve, 2009a).

Com base na aplicação da metodologia descrita anteriormente e tal como se verificou nas restantes regiões hidrográficas, a ARH do Algarve identificou, para a bacia hidrográfica sob a sua jurisdição, as QSiGA apresentadas no Quadro 4.3, salientando-se que algumas dessas Questões são comuns a outras Regiões Hidrográficas e outras específicas da Região Hidrográfica do Algarve.

Quadro 4.3 – Listagem das QSiGA identificadas para a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve

Questões relativas a pressões e impactos	Questões de ordem normativa, organizacional e económica
<ul style="list-style-type: none"> • Águas enriquecidas por nitratos e fósforo • Competição de espécies não nativas com espécies autóctones • Contaminação de águas subterrâneas • Degradação de zonas costeiras • Escassez de água • Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de <i>blooms</i> de algas) • Intrusão salina • Inundações • Redução da biodiversidade • Sobre - exploração de aquíferos 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento especializado e actualizado • Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente • Licenciamento insuficiente e/ou ineficiente • Monitorização insuficiente e/ou ineficiente das massas de água • Nível de recuperação de custos dos serviços da água insuficiente (abastecimento público e na agricultura) • Medição e auto-controlo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e descargas de águas residuais

Fonte: INAG e ARH do Algarve (2009a).

Indica-se seguidamente alguns aspectos que caracterizam cada uma das Questões Significativas enunciadas no quadro anterior, de forma a se compreender melhor os problemas que, a este nível, predominam na região do Algarve (Quadros 4.4 e 4.5).

Quadro 4.4 – Caracterização das QSiGA relativas a pressões e impactos

Questões relativas a pressões e impactos	
Águas enriquecidas por nitratos e fósforo	<p>Uso inadequado e excessivo de fertilizantes inorgânicos na agricultura.</p> <p>Gestão incorrecta de efluentes orgânicos (estrumes e chorumes).</p>
Competição de espécies não nativas com espécies autóctones	<p>Introdução de espécies exóticas (cana, acácias e chorão; achigã, perca-sol e lagostim-de-água-doce).</p> <p>Criação de condições para a sua propagação.</p>
Contaminação de águas subterrâneas	<p>Contaminação bacteriológica e por nitratos e cloretos, de origem agrícola e agropecuária, pela intrusão salina ou por infiltração de águas residuais no solo.</p>
Degradação de zonas costeiras	<p>Pressão urbanística, erosão costeira.</p>
Escassez de água	<p>Ocorrência frequente de anos secos, aquífero Querença - Silves em risco de sobre – exploração.</p>
Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de <i>blooms</i> de algas)	<p>Ocorrência de cianobactérias nas albufeiras destinadas à produção de água para consumo humano.</p> <p>Enriquecimento em nutrientes associado às descargas de águas residuais, actividade agrícola e agropecuária.</p>
Intrusão salina	<p>Faixa ao longo do litoral identificada como área crítica para extracção de águas subterrâneas – aquíferos costeiros.</p> <p>Dissolução de massas de sal-gema provocada pelo aumento de extracções de água subterrânea.</p>

Quadro 4.4 – Caracterização das QSiGA relativas a pressões e impactos (cont.)

Questões relativas a pressões e impactos	
Inundações	Vulnerabilidade associada a precipitação de regime torrencial e às características geomorfológicas do território. Ocupação urbana de zonas ribeirinhas. Áreas impermeabilizadas.
Redução da biodiversidade	Fragmentação e redução de <i>habitats</i> resultante da expansão urbana e da alteração das práticas agrícolas e silvícolas. Alteração do regime hidrológico provocado por infra-estruturas hidráulicas.
Sobre – exploração de aquíferos	Situações temporárias em situações de seca. Aquífero Querença – Silves em risco.

Fonte: Cruz (2009)

Quadro 4.5 - Caracterização das QSiGA de ordem normativa, organizacional e económica

Questões de ordem normativa, organizacional e económica	
Conhecimento especializado e actualizado	Reforço da articulação com a comunidade científica. Aprofundamento dos conhecimentos motivado pelas exigências da Lei da Água e DQA.
Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente	Dificuldade em garantir a verificação das condições de utilização dos recursos hídricos e das infracções das normas legais. Meios humanos, técnicos e logísticos insuficientes.
Licenciamento insuficiente e/ou ineficiente	Número elevado de utilizações de recursos hídricos sem título de utilização. Prazos de emissão de título longos.

Quadro 4.5 - Caracterização das QSiGA de ordem normativa, organizacional e económica (cont.)

Questões de ordem normativa, organizacional e económica	
Monitorização insuficiente e/ou ineficiente das massas de água	<p>Rede de monitorização da qualidade ecológica ainda não totalmente operacional.</p> <p>Insuficiência de informação para a caracterização das massas de água.</p>
Nível de recuperação de custos dos serviços da água insuficiente	<p>Nível de recuperação de custos relativamente baixos.</p> <p>Dificuldade em integrar os custos ambientais e de escassez.</p>
Medição e auto-controlo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e descargas de águas residuais	<p>Auto – controlo inexistente ou não executado de acordo com os termos impostos nos TURH (Taxas de Utilização de Recursos Hídricos).</p> <p>Impossibilidade de avaliar o uso eficiente da água e realizar com rigor os balanços hídricos para as diferentes massas de água.</p>

Fonte: Cruz (2009)

No sentido de dar cumprimento ao estabelecido pela DQA e pela Lei da Água, em termos de informação e participação do público, foi definido que a proposta das Questões Significativas sobre a Gestão da Água identificadas seria submetida à participação pública dos interessados no período mínimo de 6 meses, entre Fevereiro e Julho de 2009, de acordo com a calendarização apresentada no Quadro 4.1.

5. Metodologia e Concepção do Projecto

5.1. Enquadramento

Este trabalho visou a análise de um estudo de caso, ao focalizar-se na investigação de um fenómeno actual no seu próprio contexto (Carmo e Ferreira, 1997), na medida em que o PGRHA está actualmente em elaboração sob a responsabilidade da ARH do Algarve e que o período de participação pública da sua 2ª fase coincidiu com o da realização deste estudo..

Em termos de metodologia, optou-se pela triangulação metodológica e de dados, assente na utilização de abordagens quantitativas e qualitativas, consubstanciado na combinação da revisão da literatura e de diplomas legais com a concepção de um processo de participação pública para o PGRHA, de acordo com as orientações descritas em Barbier (1996), e a implementação da 2ª fase deste Plano relativa à identificação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água.

A implementação desta fase compreendeu a utilização de diferentes métodos e dados, através da aplicação de uma metodologia específica para a promoção de uma sessão e de um fórum de participação públicas, este último baseado nas orientações de Susskind (1999) e de Vasconcelos (2004), envolvendo os participantes directamente na produção de resultados quantitativos e qualitativos importantes para a identificação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água na Região Hidrográfica do Algarve, mas também potenciadores da discussão de aspectos a abordar nas fases posteriores. No âmbito da organização e dinamização destes eventos foram também aplicados inquéritos por entrevista e por questionário, para além do recurso à observação directa com registo numa grelha de observações e em anotações.

De acordo com Patton (1990), citado por Carmo e Ferreira (1997), uma forma de tornar um plano de investigação mais sólido é através da triangulação, isto é, da combinação de metodologias no estudo dos mesmos fenómenos ou programas. Tal significa, de acordo com o mesmo autor, utilizar diferentes métodos ou dados, incluindo a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas.

Pretendeu-se, desta forma, assegurar a validade interna e a fiabilidade do estudo em apreço.

No âmbito da organização do Fórum de Participação Pública, é de salientar que foi utilizada uma amostra de conveniência dos actores chave com conhecimentos, competências e interesse na gestão da água da Região Hidrográfica do Algarve, na perspectiva de que esta amostra fosse representativa da população alvo a considerar neste estudo de caso.

Relativamente aos inquéritos por entrevista, a aplicar por telefone previamente à realização do Fórum de Participação Pública, optou-se por uma tipologia de entrevista mista, centrada na temática da cidadania activa e na obtenção dos contributos necessários para a concretização da 2ª fase do PGRHA e para encetar a discussão em torno de aspectos a aprofundar nas fases posteriores.

Quanto aos inquéritos por questionário, aplicados na avaliação de cada um dos referidos eventos, constituíram-se predominantemente por perguntas fechadas, com recurso à escala de atitudes, mas também por algumas perguntas abertas, por forma a permitir alguma liberdade de expressão por parte dos participantes.

A avaliação global assentou na apreciação de todos os meios e fontes utilizadas, considerando o contexto, processo e resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Conforme Blackstock *et al* (2007), como em qualquer processo de investigação social, na avaliação deve-se ter muita atenção na análise da amostra seleccionada e na validade e confiança dos dados recolhidos. Os objectivos da avaliação são geralmente demasiado complexos para serem atingidos com base numa única variável, medida ou método (O'Meara *et al*, 2004).

5.2. Concepção do Processo de Participação Pública do PGRHA

Neste capítulo é apresentada uma proposta de concepção de um processo de participação pública para o PGRHA, que se pretende eficaz, cumprindo o estabelecido pela DQA e procurando garantir o respeito efectivo pelos princípios de cidadania activa e democracia deliberativa.

Em primeiro lugar há que enquadrar a estrutura que se propõe para a elaboração deste Plano, dado que, de acordo com a calendarização indicada no sub - capítulo 4.3., verifica-se que em determinadas fases cruciais do desenvolvimento do Plano não está previsto dar continuidade à participação activa dos actores chave, nomeadamente a fase de estabelecimento do Programa de Medidas e da Avaliação Ambiental Estratégica, dado que esta também não constitui uma obrigação legal estabelecida pela DQA.

De acordo com o Quadro 4.1, os actores chave com competências e interesse em participarem activamente na gestão da água só teriam essa oportunidade numa fase inicial do processo, aquando da identificação das questões significativas, o que é positivo, mas, posteriormente, apenas numa fase final do processo de tomada de decisão, quando é apresentada a versão preliminar. Este formato de participação não será, deste modo, o mais eficaz, apesar do Conselho de Região Hidrográfica, que é composto por elementos representativos de um leque alargado de actores chave, assegurar o devido acompanhamento da elaboração deste instrumento de planeamento ao longo de todas as suas fases de execução.

Tendo por base o pressuposto de que em cada fase e desde o início de qualquer processo de planeamento, a participação do público deverá contemplar as vertentes da divulgação, consulta e participação activa, apresenta-se, em alternativa, uma nova calendarização em conformidade com os princípios atrás enunciados (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 – Proposta alternativa de calendarização para a elaboração do PGRHA

Fases do PGRHA	Data de Conclusão	Participação Pública
Calendário e Programa de Trabalhos	Jan/07	Fev a Jul/07
Identificação das Questões Significativas	Jan/09	Jun a Jul/07 Fev a Jul/09
Caracterização da Região Hidrográfica e do Estado das Massas de Água	Set/09	Out a Dez/09
Objectivos Ambientais	Dez/09 a Jan/10	Out a Dez/09
Programa de Medidas	Mar/10	Jan a Mar/10
Avaliação Ambiental Estratégica	Mar/10	Out/09 a Mar/10
Versão Preliminar do Plano	Mar/10	Abr a Set/10
Versão Final do Plano	Dez/10	

Esta calendarização prevê, assim, a introdução de 3 fases intercalares de participação pública activa, de 3 meses cada, para além das restantes estabelecidas pela DQA, em que os actores chave seriam convidados a se envolverem activamente na definição dos Objectivos Ambientais, do Programa de Medidas e no processo de Avaliação Ambiental Estratégica, e 1 fase de envolvimento de carácter mais passivo, dado que o seu objectivo seria divulgar a informação disponível relativa à Caracterização da Região Hidrográfica e do Estado das Massas de Água, fornecendo assim mais elementos aos actores chave para poderem contribuir de forma activa e mais consciente nas fases posteriores.

Nesta sequência, é apresentada seguidamente uma proposta de concepção de um projecto de participação pública, que se pretende inovadora e eficaz, no âmbito deste Plano de Gestão.

5.2.1. Objectivos Gerais, Específicos e Evolutivos

Geral

Desenvolver um processo de participação pública eficaz, no âmbito da implementação do PGRHA, que assegure o envolvimento activo de todos os actores chave com interesse nas questões ambientais associadas à gestão dos recursos hídricos, de modo a que aquele instrumento de planeamento seja elaborado na base do consenso e assente na co - responsabilização de todos os interessados.

Específicos

- Assegurar o envolvimento activo dos cidadãos e entidades interessadas no processo de tomada de decisão, conferindo-lhes a possibilidade de colaborarem na identificação de problemas e na proposta de soluções adequadas;
- Permitir a interacção de diversos tipos de informação e conhecimento entre vários actores chave;

- Assegurar a co - responsabilização de todos os intervenientes e interessados neste processo, como forma de garantir uma implementação mais eficaz e descentralizada do Plano;
- Assegurar a partilha de pontos de vista entre as partes interessadas, a contemplação de todas as preocupações e a sua participação desde o início do processo, devendo a ênfase ser colocada nos interesses mais do que nas posições, de forma a evitar situações de impasse e a minimizar o conflito;
- Assegurar a incorporação da opinião do público no PGRHA, garantindo que a respectiva estratégia de intervenção e as medidas a definir reflectam os interesses dos actores chave a envolver neste processo.

Evolutivos

- Garantir um maior conhecimento dos problemas associados à gestão da água, mediante a informação do público interessado;
- Incentivar a participação de todos os interessados e encorajar o diálogo e o debate sobre as questões relativas aos recursos hídricos;
- Contribuir para o aumento da motivação da população algarvia para participar activamente em processos de planeamento e para a mudança de atitudes e comportamentos em relação às questões de carácter colectivo que a todos dizem respeito.

5.2.2. Actores Chave

A metodologia a utilizar terá em vista o cumprimento dos princípios de informação, consulta e envolvimento activo da população na tomada de decisão, assentando numa estratégia de envolvimento de um público - alvo diversificado desde as primeiras etapas do processo e de articulação dos referidos princípios.

Pretende-se, desta forma, que todos aqueles que têm alguma coisa em jogo sejam envolvidos, devendo ser criadas condições para integrar todos os interesses e valores

desde o início do processo, ajustando o plano ao longo do desenvolvimento (Vasconcelos, 2004).

Quando se publicita a abertura de um processo de consulta pública sem considerar a diversidade de públicos – alvo, é a qualidade dos contributos que acaba por ser penalizada e é o potencial para posteriores conflitos que acaba por ser alimentado (Vasconcelos e Fonseca, 2006).

De acordo com Matos e Liguierre (2002), a participação pública, entendida em sentido lato, é um processo aberto a todos os interessados, pessoas ou instituições.

Na selecção dos actores chave deverão, assim, ser consideradas todas as pessoas e instituições envolvidas ou a envolver em processos de planeamento e gestão integrada desta natureza, em função do seu papel de utilizadores ou dos conhecimentos, competências e responsabilidades que detêm nesta matéria (entidades públicas, privadas, associações sectoriais, associações locais/cidadãos e associações de defesa do ambiente), ou seja, da sua representatividade neste domínio e no contexto da região algarvia.

Atendendo a que esta Região Hidrográfica possui algumas especificidades que caracterizam e a dividem em 6 grandes sub - bacias, a selecção dos actores chave terá ainda em consideração a necessidade de abranger representantes de cada uma destas áreas, para que todas as preocupações relativas à gestão dos recursos hídricos possam ser devidamente consideradas no processo de decisão.

Finalmente, atendendo a que se pretende proceder à aplicação de diversas metodologias complementares, com destaque para as sessões de participação pública e os fóruns participativos, cabe salientar que enquanto as primeiras serão abertas ao público em geral, tendo por base um processo de divulgação o mais abrangente possível, as segundas assentarão na selecção prévia de actores chave com base nos princípios mencionados neste capítulo.

5.2.3. Espaços para a Realização das Acções

A escolha dos locais para a dinamização das acções a empreender dependerá da natureza e das condições que cada acção exigir.

Assim, enquanto para uma sessão de participação pública será conveniente a disponibilização de um auditório, pois este equipamento reúne condições para a transmissão alargada de informação, integrando os meios audiovisuais adequados, e para a concentração de um número considerável de participantes, para um fórum de participação pública serão necessárias salas mais vocacionadas para o trabalho em grupo, embora um espaço mais amplo, como o auditório, continue a ser importante para a sessão de abertura e sessão plenária.

Neste sentido, preferencialmente, e porque a diversidade de espaços que oferece contempla a possível variedade de acções que se possa pretender promover, deverá ser seleccionada a Universidade do Algarve, também pelo papel que esta instituição tem desempenhado na vertente científica de investigação dos recursos hídricos na região algarvia, sendo reconhecida pelas suas valências técnicas e enquanto pólo dinamizador da investigação nesta e noutras áreas de intervenção e pelo seu contributo para o desenvolvimento sustentável deste território. Para além disso, a Universidade do Algarve localiza-se em Faro, ou seja, numa localidade central e de fácil acesso.

No entanto, e porque um dos motivos da fraca participação se deve à distância do local de residência dos participantes, conforme referido por Martinez e McMullin (2004), citado por Larson e Lach (2008), sempre que possível serão proporcionadas acções em diversas zonas da região algarvia, de preferência procurando incidir em algumas das sub – bacias hidrográficas identificadas, contando, para o efeito, com o apoio das Câmaras Municipais para a selecção dos locais mais adequados (estabelecimentos de ensino, bibliotecas municipais, entre outros) ou de outras entidades com instalações disponíveis.

5.2.4. Actividades e Recursos

Relativamente ao tipo de acções a promover, salienta-se que as fases de participação pública definidas pela DQA prevêem que haja uma articulação entre os três princípios de transmissão de informação, envolvimento activo e consulta pública e, na fase de apresentação da versão preliminar do Plano de Gestão, é sugerida apenas a articulação entre a transmissão de informação e a consulta pública.

No entanto, as fases intercalares propostas no âmbito deste trabalho, conforme o Quadro 5.1, introduzem uma perspectiva mais inovadora, pois visam essencialmente a articulação entre a transmissão de informação e o envolvimento activo dos actores chave (promoção do diálogo e debate entre as partes interessadas, visando a partilha de responsabilidades e o consenso na tomada de decisões), reforçando esta última componente, sem, no entanto, deixar de criar condições para que os momentos definidos para a consulta pública se concretizem da forma mais adequada.

É de referir ainda que o proposto é que estas fases de participação pública intercalar, ao contrário das definidas pela DQA que decorrem, normalmente, a seguir à conclusão dos trabalhos associados a cada fase, se desenvolvam durante o período de execução dos trabalhos para garantir a contribuição atempada dos actores chave e a plena integração dos seus pontos de vista nos vários capítulos que irão constituir o documento final do Plano de Gestão.

5.2.4.1. Actividades

Apresenta-se seguidamente uma proposta de actividades a realizar nas várias fases de participação pública do Plano de Gestão, com excepção da primeira que decorreu em 2007 sob a orientação do INAG e cuja metodologia adoptada considera-se que foi a possível atendendo ao seu âmbito e aos prazos impostos pela DQA, ao facto de constituir a fase inicial de um processo desconhecido para todos os actores chave e de todos os procedimentos terem sido centralizados no INAG, uma vez que nessa data ainda não tinham sido criadas as ARH.

Esta fase teve como objectivo a elaboração do calendário e programa de trabalhos para a elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica e a metodologia utilizada para a dinamização da participação pública encontra-se descrita no Quadro 5.2 seguidamente apresentado.

Também as propostas de acções para a participação pública da 2ª fase do Plano dão seguimento a um trabalho previamente efectuado pelo INAG, ou seja, a proposta de um conjunto de Questões Significativas sobre a Gestão da Água, dado que os documentos produzidos e que foram colocados em consulta pública resultaram de um processo que teve início no 2º semestre de 2007 e que contemplou a realização de um inquérito dirigido a diversas entidades, conforme já foi mencionado no sub - capítulo 4.4.

Salienta-se ainda que na metodologia proposta para a realização destas actividades haverá sempre a preocupação de articular e interligar as várias fases que compõem este Plano de Gestão, de modo a que os resultados de cada fase de participação pública constituam, inequivocamente, um contributo para as fases posteriores.

As actividades descritas no Quadro 5.2 são apresentadas, em cada fase, pela ordem cronológica que se entende ser a mais adequada para a obtenção dos resultados que melhor respondem aos objectivos propostos para cada acção.

Ainda relativamente ao tipo de actividades seleccionadas para cada fase, é de salientar que as mesmas visam garantir a articulação entre as componentes da informação, consulta e envolvimento activo, conforme já foi referido em alguns capítulos deste trabalho. Em particular, pretende-se assegurar esta última componente desde as fases iniciais do processo de participação pública, contrariando as tendências de aplicação única de procedimentos de participação pública passiva, tendo-se optado, preferencialmente, pela realização de fóruns colaborativos, mediante a aplicação da metodologia de Vasconcelos, mas também, sempre que se entendeu constituir um contributo considerável para a obtenção de resultados mais eficazes, com o recurso a ferramentas como os sistemas de informação geográfica (González *et al*, 2008; Painho, 2007) e a modelação participativa (Videira *et al*, 2006; Videira *et al*, 2009).

É de referir a este respeito que a ARH do Algarve possui alguma experiência na utilização do SIG no desenvolvimento das suas tarefas, com o apoio e consultoria da Universidade Nova de Lisboa – Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação

(UNL – ISEGI), e dispõe de software adequado e actualizado, pelo que reúne as condições básicas para a sua aplicação na dinamização dos fóruns colaborativos em algumas fases deste processo.

Relativamente à modelação participada, a ARH do Algarve não dispõe de experiência na aplicação desta metodologia, nem de conhecimentos para o efeito, mas uma vez considerada relevante para aplicação em algumas fases, será necessário proceder à contratação de consultoria externa para o efeito.

Finalmente, é de salientar que apesar de no Quadro seguinte cada fase apresentar as actividades separadamente, para algumas e em situações em que fases diferentes decorram no mesmo período de tempo, poder-se-á optar por debater diferentes aspectos durante os mesmos eventos, como é o caso dos fóruns colaborativos, por exemplo, desde que esta opção não ponha em causa os objectivos inicialmente definidos para cada uma das etapas.

Quadro 5.2 - Acções de participação pública a desenvolver nas várias fases de elaboração do PGRHA

Acções/Objectivos	Calendarização	Descrição
1ª FASE		
<p>Calendário e Programa de Trabalhos</p> <p>Assegurar a elaboração do calendário e programa de trabalhos para a elaboração dos PGRH a nível nacional, incluindo uma lista das medidas de consulta a tomar.</p>	<p>Conclusão dos Trabalhos: Janeiro de 2007</p> <p>Participação Pública: Fevereiro a Julho de 2007</p>	<p><i>Esta fase foi promovida e dinamizada pelo INAG.</i></p> <p>Divulgação do processo de participação pública através da página da Internet do INAG, email e ofícios, folheto de divulgação e anúncios em jornais nacionais.</p> <p>Promoção de sessões públicas de apresentação e discussão, abertas a todos os interessados.</p> <p>Participação de todos os interessados por escrito, email ou presencialmente na sede do INAG.</p>
2ª FASE		
<p>Identificação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água (QSiGA)</p> <p>Promover a identificação das QSiGA, entendidas como as pressões decorrentes de acções antropogénicas sobre as massas de água, os impactos resultantes dessas acções e os aspectos de ordem normativa, organizacional, sócio - económica, ou outros, que dificultem o cumprimento dos objectivos da Lei da Água.</p>	<p>Conclusão dos Trabalhos: Janeiro de 2009</p> <p>Participação Pública: Junho a Julho de 2007 e Fevereiro a Julho de 2009</p>	<p><i>A partir desta fase, e uma vez constituídas as ARH, a participação pública passou a ser dinamizada por esta entidade, embora o INAG tenha realizado um inquérito inicial dirigido a diversas entidades e orientado inicialmente a metodologia que esteve subjacente à produção do documento “Questões Significativas sobre a Gestão da Água”, colocado posteriormente em consulta pública.</i></p> <p>Criação de um <i>banner</i> específico na Página da Internet da ARH do Algarve para divulgação de informação actualizada sobre o Plano de Gestão e, em particular, sobre as Questões Significativas sobre a Gestão da Água.</p>

Quadro 5.2 - Acções de participação pública a desenvolver nas várias fases de elaboração do PGRHA (cont.)

Acções/Objectivos	Calendarização	Descrição
<p>Identificação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água (QSiGA)</p> <p>Promover a identificação das QSiGA, entendidas como as pressões decorrentes de acções antropogénicas sobre as massas de água, os impactos resultantes dessas acções e os aspectos de ordem normativa, organizacional, sócio - económica, ou outros, que dificultem o cumprimento dos objectivos da Lei da Água.</p>	<p>Conclusão dos Trabalhos: Janeiro de 2009</p> <p>Participação Pública: Junho a Julho de 2007 e Fevereiro a Julho de 2009</p>	<p>Criação de um email específico para envio de comentários e sugestões por parte dos interessados.</p> <p>Criação de uma ficha de participação pública em papel e sua colocação na Página da Internet da ARH do Algarve para preenchimento e envio <i>on line</i>.</p> <p>Disponibilização de brochuras <i>on line</i>, com informação sobre as QSiGA, cuja elaboração foi da responsabilidade do INAG com a colaboração da ARH.</p> <p>Produção de um folheto com informação sintetizada acerca do processo de participação pública em geral.</p> <p>Divulgação do procedimento de participação pública para esta fase na imprensa regional e no boletim informativo da ARH do Algarve.</p> <p>Realização de Sessão de Participação Pública para apresentação do documento das Questões Significativas, prestação de esclarecimentos e promoção do debate.</p> <p>Realização de Fórum de Participação Pública com representação dos actores chave interessados, precedido de um inquérito por entrevista aos mesmos, com o objectivo de identificação dos problemas, aspectos positivos e medidas no contexto da Região Hidrográfica do Algarve.</p> <p>Divulgação do Relatório de Participação Pública por email e na página da internet e integração dos resultados no Plano de Gestão.</p>

Quadro 5.2 - Acções de participação pública a desenvolver nas várias fases de elaboração do PGRHA (cont.)

Acções/Objectivos	Calendarização	Descrição
3ª FASE		
<p>Caracterização da Região Hidrográfica e do Estado das Massas de Água</p> <p>Assegurar a caracterização geral da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, enquadrando-a do ponto de vista biofísico e sócio – económico e visando a identificação e caracterização das zonas protegidas, das pressões naturais e das incidências antropogénicas significativas, a análise das redes de monitorização e a avaliação do estado das massas de água.</p>	<p>Conclusão dos Trabalhos: Setembro 2009</p> <p>Participação Pública: Outubro a Dezembro 2009</p>	<p>Elaboração da caracterização da região hidrográfica, considerando a identificação de aspectos positivos identificados pelos actores chave, na sequência da entrevista prévia efectuada na 2ª fase e do Fórum de Participação Pública.</p> <p>Integrar a divulgação dos trabalhos no banner do Plano de Gestão da Página da Internet da ARH do Algarve.</p> <p>Produção de brochura síntese e sua ampla divulgação pelos actores chave e demais interessados (email, página da internet, em papel).</p> <p>Elaboração de artigos para divulgação no boletim informativo da ARH do Algarve e noutros boletins e ou revistas de âmbito regional.</p>

Quadro 5.2 - Acções de participação pública a desenvolver nas várias fases de elaboração do PGRHA (cont.)

Acções/Objectivos	Calendarização	Descrição
4ª FASE		
<p>Definição dos Objectivos Ambientais</p> <p>Promover a definição dos objectivos ambientais a serem atingidos em 2015 ou em datas posteriores por razões justificadas, que deverão incidir sobre todas as massas de água, independentemente de serem águas subterrâneas ou águas de superfície (rios, lagos, águas de transição, águas costeiras, águas artificiais e águas fortemente modificadas) e ainda contemplar as zonas protegidas, nos termos do artigo 48º da Lei da Água.</p>	<p>Conclusão dos Trabalhos: Dezembro 2009 a Janeiro 2010</p> <p>Participação Pública: Outubro a Dezembro 2009</p>	<p>Realização de sessão de participação pública para apresentação do trabalho de caracterização efectuado e incentivar a discussão em torno da definição dos objectivos ambientais.</p> <p>Realização de fóruns de participação pública, por sub - bacias, para identificação dos objectivos ambientais mais relevantes em função das questões significativas definidas, com recurso à ferramenta SIG.</p> <p>Entrevistas ou inquéritos dirigidos a especialistas e recolha de pareceres técnicos.</p> <p>Divulgação do Relatório de Participação Pública por email e na página da internet da ARH do Algarve.</p> <p>Divulgação dos Objectivos Ambientais na imprensa regional, no boletim informativo e página da internet da ARH do Algarve.</p> <p>Integração dos resultados no Plano de Gestão.</p>

Quadro 5.2 - Acções de participação pública a desenvolver nas várias fases de elaboração do PGRHA (cont.)

Acções/Objectivos	Calendarização	Descrição
5ª FASE		
<p>Apresentação dos Programas de Medidas</p> <p>Assegurar a apresentação de programas de medidas, que deverão incluir medidas de base, suplementares e adicionais e ser organizadas por área temática, nomeadamente para a Qualidade e Quantidade de Água, Gestão de Riscos e Valorização do Domínio Hídrico, Quadro Institucional e Normativo, Quadro Económico e Financeiro, Monitorização, Investigação e Conhecimento e Comunicação e Governança.</p>	<p>Conclusão dos Trabalhos: Março 2010</p> <p>Participação Pública: Janeiro a Março 2010</p>	<p>Elaboração de proposta de linhas de actuação e medidas considerando as que foram identificadas no documento das Questões Significativas e pelos actores chave, na sequência do processo de participação pública realizado na 2ª fase (Inquéritos por Entrevista e Fórum de Participação Pública).</p> <p>Realização de fóruns de participação pública por sub – bacias, com recurso à ferramenta SIG e modelação dinâmica, no sentido de validar a proposta anterior e particularizar as medidas a empreender em função da especificidade de cada sub - bacia.</p> <p>Entrevistas ou inquéritos dirigidos a especialistas e recolha de pareceres técnicos.</p> <p>Divulgação do Relatório de Participação Pública por email e na página da internet da ARH do Algarve.</p> <p>Divulgação de síntese do Programa de Medidas na imprensa regional, boletim informativo e página da internet da ARH do Algarve.</p> <p>Integração dos resultados no Plano de Gestão.</p>

Quadro 5.2 - Acções de participação pública a desenvolver nas várias fases de elaboração do PGRHA (cont.)

Acções/Objectivos	Calendarização	Descrição
6ª FASE		
<p>Concretização da Avaliação Ambiental Estratégica</p> <p>Assegurar uma visão estratégica e uma perspectiva alargada em relação às questões ambientais, através da integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa.</p>	<p>Conclusão dos Trabalhos: Março 2010</p> <p>Participação Pública: Outubro 2009 a Março 2010</p>	<p>Realização de fóruns de participação pública por sub – bacias.</p> <p>Entrevistas ou inquéritos dirigidos a especialistas e recolha de pareceres técnicos.</p> <p>Divulgação do Relatório de Participação Pública por email e na página da internet da ARH do Algarve.</p> <p>Elaboração de brochura com síntese do relatório da Avaliação Ambiental Estratégica e sua divulgação pelos actores chave e demais interessados (email, página da internet, em papel).</p> <p>Divulgação de síntese do relatório da Avaliação Ambiental Estratégica na imprensa regional e no boletim informativo da ARH do Algarve.</p> <p>Integração dos resultados no Plano de Gestão.</p>

Quadro 5.2 - Acções de participação pública a desenvolver nas várias fases de elaboração do PGRHA (cont.)

Acções/Objectivos	Calendarização	Descrição
7ª FASE		
<p>Apresentação da Versão Preliminar do Plano</p> <p>Assegurar a apresentação da versão preliminar do Plano, resultante da compilação dos documentos intercalares produzidos nas fases anteriores, viabilizando a sua apreciação e validação final por parte de todos os interessados, antes da publicação e aprovação da respectiva versão final.</p>	<p>Conclusão dos Trabalhos: Março 2010</p> <p>Participação Pública: Abril a Setembro 2010</p>	<p>Elaboração de uma brochura com síntese da versão preliminar do Plano e sua divulgação pelos actores chave e demais interessados (email, página da internet, em papel).</p> <p>Disponibilização integral da versão preliminar do Plano, para consulta pública, na página da internet da ARH do Algarve, do INAG e dos municípios abrangidos por esta Região Hidrográfica e, em papel, no sector de Atendimento da ARH do Algarve e também nos referidos municípios. Possibilidade de efectuar comentários em ficha de participação on line ou em papel.</p> <p>Sessões de Participação Pública para divulgação da Avaliação Ambiental Estratégica e da Versão Preliminar do Plano, esclarecimentos e debate.</p> <p>Entrevistas ou inquéritos dirigidos a especialistas e recolha de pareceres técnicos.</p> <p>Divulgação de todos estes procedimentos na imprensa regional, página da internet, boletim informativo da ARH do Algarve.</p> <p>Divulgação do Relatório de Participação Pública por email e na página da internet da ARH do Algarve.</p> <p>Integração dos resultados na versão final do Plano de Gestão.</p>

5.2.4.2. Recursos

Humanos

Para dinamizar o processo de participação pública proposto deverá ser criada uma equipa composta por elementos com conhecimentos no domínio dos recursos hídricos em geral e, em particular, da região do Algarve e ainda, preferencialmente, com experiência nas áreas da participação, comunicação, mediação e criação de consensos.

Assim, esta equipa deverá ser constituída por funcionários pertencentes à ARH do Algarve, entidade promotora do Plano de Gestão em apreço, os quais reúnem as condições enunciadas no parágrafo anterior principalmente pela sua participação no projecto SIDS Algarve e também por possuírem alguma formação nestes domínios. Poderá ainda contar com o apoio de outras entidades parceiras, nomeadamente para o desempenho do papel de facilitador e ou relator nos fóruns de participação pública, e com a colaboração de especialistas para intervenção nas sessões de participação pública.

Saliento ainda o facto do Conselho da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve assegurar o acompanhamento detalhado da elaboração deste Plano, entre outras atribuições que definem o papel deste órgão, no qual estão representados todos os actores chave com interesse e competências na gestão da água, conforme já referido no ponto 4.3.

Para a dinamização dos fóruns participativos com recurso ao SIG e à modelação participada, será necessário recorrer ao apoio de consultoria externa.

Materiais

No sentido de facilitar a divulgação e identificação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve será importante criar uma imagem específica, isto é, um logótipo, a aplicar quer na página da internet, quer em todos os materiais que forem produzidos.

Entre os materiais a conceber, a alugar ou a adquirir, destacam-se os seguintes:

- Folhetos e Brochuras;

- Cartazes;
- Programas;
- Pastas;
- Material diverso para dinamização dos fóruns participativos (papel cenário, canetas, etiquetas, entre outros);
- Painéis expositivos;
- Equipamento audiovisual necessário para apresentação de informação nos fóruns participativos e sessões de participação pública (projector de vídeo e computador);
- Software para utilização da ferramenta SIG e aplicação da modelação dinâmica.

Salienta-se ainda a necessidade do aluguer de espaços adequados ao tipo de evento a promover em cada fase, nomeadamente auditório e ou salas que viabilizem a realização dos fóruns participativos.

Finalmente, será também necessária a aquisição de serviços de *catering* para os intervalos, quer das sessões, quer dos fóruns de participação pública.

Financeiros

Os custos que este processo de participação pública envolverá decorrerão da aquisição e ou aluguer dos recursos materiais e equipamentos atrás descritos, bem como do pagamento de algumas deslocações de oradores e do envio de anúncios para a imprensa regional.

Para o efeito deverão ser utilizadas verbas do Orçamento da ARH do Algarve, aguardando-se também a comparticipação de fundos comunitários mediante a aprovação de candidatura no âmbito do Programa Operacional do Algarve (Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007 – 2013).

No Quadro 5.3 apresenta-se uma estimativa de despesas, por tipo de material/equipamento e meios humanos, enquadradas em cada uma das fases identificadas do processo de participação pública do Plano de Gestão.

Quadro 5.3 – Estimativa de custo do material/equipamento e meios humanos a utilizar no processo de participação pública do PGRHA

Unidade: euros

Material/Equipamento	Fases						
	1 ^a (*)	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a
Folhetos e Brochuras	-	250,00	8.000,00	0	0	8.000,00	8.250,00
Cartazes	-	100,00	0	100,00	0	0	100,00
Programas	-	100,00	0	100,00	0	0	100,00
Pastas	-	100,00	0	100,00	0	0	100,00
Material diverso (canetas, etiquetas, papel cenário, etc...)	-	50	0	50,00	50,00	50,00	50,00
Painéis expositivos	-	2.500,00(**)	0	0	0	0	0
Software SIG e modelação (***)	-	0	0	0	5.500,00	0	0
Espaço (inclui equipamento audiovisual)	-	60,00	0	200,00	200,00	200,00	60,00
Anúncios	-	300,00	0	300,00	0	0	300,00
Catering	-	1.000,00	0	1.000,00	500,00	500,00	1.000,00
Consultoria (modelação e SIG)	-	0	0	1.500,00	1.500,00	0	0
Oradores	-	200,00	0	200,00	0	0	200,00
TOTAL	-	4.660,00	8.000,00	3.550,00	7.750,00	8.750,00	10.160,00
42.870,00							

(*) O investimento efectuado na 1^a fase deste processo, já concluída, foi da responsabilidade exclusiva do INAG, razão pela qual não é contemplado nesta estimativa de custos.

(**) Valor do investimento inicial na aquisição de painéis expositivos, a utilizar em todas as sessões e ou fóruns de participação pública nas fases 2 a 7.

(***) Software SIG já disponível na ARH do Algarve para o desempenho das suas atribuições, não envolvendo, por isso, custos adicionais. O valor indicado na 5^a fase refere-se à estimativa de custo do software necessário para aplicação da modelação dinâmica.

5.2.5. Avaliação

O processo de avaliação deverá permitir verificar a eficácia dos resultados e a eficiência e coerência do processo de participação pública, isto é, se os recursos, estratégia e acções implementadas foram as mais adequadas, face aos objectivos traçados e ao contexto em que foram aplicados, e quais os efeitos dos resultados no processo de tomada de decisão.

Assim, deverão ser contemplados os aspectos a seguir discriminados, que viabilizam a avaliação do contexto, processo e resultados do processo de participação pública:

- As atribuições da entidade responsável e os recursos humanos disponíveis para as acções de participação;
- Resultados das participações nos actos de consulta pública e das sessões e fóruns de participação pública;
- Actores chave envolvidos e respectivo grau de representatividade, por sessão e fórum de participação pública;
- Mecanismos de comunicação utilizados para divulgação dos procedimentos de participação pública e da informação resultante da evolução dos trabalhos no âmbito da elaboração do Plano de Gestão;
- Inquéritos de avaliação final dos fóruns e sessões de participação pública;
- Integração dos resultados das sessões e fóruns de participação pública nos documentos a produzir nas várias fases e, em última instância, na versão final do Plano.

A Figura 5.1 apresenta um mapa conceptual para a avaliação de processos de participação pública em geral, resultante de uma adaptação da proposta de Abelson e Gauvin (2006), que servirá de orientação para a organização do processo de avaliação do presente estudo de caso.

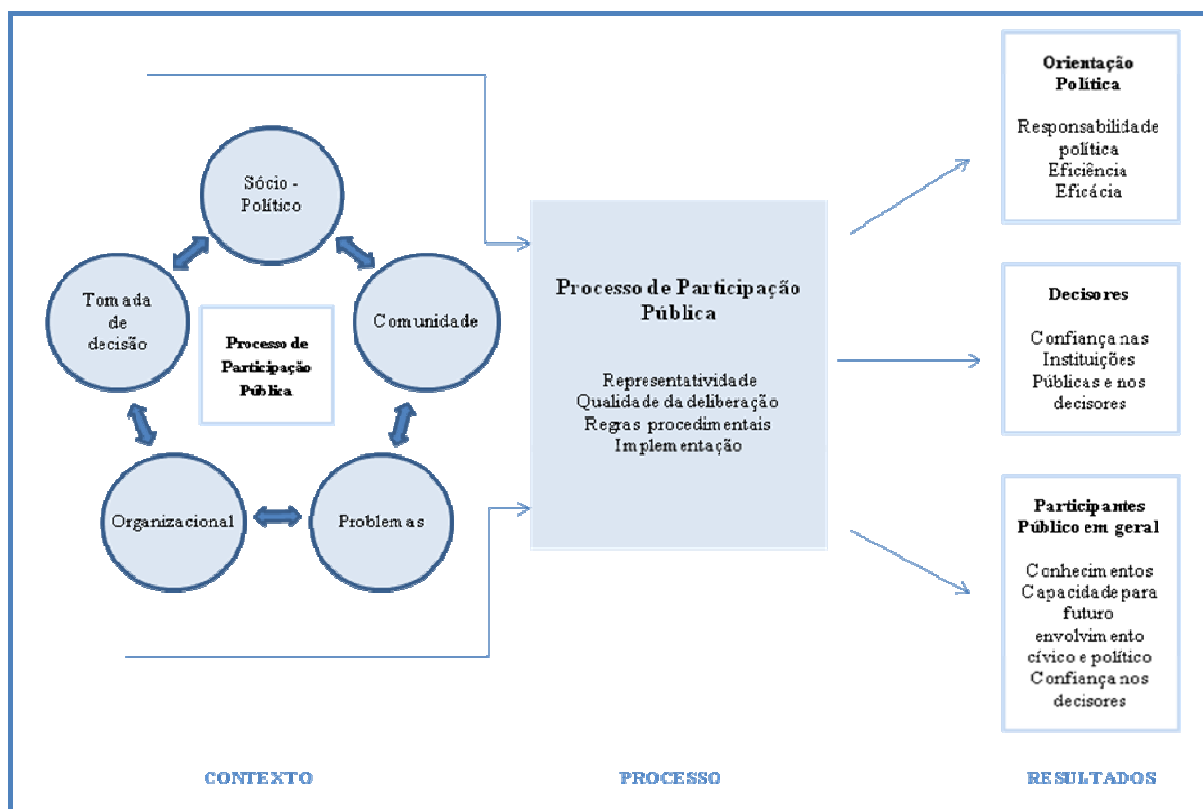


Figura 5.1 - Mapa conceptual para a avaliação de processos de participação pública (Fonte: adaptação de Abelson e Gauvin, 2006)

A avaliação será, deste modo, efectuada de forma contínua, em todas as fases do projecto, no final de cada acção de participação pública, visando analisar o seguinte:

- Adaptabilidade do contexto em que se implementou o processo participativo aos objectivos em causa;
- Eficiência e coerência do processo - recursos adoptados, regras definidas e acções implementadas;
- Eficácia dos resultados - integração dos resultados da participação nos documentos parcelares que irão sendo produzidos e publicados, o que contribui para avaliar os efeitos nas atitudes dos decisores (partilha das decisões, trabalho em rede, proximidade dos cidadãos), bem como a análise dos efeitos no comportamento dos participantes (aquisição de conhecimentos, mudança ou intenção de mudar comportamentos, confiança nas instituições).

Para o efeito poderão ser utilizados os seguintes meios:

- Revisão de literatura ou de diplomas legais;
- Entrevistas prévias para recolha dos pontos de vista individuais dos participantes;
- Inquéritos individuais para avaliação das percepções dos participantes no final de cada sessão e fórum de participação pública;
- Observação directa (audiovisuais, gravações ou anotações);
- Análise de conteúdo (comparação do conteúdo dos relatórios de participação pública com o conteúdo dos documentos finais produzidos);
- Grelhas de avaliação dos recursos materiais/humanos e financeiros utilizados.

No final de cada fase deste processo de participação pública deverá ainda ser preenchida uma grelha de apreciação global em conformidade com a estrutura apresentada no Quadro 5.4, baseada na metodologia de avaliação proposta por Blackstock *et al* (2007), mas com algumas adaptações ao procedimento de participação pública em apreço.

Esta grelha é constituída essencialmente por 4 itens:

- **Critérios** – inclui os principais critérios considerados no processo de avaliação no âmbito do contexto (sócio – cultural, institucional e político - legal), processo (divulgação, recursos, comunicação, representatividade, organização/liderança, resolução do conflito, influência no processo) e resultados (responsabilização, aquisição de competências, influência de conhecimentos adquiridos e ou de experiência profissional, aprendizagem social e transparência);
- **Métodos e Fontes** – relativo aos meios e fontes utilizadas na implementação do processo de participação pública e avaliação dos critérios, conforme se descreveu anteriormente;
- **Apreciação** – inclui 3 parâmetros de avaliação qualitativa - adequado, não adequado e misto (nuns aspectos adequado e noutros não adequado) -, que

traduzirão de que forma cada um dos critérios correspondeu ou não aos objectivos definidos para o processo de participação do PGRHA – 2ª fase;

- **Observações** – destinado à descrição dos aspectos que justificam a opção por cada um dos três parâmetros de avaliação qualitativa, na apreciação de cada critério.

Quadro 5.4 – Grelha de apreciação global para aplicação em cada fase da participação pública do PGRHA

Critérios	Métodos e Fontes	Apreciação			Observações
		Adequado	Não Adequado	Misto	

Fonte: Blackstock *et al* (2007)

Salienta-se mais uma vez a importância do papel do Conselho de Região Hidrográfica, desta vez no contexto do processo de avaliação, dado que uma das suas competências consiste, precisamente, em apreciar e acompanhar a elaboração do Plano de Gestão, devendo emitir parecer antes da sua aprovação.

Neste sentido, e até porque muitas das entidades nele representadas serão igualmente convidadas para participar nos fóruns e sessões de participação pública, atendendo a que constituem actores chave no processo de gestão da água da região algarvia, este órgão consultivo desempenhará também um papel importante ao contribuir para assegurar a integração dos resultados da participação pública no Plano de Gestão.

5.3. Implementação do Processo de Participação Pública do PGRHA – Fase 2

Face à calendarização alternativa apresentada e ao quadro com a proposta de actividades a desenvolver em todas as fases do PGRHA, mas atendendo ao prazo de execução deste trabalho de projecto, será apenas viável a aplicação prática de uma das

fases relativa à identificação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água (QSiGA) – Fase 2, mediante a preparação, concretização e avaliação das actividades propostas e apresentação dos respectivos resultados.

Aplicando a estratégia descrita no Quadro 5.2, especificamente na fase relativa à identificação das QSiGA, dado que foi sobre esta fase que incidiu a componente prática deste Trabalho de Projecto, apresenta-se seguidamente a metodologia adoptada na dinamização da participação pública e em particular na componente de envolvimento activo dos actores chave.

No seguimento dos capítulos anteriores e fazendo um pequeno balanço do que já foi referido, cabe salientar que apesar de existirem ainda algumas barreiras ao desenvolvimento de processos de participação pública verdadeiramente eficientes, nomeadamente o pouco hábito de participar por parte dos cidadãos, a reduzida sensibilização de muitas instituições para esta prática ou a inadequada aplicação de técnicas especializadas, entre outros factores, é um facto que as mesmas podem ser ultrapassadas ou minimizadas.

Acções direccionadas para a implementação de processos educativos junto das instituições e dos cidadãos em geral poderão contribuir para o crescimento da confiança e para se assegurar o respeito por diferentes pontos de vista, bem como para aumentar a capacidade de intervenção da comunidade junto das instituições.

De acordo com Callahan (2007), assim como o capital cresce através do diálogo e dos processos de colaboração, também a capacidade cívica da sociedade aumenta, a participação torna-se mais inteligível e o governo apresenta maior capacidade de resposta.

No entanto, e em paralelo ao incentivo do processo colaborativo, outras técnicas também poderão ou deverão ser aplicadas, em função dos objectivos do processo em causa, pois tal como Fiorino (1990) sugere, citado por Rowe e Frewer (2000), a eficiência de um processo participativo pode resultar de se complementar um mecanismo com outro. De acordo com o referido por estes autores, um processo de participação pública não deve ficar limitado a um único procedimento, dado que a combinação de vários métodos tem provado ser a melhor e mais eficiente estratégia para envolver os cidadãos, e fundamentam a sua opinião com base nos resultados de uma

avaliação que fazem a alguns dos principais métodos de participação pública implementados (referendos, audiências públicas, inquéritos públicos, processos de negociação, conferências de consenso, cidadãos jurados, comissões consultivas e grupos de enfoque), com base na aplicação dos seguintes critérios:

- **Critério de aceitação:** representatividade do público afectado, processo conduzido de forma independente, envolvimento do cidadão desde as primeiras etapas, influência dos resultados da participação pública nos processos de decisão, transparência na implementação dos processos;
- **Critério de processo:** garantia de acessibilidade a informação de base adequada, definição concreta da natureza e objectivos do processo de participação, aplicação de mecanismos adequados para estruturar o processo de tomada de decisão, relação custo - benefício.

Neste contexto, entende-se que o sucesso de qualquer processo de participação pública depende da articulação de três factores: a disponibilização de informação, a consulta do público e o envolvimento activo dos interessados, o que implicará, naturalmente, a articulação da aplicação de várias metodologias e ferramentas, nomeadamente, e a título de exemplo, as audiências públicas e a Internet para a divulgação de informação, conjugado com a promoção de períodos específicos para a consulta do público, apoiada pela Internet, e com o envolvimento activo dos interessados mediante a organização de fóruns colaborativos, entre outras iniciativas.

Neste sentido e no âmbito da implementação dos fóruns colaborativos, propõe-se que a metodologia a adoptar para a sua preparação e dinamização assente nas orientações de Vasconcelos (2004), que contempla, no essencial, as etapas definidas por Susskind *et al* (1999) para estruturar um processo baseado no consenso, nomeadamente:

- **Definição do problema a analisar**

Este é o primeiro passo de qualquer processo de participação assente no consenso, isto é, a definição do problema ou do assunto a ser abordado e colocado à discussão dos actores – chave;

- **Definição dos objectivos**

A definição dos objectivos deverá assentar sempre no pressuposto de que se pretende, atingir, em primeira instância, um acordo entre os participantes, o qual deverá constar de um relatório final ou noutra tipo de documento;

- **Seleção de procedimento para atingir o consenso**

Entre outros procedimentos, salienta-se aquele que se baseia na utilização de um guião para orientação do debate e para a identificação das áreas em que há interesses comuns e daquelas em que há divergência de opiniões, ou aquele que orienta a participação dos actores chave para a identificação das suas expectativas para o futuro;

- **Identificação das etapas do processo**

As etapas base que compõem os processos de consenso, algumas idênticas a todos os procedimentos e outras que diferem em função das características de cada processo, devem ser previamente divulgadas pelos participantes no sentido de se colher a sua aceitação antes da realização do fórum propriamente dito. Assim, trabalho preparatório de um processo de consenso pode e deve incluir a definição e a divulgação das regras segundo as quais os fóruns serão concretizados, das regras de relacionamento entre as partes, divulgação de informação suplementar sobre a questão a ser debatida e sobre os interesses dos participantes, entre outras acções de divulgação. Pode também incluir procedimentos de recolha de informações acerca das expectativas e dos interesses que caracterizam alguns dos participantes seleccionados;

- **Procedimentos e actividades adicionais**

Em função das características do assunto em debate e do contexto em que se enquadra pode ser necessário ainda proceder-se a outras acções, nomeadamente a preparação prévia dos actores chave para garantir um melhor desempenho durante o fórum, preparação de regras de relacionamento entre os participantes, divulgação do problema e da metodologia de participação pública a adoptar, entre outras;

- **Identificação dos participantes**

Esta tarefa envolve a identificação dos interesses chave, o número ideal de participantes e a respectiva selecção em função do formato de participação pretendido (participação aberta ou representativa);

- **Definição do papel dos organizadores**

Um procedimento de consenso também deverá salvaguardar a necessidade de definição do papel dos seus organizadores, nomeadamente a entidade responsável pela organização e convocatória da sessão de participação, os eventuais patrocinadores, mediador e ou facilitadores, o presidente da sessão, um relator, eventuais consultores técnicos e observadores;

- **Escolha da logística adequada**

Inclui a decisão sobre a duração da sessão, materiais adequados às características dos participantes e aos objectivos da sessão e a selecção de um local apazível.

Encontrando-se este processo de planeamento numa fase de arranque, e apesar de já existir um documento em consulta pública, entendeu-se fundamental proporcionar espaços onde os actores chave pudessem dialogar, identificar problemas e possíveis soluções, sugerir acções, avaliar potencialidades e assumir a partilha de responsabilidades, que servissem de orientação às equipas técnicas que terão a seu cargo a incumbência de publicar uma estratégia para a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos desta região hidrográfica.

Assim, e no sentido de se contribuir para a implementação mais eficaz deste processo de participação pública, a opção pela promoção de um fórum colaborativo visou complementar outras iniciativas de divulgação de informação e de consulta pública dos documentos produzidos, salientando-se a utilização da Internet e dos *mass media* como meios preferenciais para o efeito, bem como a divulgação de folhetos informativos e a realização de uma Sessão de Participação Pública. Procurou-se, deste modo, beneficiar dos aspectos positivos que cada um destes métodos oferece e minimizar algumas desvantagens que a sua aplicação individualizada pudesse apresentar.

Neste sentido, foi programada uma Sessão de Participação Pública e um Fórum de Participação Pública para o dia 23 de Abril de 2009, no sentido de complementar a consulta pública prevista por Lei e reforçar as componentes de divulgação e de envolvimento activo dos actores chave.

Na perspectiva de que o sucesso e eficácia destes eventos dependem da sensibilização prévia dos interessados para o efeito, da sua rigorosa preparação e da implementação de um processo de análise dos resultados e de avaliação dos instrumentos utilizados, apresenta-se seguidamente, de forma sintetizada, o Quadro 5.5 com a identificação das acções programadas e contempladas no âmbito do presente trabalho para a fase em apreço.

Quadro 5.5 – Identificação das acções programadas, por etapas/objectivos, para o processo de participação pública do PGRHA – 2ª fase

Etapas/Objectivos	Acções
<p>Sensibilização dos actores chave e dos cidadãos em geral para o processo de participação pública do PGRHA – 2ª Fase.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e ampla divulgação de desdobrável e programas da sessão e fórum de participação públicas pelo correio e email, sua distribuição em eventos diversos e disponibilização no sector de Atendimento da ARH do Algarve; - Divulgação dos eventos no boletim informativo da ARH do Algarve, em nota de imprensa junto dos <i>mass media</i> de âmbito regional e no sítio da Internet da ARH do Algarve (criação de banner/logótipo para o Plano de Gestão, menu e email específicos para a Participação Pública); - Envio de posters para afixação nas Bibliotecas Municipais e nas Bibliotecas da Universidade do Algarve com o programa da Sessão de Participação Pública; - Entrevista telefónica prévia aos actores chave seleccionados para o Fórum de Participação Pública.

Quadro 5.5 – Identificação das acções programadas, por etapas/objectivos, para o processo de participação pública do PGRHA – 2ª fase (cont.)

Etapas/Objectivos	Acções
<p>Preparação da logística associada à organização dos principais eventos a promover.</p>	<p>Sessão de Participação Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Selecção do local; - Concepção do Programa e sua impressão; - Envio de convites, através de mailing para 500 entidades e associações e ofício circular a um grupo mais restrito de actores chave; - Envio de convites aos oradores e entidades a integrar na sessão de abertura e encerramento; - Contratação de serviço de <i>catering</i>; - Criação de Grelha de Registo de Observações; - Criação de Ficha de Avaliação Final para cada participante; - Preparação de pastas individuais para cada participante; - Registo e confirmação das inscrições. <p>Inquéritos por Entrevista</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de guião para entrevista telefónica prévia aos participantes confirmados para participar no Fórum de Participação Pública. <p>Fórum de Participação Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Selecção do local - Concepção do Programa e sua impressão - Envio de convites para um grupo restrito e representativo de actores chave - Constituição da equipa de dinamização do Fórum: moderador, coordenador, facilitadores / relatores e colaboradores; - Contratação de serviço de <i>catering</i>; - Criação de guião com as regras base para a dinamização do Fórum;

Quadro 5.5 – Identificação das acções programadas, por etapas/objectivos, para o processo de participação pública do PGRHA – 2ª fase (cont.)

Etapas/Objectivos	Acções
<p>Preparação da logística associada à organização dos principais eventos a promover.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de Ficha de Avaliação final para cada participante; - Preparação de posters para as sessões de trabalho de grupo e sessões plenárias. <p>Consulta Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de um espaço no sítio da Internet da ARH do Algarve para a disponibilização de informação, nomeadamente brochuras com informação sobre as QSiGA (elaboração da responsabilidade do INAG em colaboração com a ARH); - Concepção de uma ficha de participação pública, para preenchimento <i>on line</i> ou em papel; - Criação de um endereço electrónico específico para a consulta pública.
<p>Apresentação dos resultados dos trabalhos decorrentes da realização das entrevistas prévias e dos 2 eventos a promover.</p>	<p>Sessão de Participação Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise da grelha de observações e do conteúdo das fichas de participação entregues durante a Sessão. <p>Inquéritos por Entrevista</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise das respostas aos inquéritos por entrevista, efectuados por telefone. <p>Fórum de Participação Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise dos resultados das votações das sessões de trabalho de grupo e plenária. <p>Consulta Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise do conteúdo das fichas de participação entregues, através do endereço electrónico criado.

Quadro 5.5 – Identificação das acções programadas, por etapas/objectivos, para o processo de participação pública do PGRHA – 2ª fase (cont.)

Etapas/Objectivos	Acções
<p>Avaliação dos procedimentos de participação pública utilizados e apreciação global do contexto, processo e resultados.</p>	<p>Sessão de Participação Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentagem de participantes presentes - Resultados quantitativos e qualitativos do preenchimento da ficha de avaliação final da Sessão pelos participantes. <p>Fórum de Participação Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentagem de participantes presentes - Resultados quantitativos e qualitativos do preenchimento da ficha de avaliação final do Fórum pelos participantes. <p>Recursos financeiros e materiais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grelha de avaliação dos recursos Materiais/humanos e financeiros aplicados. <p>Contexto, Processo e Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grelha de apreciação global.

O local escolhido para a realização da Sessão e do Fórum de Participação Públicas foi a Universidade do Algarve – Campus da Penha. A opção pela Universidade do Algarve prendeu-se com os seguintes factores:

- Localização central, em Faro, de fácil acesso;
- A Universidade do Algarve desempenhará um papel relevante na elaboração do Plano de Gestão, quer pelos contributos técnicos e resultantes da actividade de investigação na área dos recursos hídricos, quer pelo papel no Conselho de Região Hidrográfica, salientando-se que o Reitor deste estabelecimento de ensino ocupa o cargo de Secretário naquele órgão consultivo;

- Reconhecimento desta entidade, ao nível das entidades públicas e privadas e do cidadão em geral, pelas suas valências técnicas e enquanto pólo dinamizador da investigação nesta e noutras áreas de intervenção com impacto na realidade algarvia e pelo seu contributo para o desenvolvimento sustentável deste território.

Nos sub - capítulos que se seguem é apresentada, com mais pormenor, a metodologia utilizada na realização de cada uma das acções propostas no Quadro anterior, englobadas nas etapas de sensibilização e preparação da fase 2 do PGRHA.

5.3.1. Página da Internet da ARH do Algarve

Na Página da Internet da ARH do Algarve, em www.arh.algarve.pt, foram criadas diversas formas de interacção deste Serviço com o cidadão (Anexo B), para divulgação de informação e ou recepção de comentários e sugestões neste âmbito, quer no campo das notícias e dos destaques, quer pela criação de um **banner associado ao PGRHA** com um logótipo específico, quer de um botão **Participação Pública**, no sentido de dar visibilidade a este assunto e facilitar o acesso ao público em geral.

Os materiais produzidos durante esta fase, que serão descritos nos sub - capítulos seguintes, foram também integrados neste site.

5.3.2. Desdobrável

Para enquadramento de todo o processo de participação pública do PGRHA foi concebido um desdobrável (Anexo C) com informação sobre os seguintes pontos:

- DQA e seus principais objectivos;
- O PGRHA e a sua área de incidência;
- A importância da participação pública neste processo de planeamento e a respectiva calendarização, conforme o definido pela DQA;
- Apelo à participação pública e divulgação de alguns meios a disponibilizar pela ARH para o efeito.

Este desdobrável teve ampla divulgação por todos os actores chave com interesse neste processo, nomeadamente administração pública regional, entidades privadas, associações sectoriais, locais e de defesa do ambiente, bem como junto do cidadão em geral, tendo sido divulgado por email e ofício, em diversos eventos onde esteve presente a ARH do Algarve, e no próprio Sector de Atendimento deste organismo.

Como já foi referido, este desdobrável foi utilizado como meio de sensibilização para a prática da participação pública em todo o processo do PGRHA, tendo sido iniciada a sua divulgação na fase em apreço referente à identificação das QSiGA.

5.3.3. Boletim Informativo da ARH do Algarve

O Boletim Informativo da ARH do Algarve nº 1 (Anexo D), divulgado em Março/Abril de 2009, também integrou uma notícia de fundo sobre a importância da participação pública na elaboração do Plano de Gestão, onde era feita referência à intenção de se realizar algumas iniciativas destinadas ao público em geral, a anunciar oportunamente.

Este Boletim também esteve disponível para consulta no sector de Atendimento da ARH do Algarve e tem sido distribuído em vários eventos onde aquele Serviço tem participado, nomeadamente a “Feira do Mar e das Actividades Náuticas” de Olhão e a “Feira Nacional dos Parques Naturais e Ambiente”.

5.3.4. Imprensa Regional

Para assegurar a ampla divulgação do período de consulta pública, cobrindo a população algarvia em geral para além das entidades e associações convidadas e ou objecto de uma divulgação mais directa, foi enviada uma nota de imprensa para toda a imprensa regional, por altura do anúncio da data e dos objectivos de realização da Sessão de Participação Pública.

5.3.5. Sessão de Participação Pública

O objectivo principal que motivou a realização da Sessão de Participação Pública foi a disponibilização de um espaço ao público em geral para recolha de informação, esclarecimento de dúvidas relativamente a esta fase do PGRHA, de identificação das QSiGA, e debate, bem como mais uma oportunidade para entrega de contributos escritos e ou verbais.

Este evento foi promovido pela ARH do Algarve, com a coordenação da mestranda responsável por este Trabalho de Projecto, e os aspectos principais relativos à divulgação, organização e avaliação desta Sessão podem ser consultados no Anexo E.

O local seleccionado para o efeito, conforme referido anteriormente, foi a Universidade do Algarve – Campus da Penha pelas razões já evocadas. Em concreto a Sessão realizou-se num anfiteatro com capacidade para cerca de 235 pessoas, pois considerou-se que este espaço reunia as condições adequadas para este tipo de iniciativa, quer para os oradores, quer para os participantes.

O Programa da Sessão de Participação Pública, conforme a Figura 5.2, foi divulgado amplamente por email para cerca de 500 entidades e associações de âmbito nacional, regional e local, e por ofício pelos mesmos actores chave que foram alvo da divulgação do desdobrável. Foi ainda objecto de uma nota de imprensa, enviada para os jornais regionais, e foi publicado na página da internet da ARH do Algarve como notícia principal e como destaque.



Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve

Sessão de Participação Pública
Universidade do Algarve - Campus da Penha, Complexo Pedagógico
23 de Abril de 2009

PROGRAMA

- 9.30h - Sessão de Abertura**
ARH do Algarve, Universidade do Algarve, Instituto da Água

Moderador: ARH do Algarve - Valentina Coelho Calixto, Presidente
- 10.00h - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve - Questões Significativas**
ARH do Algarve - Sofia Delgado, Eng^a
- 10.15h - Os Recursos Hídricos Interiores no Algarve**
ARH do Algarve - Paulo Cruz, Vice-Presidente
Universidade do Algarve - José Paulo Monteiro, Prof. Dr
- 10.45h - Debate**
- 11.15h - Pausa para Café**
- 11.30h - Os Recursos Hídricos do Litoral no Algarve**
ARH do Algarve - Sebastião Braz Teixeira, Dr.
Universidade do Algarve - Óscar Ferreira, Prof. Dr.
- 12.00h - A Participação Pública no Planeamento Ambiental**
Universidade Aberta - Sandra Caeiro, Prof^a Dr^a
- 12.15h - Debate**
- 12.45h - Conclusão dos Trabalhos**
ARH do Algarve, Instituto da Água



Figura 5.2 - Programa da Sessão de Participação Pública

Foram também produzidos posters e enviados para as Bibliotecas Municipais e Bibliotecas da Universidade do Algarve, por estes serem locais frequentados por um público muito diversificado e interessado em conhecer a programação de diversos eventos.

As inscrições foram feitas por fax, ofício e na Página da Internet da ARH do Algarve, onde foi criada uma ficha específica para o efeito, ou através do email: partipub@arhalgarve.pt.

Quanto à estrutura do Programa da Sessão, entendeu-se que haveria todo o interesse em que os oradores convidados a intervir fossem personalidades associadas à implementação do PGRHA, ou seja representantes da ARH do Algarve, bem como representantes da Universidade do Algarve reconhecidos pelos seus trabalhos de investigação na área dos recursos hídricos, com condições para dar um importante contributo na caracterização da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve e no comentário aos seus principais problemas, complementando, desta forma, a informação prestada pelos representantes da ARH do Algarve mais direccionada para o âmbito e objectivos do Plano de Gestão e, em particular, das QSiGA.

Dado o interesse em salientar a importância da participação pública neste processo, foi convidada a orientadora deste Trabalho de Projecto para fazer uma intervenção sobre esta temática associada ao planeamento ambiental, como forma de reforçar a sensibilização do público presente para o interesse em se envolverem e acompanharem processos desta natureza.

Para a Sessão de Abertura e Encerramento, e para além da Presidente da ARH do Algarve, foi convidada a Universidade do Algarve, na qualidade de entidade anfitriã, e também o INAG, atendendo ao papel deste último organismo na elaboração do Plano de Gestão e ao seu contributo para o processo de participação pública.

O moderador desta Sessão foi a Presidente da ARH do Algarve.

Após o período destinado às comunicações foi reservado um espaço para debate, de modo a dar oportunidade a todos os participantes para discutirem as questões apresentadas e ou para solicitarem esclarecimentos e comentários por parte dos oradores. De modo a assegurar o correcto registo e posterior tratamento de todas as observações efectuadas pelos participantes durante o período do debate foi criada uma Grelha de Observações para o respectivo registo, enquadrando-as nas seguintes categorias:

- Autores das intervenções (Nº de intervenções/autor);
- Questões Significativas (Nº de referências/questão significativa);
- Outras questões não integradas no documento em consulta pública (Nº de referências/outras questões).

Foi ainda criada uma ficha de avaliação individual da Sessão, visando efectuar posteriormente um balanço sobre este evento, contemplando desde a forma como se procedeu à sua divulgação, organização e dinamização e a percepção dos participantes acerca da pertinência deste tipo de iniciativas de participação pública.

No Programa foi também previsto um período de intervalo para café, sempre oportuno para troca de ideias neste tipo de eventos, que incluiu um serviço de *catering* contratado a uma empresa da especialidade.

Finalmente, salienta-se ainda que foram preparadas pastas para entregar a cada participante, as quais incluíam o programa da Sessão, o desdobrável, o Boletim Informativo da ARH do Algarve, a ficha de participação pública e a ficha de avaliação individual.

No final da Sessão, cada participante teve acesso a um Certificado de Participação, comprovativo da sua presença neste evento.

5.3.6. Inquéritos por Entrevista

Apesar de, em conformidade com Susskind (1999), este tipo de entrevistas se poder integrar no capítulo correspondente a **procedimentos e actividades adicionais** no âmbito da preparação do Fórum de Participação Pública, neste caso concreto considera-se que estes inquéritos por entrevista merecem destaque e enquadramento num sub - capítulo específico.

No sentido de melhor preparar os participantes para garantir o seu bom desempenho no Fórum e de conhecer as suas percepções e interesses individuais antes da participação na Sessão e no Fórum de Participação Públicas, ou seja, antes de serem influenciados pelas comunicações dos oradores da Sessão da manhã ou pelo debate de ideias com os actores chave seleccionados para o Fórum da tarde, bem como de recolher informações acerca da zona do Algarve mais conhecida por cada um, como critério preferencial para a constituição prévia dos grupos de trabalho, foi preparado um guião para se proceder a uma entrevista telefónica prévia (Anexo F).

Este guião apresentava a seguinte estrutura:

- Apresentação;
- Relação do entrevistado com a Região;
- Hábitos de prática de cidadania activa;
- Sensibilização para a Sessão e Fórum de Participação Pública;
- Apresentação de problemas e de aspectos positivos;
- Proposta de medidas para o futuro.

Esta entrevista assumiu, assim, as características típicas da entrevista mista, centrada numa temática específica.

A entrevista destinou-se apenas aos participantes convidados, que confirmaram a sua presença, e foi preparada com o objectivo de ser concretizada telefonicamente, atendendo ao facto de os participantes serem oriundos de várias zonas do Algarve e por considerar que este meio garantiria a realização com sucesso de um maior número de entrevistas.

5.3.7. Fórum de Participação Pública

A preparação do Fórum de Participação Pública, conforme já referido anteriormente, baseou-se na metodologia de Vasconcelos (2004), em articulação com as orientações de Susskind *et al* (1999), conforme se descreve seguidamente.

O Anexo G contempla vários aspectos elucidativos da forma como se procedeu à divulgação, organização e avaliação deste evento.

Definição do Problema

Seguindo as etapas definidas por este último autor, e começando pela definição do problema, é de salientar que já se sabendo o que se pretendia auscultar aos actores chave, foi necessário definir a forma de colher as suas percepções e interesses sobre a gestão da água na Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve.

Por outro lado, atendendo a que a elaboração do Plano de Gestão se encontra numa fase inicial e apesar desta fase apenas visar a identificação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água, considerou-se que este Fórum, por também ser o primeiro, deveria constituir uma oportunidade de se discutir não apenas os problemas, mas também de se salientar os aspectos positivos e propôr as medidas a tomar para melhorar a situação actual, como forma de se recolher alguma informação que pudesse contribuir para as fases de trabalho posteriores do Plano de Gestão.

Neste sentido, foram definidas as questões a seguir mencionadas, para colocar à discussão no seio do Fórum:

1. Quais os principais problemas do Algarve no domínio dos recursos hídricos?
2. Quais os principais aspectos positivos do Algarve no domínio dos recursos hídricos?
3. Quais as medidas que podem ser tomadas no sentido de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos?

Definição dos Objectivos

Os objectivos são comuns a este processo de participação pública na sua globalidade, ao visar assegurar o envolvimento activo de todos os actores chave com interesse nas questões ambientais associadas à gestão dos recursos hídricos, procurando desenvolver o chamado capital social, de modo a garantir que o Plano de Gestão seja elaborado na base do consenso e assente na co-responsabilização de todos os interessados.

Outro dos objectivos, atendendo a que já se encontravam documentos em consulta pública com uma proposta das Questões Significativas sobre a Gestão da Água, foi obter a validação destas Questões através do envolvimento activo dos actores chave, mas sem os condicionar na apresentação dos seus pontos de vista e preocupações.

Neste sentido, pretendeu - se criar uma atmosfera de trabalho em que os participantes pudessem expressar as suas opiniões em igualdade de circunstâncias, identificando os aspectos positivos e os problemas existentes na Região Hidrográfica

das Ribeiras do Algarve e na sua gestão e fazendo propostas para ultrapassar as preocupações e ou para potenciar os aspectos positivos destacados.

Seleccção do procedimento para atingir o consenso

Para apoiar a dinamização do Fórum foi criado um guião com a definição das regras de funcionamento do mesmo, nomeadamente a identificação das questões a colocar e a forma de, face aos resultados, identificar as áreas (pontos fortes e fracos) de maior ou menor convergência de opiniões e interesses por parte dos actores chave e as suas expectativas e propostas para o futuro.

A estrutura do guião corresponde ao modelo organizacional adoptado para a dinamização do Fórum, constante, de forma resumida, do seu Programa, identificando e distinguindo a acção dos facilitadores/relatores e dos participantes e definindo rigorosamente a duração de cada uma das suas etapas.

Identificação das etapas do processo

Conforme já referido no ponto anterior, foi concebido um Programa, à semelhança do que já acontecera com a Sessão de Participação Pública, o qual foi alvo de divulgação atempada pelos actores chave seleccionados para participarem nesta iniciativa, como forma de melhor os elucidar sobre o assunto em debate e a metodologia adoptada para o efeito.

Neste Programa, como se pode observar na Figura 5.3, constava a identificação das principais etapas do Fórum e um breve resumo do formato de funcionamento de cada uma.

Juntamente com o ofício convite e o programa, também foi remetido o desdobrável, onde era feita a contextualização do PGRHA e dada a indicação da Página Internet como um dos meios disponíveis para a obtenção de mais informação.



Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve

Fórum de Participação Pública
Universidade do Algarve - Campus da Penha, Complexo Pedagógico
23 de Abril de 2009

PROGRAMA

14.30h - Sessão de Abertura

ARH do Algarve - Paulo Cruz, Vice-Presidente; Sofia Delgado, Eng^a
Apresentação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve -
Questões Significativas
Objectivos do Fórum de Participação Pública
Metodologia a aplicar

Moderador: ARH do Algarve - Paulo Cruz, Vice-Presidente

15.00h - Sessões de Trabalho em Grupo

1^a Questão
Inventariação dos principais problemas existentes no Algarve no domínio
dos recursos hídricos
Votação dos problemas identificados por grupo
2^a Questão
Inventariação dos principais aspectos positivos
Votação dos aspectos positivos identificados por grupo
3^a Questão
Identificação de medidas que podem ser tomadas no sentido de assegurar
a gestão sustentável dos recursos hídricos
Votação das medidas identificadas por grupo

16.00h - Pausa para Café

16.20h - Sessão Plenária

Breve apresentação das principais conclusões de cada grupo
Priorização dos 10 principais problemas, aspectos positivos e medidas
identificadas
Avaliação do Processo de Participação Pública - Inquérito Individual

17.20h - Sessão de Encerramento

ARH do Algarve - Paulo Cruz, Vice-Presidente; Sofia Delgado, Eng^a
Principais conclusões da Sessão
Acompanhamento do desenvolvimento do Plano



Figura 5.3 – Programa do Fórum de Participação Pública

Sessão de Abertura

O objectivo foi apresentar os objectivos do Fórum, no contexto do PGRHA, proceder à caracterização breve do perfil dos participantes e algum esclarecimento acerca da forma como os trabalhos iriam decorrer no futuro e como poderiam ser acompanhados pelos participantes.

Sessões de Trabalho em Grupo

Nas sessões paralelas cada grupo de trabalho, com a presença de 1 facilitador/relator, foi convidado a dar resposta, de forma faseada, às seguintes questões:

1. Quais os principais problemas do Algarve no domínio dos recursos hídricos
2. Quais os principais aspectos positivos do Algarve no domínio dos recursos hídricos
3. Quais as medidas que podem ser tomadas no sentido de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos?

Nesta sequência, para as três questões foram definidas as seguintes etapas comuns:

- a) Identificação: Nos primeiros minutos os participantes reflectiam e trocavam pontos de vista sobre as questões propostas e listavam os itens considerados mais relevantes.
- b) Anotação: O Facilitador/Relator anotava as respostas de cada participante em cartazes identificados pelo número do grupo a que pertenciam, procurando obter ideias sucintas e concretas e estando atento para não listar repetições.
- c) Priorização: Cada participante podia utilizar 5 pontos para indicar, por cada questão, os itens listados pelo grupo que considerava mais relevantes. Podia utilizar mais do que um ponto por cada item da listagem, mas só tinha 5 pontos para distribuir no total e tinha que atribuir todos os pontos.

Também foi previsto um período para intervalo, entre as sessões de trabalho de grupo e a sessão plenária, tendo sido contratado um serviço de *catering* para o efeito.

Sessão Plenária

Na sessão plenária, e após a eleição de um porta-voz por cada grupo, os grupos foram convidados a apresentar, por cada questão, os 5 itens mais votados pelo seu grupo, tendo como suporte uma apresentação *PowerPoint* com esta informação. A esta tarefa seguiu-se um pequeno período de debate.

Posteriormente, e após a exposição dos cartazes elaborados pelos grupos de trabalho com todos os itens listados por cada questão, foi efectuada uma nova atribuição

de prioridades. Cada participante pôde utilizar 10 pontos para indicar os itens que considerava mais relevantes, podendo utilizar mais do que um ponto para cada item da listagem e tendo que atribuir todos os pontos.

Sessão de Encerramento / Avaliação

No final os participantes procederam à avaliação do Fórum de Participação Pública, através do preenchimento de um inquérito por questionário individual, no sentido de avaliar 3 pontos principais:

- a) Divulgação do Fórum
- b) Organização e Desenvolvimento do Fórum
- c) Participação Pública Activa

Foi também objectivo desta sessão prestar esclarecimentos acerca do formato a adoptar para dar continuidade ao acompanhamento da elaboração do Plano pelos actores chave, tendo-se salientado que os meios preferenciais para o efeito seriam a Página da Internet da ARH do Algarve e o envio de relatórios de participação pública, em cada fase, para os endereços de email dos participantes.

Identificação dos Participantes

Na perspectiva de envolver activamente todos os actores chave com interesse, conhecimentos e competências na gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, foi efectuada uma selecção prévia dos actores a convidar para participarem no Fórum de Participação Pública, contemplando 6 grandes grupos: Entidades Públicas, Entidades Privadas, Associações Sectoriais, Associações Locais (em representação do cidadão comum), Associações de Defesa do Ambiente e Entidades Religiosas, mediante a utilização de uma amostragem de conveniência (Carmo e Ferreira, 1997) representativa destes actores chave.

O objectivo era reunir, para cada um destes grupos, um nº representativo de actores chave, atingindo, no mínimo, uma totalidade 50 participantes.

Conforme referido no ponto anterior, a metodologia adoptada para a organização deste Fórum previa a organização prévia dos participantes confirmados em grupos, em

função da resposta a uma das questões colocadas no inquérito por entrevista, que se prendia com a identificação da zona que cada participante melhor conhecia na região algarvia.

Optou-se, deste modo, pela criação de grupos heterogéneos, do ponto de vista da origem profissional dos participantes, mas homogéneos, do ponto de vista do local que melhor conheciam, quer por motivos profissionais, quer residenciais ou associados à sua naturalidade.

Definição do papel dos organizadores

A equipa que dinamizou esta Sessão constituiu-se por funcionários e colaboradores da ARH do Algarve e apresentou a seguinte composição (Figura 5.4):

- 1 moderador
- 1 coordenador
- 5 facilitadores/relatores
- 5 colaboradores



Figura 5.4 – Equipa dinamizadora do Fórum

Assim, o moderador foi o Vice-Presidente da ARH do Algarve e o coordenador foi a mestranda, autora deste trabalho de Projecto.

Os facilitadores, funcionários da ARH do Algarve, que também acumularam o papel de relatores, foram seleccionados na base do seu perfil pessoal, conhecimentos e experiência, quer na área do planeamento dos recursos hídricos, quer de mediação e ou facilitação de iniciativas desta natureza, salientando-se que dos 5 seleccionados 4 reuniam todas estas condições e 1 apenas a primeira.

Os restantes colaboradores, igualmente funcionários da ARH do Algarve, deram apoio em acções diversas de carácter logístico.

Escolha da logística adequada

Para esta sessão foram preparados antecipadamente vários materiais, para além daqueles que já foram descritos anteriormente (programa, guião de dinamização do fórum, pastas, entre outros), nomeadamente uma apresentação PowerPoint para a sessão de abertura e uma preliminar para a sessão plenária, cartazes com a identificação do número de cada grupo, etiquetas de diversas cores para as votações, ficha de avaliação final (inquérito por questionário) e certificado de participação.

Quanto ao local seleccionado, de acordo com os critérios já referidos em capítulos anteriores, foi tida em consideração a necessidade de um espaço vocacionado para a realização de Trabalho em Grupo, pelo que para além de se ter mantido a reserva do anfiteatro para a sessão de abertura e encerramento e para alguns dos grupos, foram ainda reservadas mais duas salas de aula da Universidade do Algarve para a Sessão de Trabalho em Grupo.

5.3.8. Consulta Pública

O processo de consulta pública implicou a disponibilização a todos os interessados de documentação elucidativa dos objectivos da 2ª fase do PGRHA, relativa à identificação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água, nomeadamente um documento mais completo e mais técnico e outro mais simplificado e sintético, bem como uma ficha de participação pública para a recolha de comentários e sugestões.

Assim, no banner criado na Página da Internet da ARH do Algarve foi disponibilizado, desde o início do período de consulta pública, a referida documentação produzida pelo INAG/ARHs, o edital e uma ficha de participação pública com a possibilidade de preenchimento e envio *on line* (Anexo H).

Foi ainda criado um email para troca de informações acerca do processo de participação pública, com o endereço: partipub@arhalgarve.pt.

6. Resultados e Discussão da Implementação do Processo de Participação Pública do PGRHA – Fase 2

6.1. Resultados

Os resultados do processo de participação pública referente à fase 2 do PGRHA reflectiram-se, essencialmente, nos Inquéritos por Entrevista, na Sessão e Fórum de Participação Públicas e na Consulta Pública.

6.1.1. Sessão de Participação Pública

Sensibilização

A divulgação da Sessão de Participação Pública decorreu conforme o previsto, assente na distribuição de um desdobrável e do programa, divulgação de informação e das datas dos eventos na página da Internet em vários menus, bem como no Boletim Informativo da ARH do Algarve.

Relativamente à nota de imprensa, enviada para a imprensa regional, foi publicada em vários jornais *on line* e alguns sítios da Internet (Anexo E).

Participantes

Na Sessão de Participação Pública estiveram presentes 102 participantes representantes de Entidades Públicas e Privadas, de Associações Sectoriais, Locais/Cidadãos e de Defesa do Ambiente, conforme se apresenta na Figura 6.1.

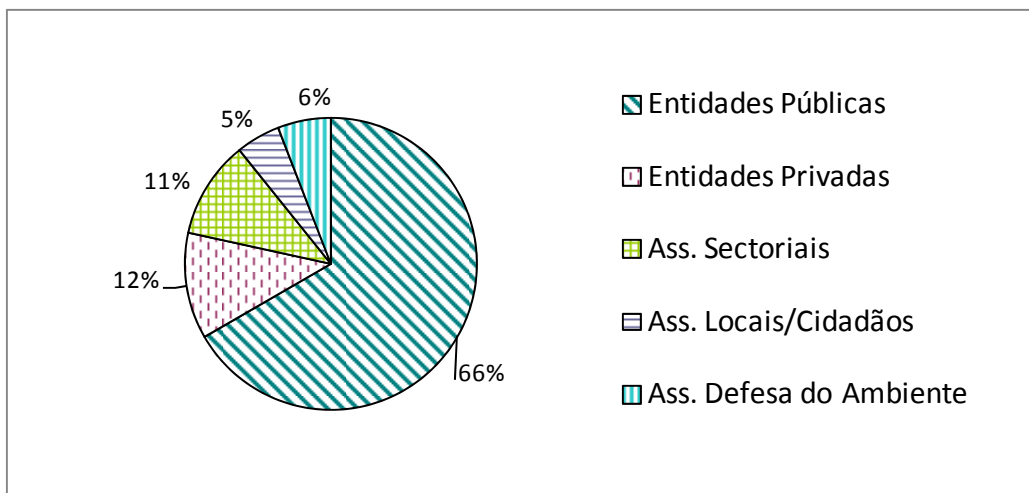


Figura 6.1 – Entidades presentes na Sessão de participação Pública

Cabe salientar que, em relação à totalidade de Entidades Públicas presentes, cerca de 41% eram representantes da Administração Local e 19% de Instituições do Ensino Superior.

Grelha de Observações

No decurso da Sessão, e tendo por base o preenchimento de uma grelha de observações durante o período reservado ao debate, registaram-se 10 intervenções (comentários e ou pedidos de esclarecimento) provenientes de 1 Entidade Pública, 1 Entidade Privada, 1 Associação Defesa do Ambiente, 3 Associações Sectoriais e 4 Cidadãos.

O âmbito destas intervenções enquadrou-se em algumas das Questões Significativas sobre a Gestão da Água e outras abordaram aspectos não inseridos neste documento em consulta pública (Quadro 6.1).

Quadro 6.1 - Grelha de observações com registo de intervenções/autor e de referências /questão durante o período do debate

Categorias	Nº	Observações
Autores das Intervenções		
Entidades Públicas	1	Direcção Regional de Florestas do Algarve
Entidades Privadas	1	Águas do Algarve
Associações Sectoriais	3	Associação de Beneficiários Plano de Rega do Sotavento Algarvio Formosa – Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa Associação Algarve Golfe
Associações Locais/Cidadãos	4	Um dos cidadãos é elemento de uma Assembleia de Freguesia
Associações de Defesa do Ambiente	1	Liga para a Protecção da Natureza – Delegação do Algarve
Questões Significativas		
Águas enriquecidas por nitratos e fósforo		
Competição de espécies não nativas com espécies autóctones	3	O futuro da florestação Necessidade de ordenamento florestal Incêndios
Contaminação de águas subterrâneas	1	Deficiência da água tratada e do seu transporte para os meios naturais
Degradação de zonas costeiras	3	Erosão costeira - Recuo da praia de Faro Influência dos Molhes de Quarteira Problemas da Ria Formosa, do Porto de Pesca de Olhão, Ilha da Culatra
Escassez de água	6	Alimentação dos campos de golfe Relação da ocupação florestal com o sistema hidrológico Garantia da procura Bem escasso que tem que ser bem gerido Desperdício (ex. rega do asfalto) Definição de regras para espaços verdes em termos de consumo de água
Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de blooms de alga)		
Intrusão salina	1	Dessalinização
Inundações	1	Segurança das infra – estruturas hidráulicas, nomeadamente no rio Arade
Redução de biodiversidade		
Sobre exploração de aquíferos	1	Alimentação dos campos de golfe
Conhecimento especializado e actualizado		
Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente	1	Segurança das infra – estruturas hidráulicas, nomeadamente no rio Arade

Quadro 6.1 - Grelha de observações com registo de intervenções/autor e de referências /questão durante o período do debate (cont.)

Categorias	Nº	Observações
Licenciamento insuficiente e/ou ineficiente		
Monitorização insuficiente e/ou ineficiente das massas de água	1	Monitorização do estado ecológico e químico das águas considerado insuficiente
Nível de recuperação de custos dos serviços da água insuficiente (abastecimento público e na agricultura)	5	Utilizador – pagador Poluidor – pagador Amortização das grandes infra – estruturas Papel dos produtores florestais na gestão da água – produtor/ganhador Não está certo a população flutuante pagar mínimo
Medição e auto-controlo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e descargas de águas residuais		
Outras Questões		
Participação Pública	2	Existência de pouca participação Importância da cidadania
Reutilização de águas residuais tratadas	1	Reutilização de águas residuais para rede de rega

Fichas de Participação Pública / Comentários Escritos

Relativamente aos contributos obtidos no âmbito desta Sessão, salienta-se que foram entregues 8 fichas de participação pública, provenientes de representantes de Entidades Públicas (ICNB – Departamento de Áreas Classificadas do Sul e Universidade Aberta) e Privadas (Águas de Portugal e Águas do Algarve), de Associações Sectoriais (Cooperativa Formosa, Associação de Viticultores do Algarve) e de Cidadãos.

Identifica-se no Quadro 6.2 as principais questões abordadas por estes participantes nas respectivas Fichas de Participação Pública.

Quadro 6.2 – Principais questões abordadas nas fichas de participação pública, entregues no decurso da Sessão de Participação Pública

<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento Florestal / Controle de incêndios • Segurança de infra - estruturas hidráulicas • Perda de solo fértil e a impermeabilização condiciona o reabastecimento de aquíferos • Importância da vegetação ripícola na qualidade da água • Falta de limpeza das barras migratórias (Barrinha, Lavaso, Barra da Fusetta, Barra do Alcacém e canais secundários da Ria Formosa) • Erosão costeira 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de sensibilização da população • Necessidade de mais debate • Medidas para melhor eficiência na utilização da água • Aplicação do princípio de Utilizador – Pagador • Garantia da procura em fase de escassez • Minimizar consumo de água associado a espaços verdes • Auto-controlo das Utilizações do Domínio Hídrico • Monitorização do estado ecológico e químico
---	--

No Anexo I estão disponíveis algumas imagens que ilustram a forma como decorreu a Sessão de Participação Pública.

6.1.2. Inquéritos por Entrevista

O inquérito por entrevista tinha como objectivo auscultar as percepções individuais dos participantes confirmados para participar no Fórum de Participação Pública, previamente à realização deste evento, tendo sido possível concretizar 21 entrevistas que contemplaram 20 entidades (Quadro 6.3).

Quadro 6.3 – Identificação das entidades sujeitas a inquérito por entrevista

Entidades Públicas Universidade do Algarve, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Autoridade Florestal Nacional – Direcção Regional de Florestas do Algarve, Instituto Portuário e de Transportes Marítimos do Sul, Câmara Municipal de Tavira, AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve.
Entidades Privadas ALGAR, Águas de Portugal, Águas do Algarve, FAGAR, Zoomarine, LARA – Laranja do Algarve, SA
Associações Sectoriais Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão, Formosa – Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa, ARPDA – Associação Regional de Pesca Desportiva do Algarve, AHETA – Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve
Associações Locais/Cidadãos Amigos de Albufeira
Associações Defesa do Ambiente Associação Almargem Associação IN LOCO Associação LPN

Com base nas respostas às questões colocadas no âmbito desta entrevista e no conhecimento da origem dos restantes actores chave convidados e confirmados, do ponto de vista de sua área de intervenção profissional ou área residencial, mas aos quais não foi possível efectuar o inquérito por entrevista, procedeu-se à constituição prévia de 6 grupos de trabalhos com 7/8 participantes cada associados às seguintes áreas geográficas:

- Região do Algarve – 1 Grupo
- Sotavento Algarvio – 2 Grupos
- Barlavento Algarvio – 2 Grupos
- Algarve Central – 1 Grupo

Pretendia-se, desta forma, e apesar da realização do Fórum ter como principal objectivo a obtenção das percepções dos actores chave sobre a realidade da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve em geral, conseguir também particularizar

algumas questões e associá-las a determinadas áreas geográficas concretas. Entendeu-se que este formato seria útil e adequado, já que nas fases seguintes se pretendia abordar e discutir a gestão dos recursos hídricos por sub - bacia hidrográfica.

Relativamente às respostas às questões colocadas individualmente no âmbito deste inquérito, idênticas às que foram colocadas posteriormente na sessão de trabalho em grupo integrada no Fórum de Participação Pública, embora não sejam anexadas ao presente trabalho por uma questão de salvaguarda da sua confidencialidade, em conformidade com as condições acordadas com os entrevistados e constantes do respectivo guião da entrevista, apresenta-se no Quadro 6.4 uma síntese dos principais problemas, aspectos positivos e medidas identificadas individualmente, no contexto da gestão da água na Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve.

Quadro 6.4 – Síntese dos resultados do inquérito por entrevista relativamente à identificação individual dos problemas, aspectos positivos e medidas

Problemas	Aspectos Positivos	Medidas
<p>Desconhecimento do estado de funcionamento do sistema e dos consumos</p> <p>Desconhecimento das capacidades de extracção de água subterrânea e dos efeitos na intrusão salina, bem como dos impactes da água subterrânea nas regiões costeiras</p> <p>Intrusão salina</p> <p>Déficit hídrico / Escassez de água, essencialmente em períodos de seca</p> <p>Falta de capacidade de armazenamento e de aproveitamento das águas das chuvas</p> <p>Falta de disponibilidade de água para os diferentes usos, principalmente no período de Verão</p> <p>Redução da biodiversidade/Aumento de espécies exóticas</p> <p>Sobre - exploração aquíferos</p> <p>Poluição dos aquíferos (fertilizantes, pesticidas, efluentes)</p> <p>Descargas de águas residuais não tratadas</p> <p>Incêndios nas bacias hidrográficas</p>	<p>Conhecimento da região sobre as várias vertentes que constituem a Região Hidrográfica</p> <p>Qualidade dos recursos hídricos nas origens</p> <p>Diversidade de massas de água</p> <p>Excelência paisagística e ecológica da região</p> <p>Fertilidade da paisagem rural</p> <p>Pequenas ribeiras com caudal não permanente</p> <p>Existência de bastantes linhas de água que proporcionam espaços de lazer</p> <p>Enquadramento climatérico da região</p> <p>Existência de precipitação relevante</p> <p>Existência de barragens</p> <p>Inexistência de indústria poluidora</p> <p>Proximidade dos centros de decisão aos cidadãos</p> <p>Existência de um Plano de Gestão em desenvolvimento</p>	<p>Estudos intensivos sobre o estado do funcionamento do sistema</p> <p>Levantamento das cargas que chegam ao sistema</p> <p>Obras de requalificação das margens das ribeiras</p> <p>Obras que favoreçam a recarga dos aquíferos</p> <p>Aumentar a capacidade de armazenamento (hipótese de mais uma barragem no Sotavento)</p> <p>Desenvolvimento de tecnologias de dessalinização</p> <p>Ordenamento das bacias (práticas florestais e agrícolas)</p> <p>Melhorar a fiscalização</p> <p>Implementação de boas práticas na agricultura</p> <p>Dragagem das barras e respectivos canais (Ria Formosa)</p> <p>Implementar princípio de poluidor – pagador / Responsabilidade social dos desperdícios</p> <p>Travar construções no litoral</p> <p>Eradicação de canas</p> <p>Instalação de vegetação adequada nas linhas de água</p> <p>Existência de um Plano de Investimentos</p>

Quadro 6.4 – Síntese dos resultados do inquérito por entrevista relativamente à identificação individual dos problemas, aspectos positivos e medidas (cont.)

Problemas	Aspectos Positivos	Medidas
<p>Existência de barras migratórias assoreadas (Ria Formosa)</p> <p>Pressão urbanística na faixa litoral</p> <p>Erosão costeira</p> <p>Ocupação dos leitos de cheia</p> <p>Proliferação de golfes e jardins com utilização incorrecta de água</p> <p>Desperdícios de água nas várias actividades</p> <p>Perdas de água na rede</p> <p>Predominância de canas nas galerias ripícolas</p> <p>Linhas de água não estão estruturadas ao nível dos estratos vegetais</p> <p>Insuficiência de infra-estruturas de saneamento básico no interior</p> <p>Existência de períodos de seca geradores de conflitos na gestão da água</p> <p>Falta de gestão integrada e participada, tendo em consideração as épocas de seca</p> <p>Pouca sensibilização para o valor da água e para a necessidade do seu uso correcto</p> <p>Falta de divulgação de informação</p>		<p>Definição de um Sistema de Regulação independente</p> <p>Melhorar os sistemas de tratamento de águas residuais</p> <p>Melhorar as condições de saneamento no interior algarvio</p> <p>Reutilização das águas residuais tratadas</p> <p>Minimização dos impactes sobre os recursos hídricos (AIA e AAE)</p> <p>Maior eficiência da utilização da água / Remodelação e modernização das redes de transporte</p> <p>Reforçar a monitorização e medição</p> <p>Criar cadastro dos utilizadores das águas subterrâneas</p> <p>Implementação de gestão integrada e participada</p> <p>Acções de sensibilização para consumo sustentável da água / poupança e redução do consumo</p> <p>Gestão estratégica das origens da água (subt. e superf.), tendo em consideração os anos de seca</p>

Da análise dos resultados, verifica-se que os entrevistados abordaram, na generalidade, todos os aspectos integrados na lista das QSiGA, verificando-se que se alguns não foram referidos em resposta à questão relativa à identificação dos problemas, indirectamente, através da proposta de medidas, outros problemas acabaram por ser revelados.

Quanto a questões não integradas na listagem das QSiGA, são de salientar as seguintes:

- Falta de gestão integrada e participada;
- Pouca sensibilização para o valor da água e para a necessidade do seu uso correcto;
- Falta de divulgação de informação;
- Perdas de água na rede;
- Reutilização das águas residuais tratadas.

6.1.3. Fórum de Participação Pública

Sessão de Abertura

O Fórum de Participação Pública realizou-se nas instalações da Universidade do Algarve, no Campus Penha, no Anfiteatro 1.5 do Complexo Pedagógico e em mais 2 salas de aula localizadas no mesmo espaço.



Figura 6.2 – Apresentação do Vice - Presidente da ARH do Algarve na sessão de abertura

A abertura da sessão (Figura 6.2) foi efectuada neste anfiteatro pelo Vice-Presidente da ARH do Algarve, que também desempenhou o papel de morador durante esta Sessão, e pela Eng^a Sofia Delgado, Directora de Serviços do Departamento de Planeamento, Informação e Comunicação.

Nesta sessão, e após agradecer a presença dos participantes e salientar a importância da sua participação neste Fórum, foram apresentados os objectivos da sessão e o seu enquadramento no processo de participação pública do Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, a metodologia a aplicar, a tipologia dos participantes, o modelo utilizado para a constituição dos grupos de trabalho e a forma como os trabalhos do Plano de Gestão poderiam ser acompanhados futuramente.

Os participantes foram depois convidados a deslocarem-se para o hall de entrada, onde os facilitadores já os aguardavam para os agruparem conforme previamente já havia sido definido e os encaminharem para as respectivas salas.

Sessão de Trabalho em Grupo

Apesar de até à véspera da realização do Fórum de Participação Pública estarem confirmados 47 participantes de uma totalidade de cerca de 80 convidados, esta sessão contou com a presença de 28 participantes, provenientes de entidades públicas e privadas, associações sectoriais, locais/cidadãos e de ambiente (Quadro 6.5), que foram distribuídos por 4 grupos de trabalho.

Quadro 6.5 – Identificação das entidades presentes no Fórum de Participação Pública

Entidades Públicas Universidade do Algarve, Direcção Regional de Economia do Algarve, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade – Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Sul, Instituto Portuário e de Transportes Marítimos do Sul, Câmara Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Castro Marim, AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve
Entidades Privadas ALGAR, Águas de Portugal, Águas do Algarve, FAGAR, EMARP, Zoomarine, Frusoal
Associações Sectoriais Associação Algarve Golfe, Associação de Beneficiários Plano de Rega do Sotavento, Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão, Formosa – Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa, NERA
Associações Locais/Cidadãos Cidadão
Associações Defesa do Ambiente Associação Almargem, Associação IN LOCO, Associação “A Rocha”

Previamente os grupos haviam sido organizados segundo os critérios da homogeneidade, tendo em consideração a zona que cada participante melhor conhecia, em conformidade com a resposta à questão nº 2 do inquérito por entrevista, e também de heterogeneidade, pois pretendeu-se criar grupos constituídos por participantes com origens diversas e com interesses e competências distintas relativamente à gestão da água.

Face à redução do número de participantes que compareceram, os grupos foram reorganizados, tendo sido possível manter apenas o critério da heterogeneidade, bem como a distribuição equitativa dos participantes e a integração de representantes da mesma entidade em grupos diferentes.

Do ponto de vista da representatividade dos actores chave pelos Grupos: Entidades Públicas, Entidades Privadas, Associações Sectoriais, Associações Locais/Cidadãos e Associações de Defesa do Ambiente, era esta a situação na véspera da realização do Fórum (Figura 6.3), isto é, tendo em consideração a confirmação de cerca de 47 participantes:

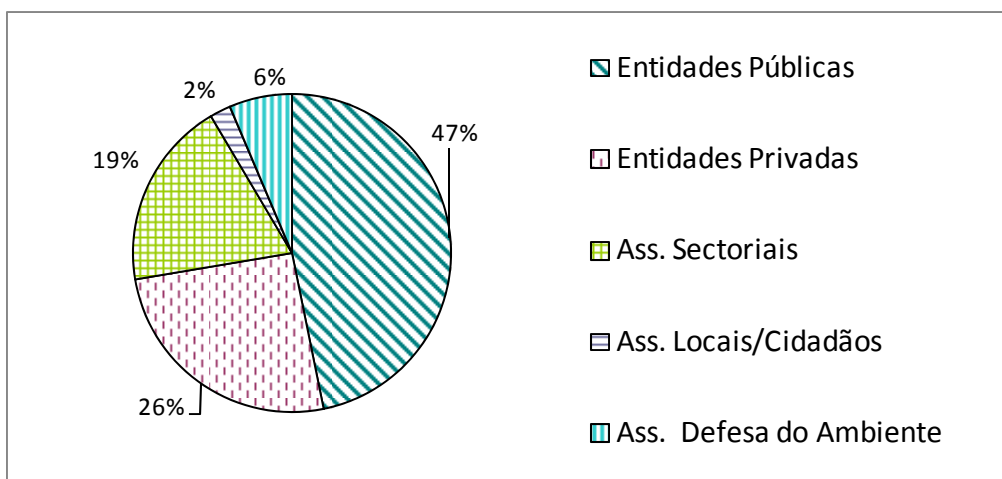


Figura 6.3 – Entidades / Associações confirmadas antes da realização do Fórum

Face à redução do número de participantes efectivos, o Fórum de Participação Pública concretizou-se contando com a seguinte tipologia e grau de representatividade de actores chave (Figura 6.4):

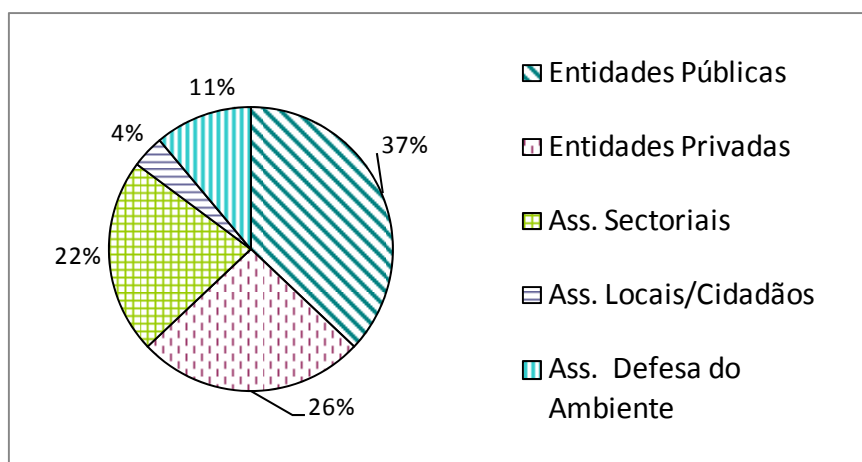


Figura 6.4 - Entidades / Associações presentes no Fórum

Assim, foram constituídos 4 grupos de trabalho, resultantes da fusão e ou extinção de alguns dos 6 inicialmente criados, compostos por 7 participantes cada, conforme se pode observar nos Quadros 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9 e Figuras 6.5, 6.6, 6.7 e 6.8. É de salientar que estes grupos de trabalho incluíram também 2 participantes não seleccionados previamente, mas que manifestaram vontade em participar no Fórum de Participação Pública durante a Sessão realizada no período da manhã.

Quadro 6.6 – Participantes e facilitadores/relatores do Grupo 1

	Nome do Participante	Entidade
	Artur Gregório	Associação IN LOCO
Grupo 1	Edite Marques	Departamento de Gestão das Áreas Classificadas do Sul
Facilitador/Relator	Fátima Marques	CM Castro Marim
Paula Noronha	Flávio Martins	Universidade do Algarve
Pedro Coelho	José Aníbal Vilarinho	Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão
	José Jacinto	FAGAR
	Tiago Branco	Associação “ A Rocha”



Figura 6.5 – Grupo 1 na sessão de trabalho em grupo

Quadro 6.7 – Participantes e facilitadores/relatores do Grupo 3

	Nome do Participante	Entidade
	Ana Luísa Simões	CM Tavira
Grupo 3	Filipa Duarte	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos do Sul
Facilitador/Relator	Jorge Caetano	EMARP
Paula Vaz	Marta Lazana	Águas de Portugal, I. P.
	Nuno Grade	Departamento de Gestão das Áreas Classificadas do Sul
	Pedro Pisa	Zoomarine
	Silvino Oliveira	FRUSOAL



Figura 6.6 – Grupo 3 na sessão de trabalho em grupo

Quadro 6.8 – Participantes e facilitadores/relatores do Grupo 5

	Nome do Participante	Entidade
	António Santos	Associação Algarve Golfe
Grupo 5	Helena Lucas	Águas do Algarve, I. P.
Facilitador/Relator	Isabel Neves	Direcção Regional da Economia do Algarve
André Mascarenhas	José Carlos Tomás	Direcção Regional de Agriculturas e Pescas do Algarve
	Manuel Costa	Cidadão
	Rui Lança	Universidade do Algarve
	Valter Ferreira	ALGAR



Figura 6.7 – Grupo 5 na sessão de trabalho em grupo

Quadro 6.9 – Participantes e facilitadores/relatores do Grupo 6

	Nome do Participante	Entidade
	Ângela Costa	Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve
Grupo 6	João Bívar Sabbo	Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve
Facilitador/Relator	João Madeira	Associação Almargem
Conceição Gago	Joaquim Fernandes	NERA
	Jorge Coelho	AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve
	Manuel Augusto da Paz	Formosa – Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa
	Marta Duarte	Águas do Algarve, I. P.

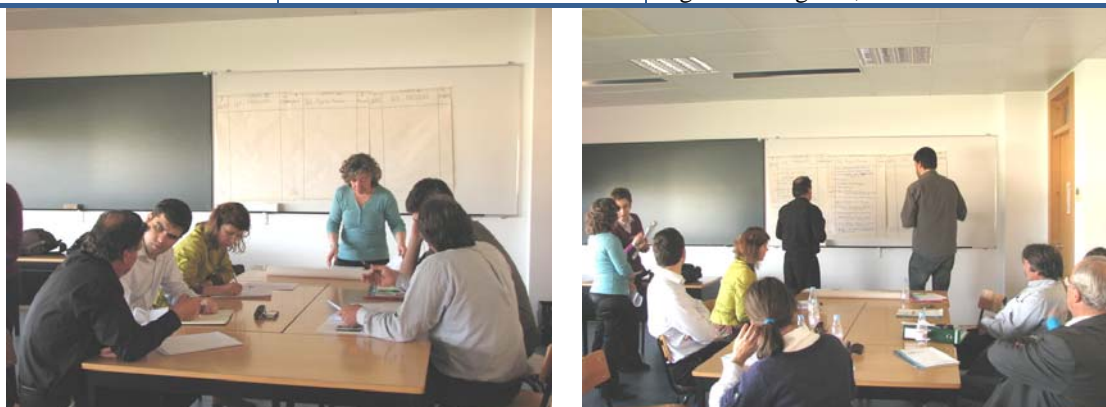


Figura 6.8 – Grupo 6 na sessão de trabalho em grupo

No Anexo G (Quadros G1 a G12) são apresentados os resultados dos trabalhos efectuados pelos grupos tal como foram redigidos, isto é, a listagem das respostas dos participantes por cada grupo de trabalho a cada uma das 3 questões formuladas, bem como a pontuação atribuída por cada grupo e os resultados da votação plenária. No Anexo I podem ser consultadas mais algumas imagens acerca da forma como decorreu este evento.

Saliente-se ainda que, enquanto decorriam os trabalhos na Sessão de Trabalho de Grupo, a coordenadora e alguns dos colaboradores asseguraram o registo numa apresentação PowerPoint das 5 questões mais votadas em cada grupo, para cada uma das 3 perguntas, tendo em vista a sua apresentação e discussão na Sessão Plenária.

Sessão Plenária

Após a pausa para café, os 28 participantes voltaram a reunir-se no Anfiteatro 1.5, onde o porta-voz eleito por cada grupo apresentou os 5 itens mais votados por cada questão, tendo como suporte a referida apresentação em PowerPoint.

Posteriormente, e após afixação dos cartazes com as listagens efectuadas por todos os grupos de trabalho (Figura 6.9), cada participante pôde ainda atribuir 10 pontos aos itens considerados mais relevantes em cada uma das questões.



Figura 6.9 – Afixação dos cartazes para votação na sessão plenária

Os resultados desta priorização e a sua análise comparativa com a listagem de Questões Significativas sobre a Gestão da Água em fase de participação pública são apresentados em seguida.

Refira-se que as respostas com conteúdo idêntico foram sujeitas a uma agregação, de modo a tornar mais perceptível a pontuação e a análise dos resultados.

Questão 1

No Quadro 6.10 apresentam-se os resultados do Plenário para a questão 1: Quais os principais problemas do Algarve no domínio dos recursos hídricos?

Quadro 6.10 – Votação resultante da sessão plenária para a Questão 1

Grupos	Problemas	Votos Plenário
1, 3, 6	Falta de gestão integrada dos recursos hídricos e de articulação com outros instrumentos do Ordenamento do Território	46
1, 3, 5	Perdas de água nas redes de abastecimento (transporte e distribuição)	23
6	Falta de dragagem da Ria Formosa	21
3, 5, 6	Falta de reflorestação mediterrânica e aplicação de boas práticas	19
1, 3, 5	Baixa reutilização de águas residuais/Elevado preço da água tratada	17
1, 5 e 6	Falta de sensibilização/Ineficiência dos processos de participação pública	17
5	Falta de capacidade de armazenamento da água	13
3, 6	Pressão urbanística na zona costeira/Falta de ordenamento da faixa costeira	8
3, 5	Escassez de água em quantidade e qualidade (sazonalidade turística)	8
3	Ocupação das zonas inundáveis	7
6	Falta de informação sobre a eficácia do consumo de água	7
3	Falta de saneamento no interior algarvio	6
3, 5	Baixa qualidade da água (salinidade/poluição)	6
1	Poluição difusa nos sistemas agrícolas	5
1,6	Perda de biodiversidade	4
1	Falta de conhecimento da quantidade de água doce	3
6	Falta de transvazes	3
6	Falta de galerias ripícolas naturais	3
5, 6	Avanço do mar/Erosão costeira	3
1	Falta de conhecimento do funcionamento do sistema hídrico (superficial e subterrâneo)	2

Quadro 6.10 – Votação resultante da sessão plenária para a Questão 1 (Cont.)

Grupos	Problemas	Votos Plenário
1	Deficiente qualidade da água salgada e doce	2
5	Falta de delimitação da LMPMAE (a 100 anos)	2
1	Contaminação de nitratos na Campina de Faro	1
1	Proibição da utilização da água subterrânea para rega	1
3	Efeito das infra-estruturas (ex. barragens) no regime fluvial	1
6	Lacunas na inventariação dos recursos hídricos	1
6	Falta de identificação de medidas associadas à segurança de infra-estruturas	0
3	Sobreposição de legislação e jurisdição sobre as linhas de água	0
3	Sobre - exploração dos aquíferos	0
6	Existência de indústrias poluidoras na Ria Formosa	0
6	Falta de fiscalização	0
1	Falta de manutenção de linhas de água	0

Da análise do quadro anterior verifica-se que alguns dos problemas identificados como mais relevantes no Algarve no domínio dos recursos hídricos foram a falta de gestão integrada dos recursos hídricos e de articulação com outros instrumentos de Ordenamento do Território, as perdas de águas nas redes de abastecimento ou, em particular, a falta de dragagem na Ria Formosa.

Fazendo a análise comparativa entre os resultados obtidos na votação do Plenário para a definição dos problemas e a lista de Questões Significativas sobre a Gestão da Água em fase de participação pública, apresenta-se o Quadro 6.11 que permite verificar de que forma os problemas identificados pelos participantes do Fórum se integram ou coincidem com as Questões Significativas ou que outros problemas não abrangidos se salientaram no decorrer desta Sessão e foram registados como preocupações a considerar.

Quadro 6.11 – Análise comparativa da votação resultante da sessão plenária para a Questão 1 com a proposta de Questões Significativas sobre a Gestão da Água

Problemas	Questões Significativas															
	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	l	m	n	o	p	q
Falta de gestão integrada dos recursos hídricos e de articulação com outros instrumentos do Ordenamento do Território																
Perdas de água nas redes de abastecimento (transporte e distribuição)																
Falta de dragagem da Ria Formosa									x							
Falta de reflorestação mediterrânica e aplicação de boas práticas		x														
Baixa reutilização de águas residuais/Elevado preço da água tratada																
Falta de sensibilização/Ineficiência dos processos de participação pública																
Falta de capacidade de armazenamento da água						x										
Pressão urbanística na zona costeira/Falta de ordenamento da faixa costeira										x						
Escassez de água em quantidade e qualidade (sazonalidade turística)						x										
Ocupação das zonas inundáveis								x								
Falta de informação sobre a eficácia do consumo de água											x					
Falta de saneamento no interior algarvio					x		x									
Baixa qualidade da água (salinidade/poluição)			x	x	x		x									
Poluição difusa nos sistemas agrícolas			x	x		x										
Perda de biodiversidade	x															
Falta de conhecimento da quantidade de água doce											x					x
Falta de transvazes						x										
Falta de galerias ripícolas naturais	x	x														
Avanço do mar/Erosão costeira									x							
Falta de conhecimento do funcionamento do sistema hídrico (superf. e subt.)											x			x		
Deficiente qualidade da água salgada e doce			x	x	x		x									
Falta de delimitação da LMPMAE (a 100 anos)												x				
Contaminação de nitratos na Campina de Faro					x		x									
Proibição da utilização da água subterrânea para rega										x			x			
Efeito das infra-estruturas (ex. barragens) no regime fluvial												x		x		
Lacunas na inventariação dos recursos hídricos											x					

Quadro 6.11 – Análise comparativa da votação resultante da sessão plenária para a Questão 1 com a proposta de Questões Significativas sobre a Gestão da Água (cont.)

Problemas	Questões Significativas															
	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	l	m	n	o	p	q
Falta de identificação de medidas associadas à segurança de infra - estruturas												x	x			
Sobreposição de legislação e jurisdição sobre as linhas de água													x			
Sobre - exploração dos aquíferos						x				x						
Existência de indústrias poluidoras na Ria Formosa									x				x			x
Falta de fiscalização												x	x			
Falta de manutenção de linhas de água								x								

Nota: **Questões Significativas sobre a Gestão da Água**

Questões relativas a pressões e impactos

- a) Redução da biodiversidade
- b) Competição de espécies não nativas com espécies autóctones
- c) Intrusão salina
- d) Eutrofização
- e) Águas enriquecidas por nitratos e fósforo
- f) Escassez de água
- g) Contaminação de águas subterrâneas
- h) Inundações
- i) Degradação de zonas costeiras
- j) Sobre - exploração de aquíferos

Questões de ordem normativa, organizacional e económica

- l) Conhecimento especializado e actualizado
- m) Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente
- n) Licenciamento insuficiente e/ou ineficiente
- o) Monitorização insuficiente e/ou ineficiente das massas de água
- p) Nível de recuperação de custos dos serviços da água insuficiente
- q) Medição e auto-controlo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e descargas de águas residuais

Conforme se pode verificar no quadro anterior, embora a maioria dos problemas identificados correspondam ou se integrem nas Questões Significativas, alguns, no entanto, não se encontram abrangidos por estas, os quais, de uma forma sucinta e agregada, se apresenta seguidamente:

- Falta de gestão integrada dos recursos hídricos e de articulação com outros Instrumentos de Ordenamento do Território;
- Perdas de água nas redes de abastecimento;
- Baixa reutilização de águas residuais/Elevado preço da água tratada;

- Falta de informação e sensibilização/Ineficiência dos processos de participação pública.

Questão 2

No Quadro 6.12 apresentam-se os resultados do Plenário para a questão 2: Quais os principais aspectos positivos do Algarve no domínio dos recursos hídricos?

Quadro 6.12 – Votação resultante da sessão plenária para a Questão 2

Grupos	Aspectos Positivos	Votos Plenário
1, 3, 5, 6	Níveis de atendimento e qualidade do serviço de abastecimento e drenagem	50
5, 6	Potencial de reutilização de águas pluviais e residuais e sua aplicação na rega	22
1, 6	Potencial turístico da Ria Formosa e outras zonas húmidas e da zona costeira	19
3, 6	Clima e proximidade do mar têm potencialidades para resolver problemas de escassez	19
1, 3	Paisagem diversificada e sistemas ecológicos de extraordinário valor	18
3,5, 6	Diversidade das massas de água para usufruto da população e visitantes (barragens, água subterrânea)	18
1, 5	Maior exigência do utilizador/Melhorar a forma como as pessoas e instituições valorizam os recursos hídricos	18
5	Constituição geológica do Algarve	16
3	Águas Protegidas	13
1, 5	Discussão e planeamento em curso	10
5	Aumento da monitorização e do tratamento das águas residuais	6
1,6	Proximidade dos órgãos de decisão e expectativas para a sua gestão	6
3	Potencialidades para energias eólicas e solar	5
6	Boa qualidade das origens superficiais	2
6	Existência de alguma inventariação dos recursos hídricos	0
6	Boa avifauna na Ria Formosa	0

Entre os aspectos positivos mais votados, destaca-se os níveis de atendimento e qualidade do serviço de abastecimento e drenagem, o potencial de reutilização de águas pluviais e residuais e sua aplicação na rega, o clima e proximidade do mar com

potencialidades para resolver problemas de escassez ou ainda o potencial turístico da Ria Formosa e outras zonas húmidas.

Questão 3

No Quadro 6.13 apresentam-se os resultados do Plenário para a questão 3: Quais as medidas que podem ser tomadas no sentido de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos?

Quadro 6.13 – Votação resultante da sessão plenária para a Questão 3

Grupos	Medidas	Votos Plenário
1, 3, 5, 6	Reutilização e incentivo do uso da água residual tratada na rega	30
1, 5, 6	Gestão integrada e participada dos recursos hídricos	30
1, 3, 5, 6	Divulgação de informação e sensibilização para utilização sustentável da água	29
6	Plano de dragagens para a Ria Formosa	21
5, 6	Plano de reflorestação	18
3, 5, 6	Aumentar a capacidade de armazenagem e criar rede de barragens	18
1, 5	Manutenção e modernização dos sistemas de transporte	11
6	Previsão das necessidades hídricas para todos os usos	9
5, 6	Cadastro completo e actualizado das captações e descargas	7
3, 5	Manutenção de boas práticas agrícolas e introdução de práticas ambientais	7
3, 5	Tratamento de águas pluviais e de efluentes agro-industriais	6
1, 5, 6	Criação de equipas de fiscalização e sensibilização	5
1, 3	Criação de alternativas de fornecimento de água para a rega	4
3	Restrição de ocupação do solo para recarga de aquíferos	4
1	Monitorização dos recursos hídricos	2
5	Manter um sistema de vigilância dos incêndios	1
5	Procedimentos de segurança para as infra-estruturas hidráulicas	0

Relativamente às medidas propostas pelos participantes deste Fórum, que poderão contribuir para ultrapassar ou minimizar os problemas existentes, salienta-se, com maior número de votos, a reutilização e incentivo do uso de água residual tratada na rega, a gestão integrada e participada dos recursos hídricos e a divulgação de informação e sensibilização para utilização sustentável da água.

6.1.4. Consulta Pública

Relativamente aos resultados do processo de consulta pública, e em complemento do já referido no sub - capítulo 6.1.1., é de referir que através do endereço electrónico partipub@arhalgarve.pt, a ARH do Algarve recebeu até final do período oficialmente estabelecido para este efeito, isto é, 31 de Julho, cerca de 3 comentários escritos provenientes das seguintes entidades: ADP – Grupo Águas de Portugal, FENAREG – Federação Nacional de Regantes de Portugal e Universidade do Algarve. Foi ainda enviado outro comentário, por parte da Câmara Municipal de Monchique, mas cujo conteúdo constitui um contributo para a 3ª fase, referente à Caracterização da Região Hidrográfica e do Estado das Massas de Água, e não para a fase em estudo.

Identificam-se no Quadro 6.14 as principais questões abordadas por estas entidades.

Quadro 6.14 – Principais questões abordadas nas fichas de participação pública enviadas por correio electrónico

<ul style="list-style-type: none">• Utilização e gestão da água na agricultura, para o regadio• Mau funcionamento das ETAR• Poluição difusa• Medição e auto-controlo das captações de água subterrânea• Conjugação com medidas de outros Planos• Gestão integrada entre águas subterrâneas e superficiais• Fenómenos climáticos extremos	<ul style="list-style-type: none">• Redução dos recursos haliêuticos• Transferência de nutrientes para a costa e para a Ria Formosa• Florestação das serras com espécies adequadas ao clima e à fixação dos solos• Descarga de efluentes não tratados / Contaminação de águas subterrâneas• Escassez de água• Intrusão salina• Inundações• Sobre – exploração de aquíferos
--	---

É de salientar ainda que os documentos disponíveis para consulta dos interessados, bem como a ficha de participação pública *on line*, foram objecto de um número considerável de *downloads*, nomeadamente:

- Ficha de Participação Pública – 229
- Documento QSiGA – Informação de suporte – 360
- Documento QSiGA – Participação Pública – 256

6.2. Avaliação

A avaliação da 2ª fase de elaboração do PGRHA compõe-se da análise e tratamento das respostas aos inquéritos individuais por questionário distribuídos na sessão e fórum de participação públicas, da apresentação de uma grelha de avaliação dos recursos materiais/humanos e financeiros aplicados e de uma grelha de apreciação global do contexto, processo e resultados.

6.2.1. Sessão de Participação Pública

A avaliação final desta Sessão, efectuada com base na análise das respostas de 37 participantes a uma ficha de avaliação individual (Anexo E), revela os resultados constantes dos quadros e figuras seguintes.

Divulgação da Sessão

Começando pela divulgação, de acordo com o Quadro 6.15 e Figura 6.10, constata-se que a maioria dos participantes concordou com a forma como se procedeu à divulgação da Sessão, embora se verifique que um nº razoável de participantes não ficou completamente satisfeito a este nível, ao terem seleccionado o grau 2 e 3 para se pronunciarem em relação às afirmações: “Foram utilizados os meios adequados para a

divulgação”, “Tive conhecimento desta Sessão por diversos meios” e “Foi feita uma divulgação atempada”.

Quadro 6.15 – Avaliação da Sessão na componente de divulgação

Nº de respostas

1 = Discordo Totalmente e 5 = Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Foram utilizados os meios adequados para a divulgação	1	8	4	18	4
Tive conhecimento desta Sessão por diversos meios	3	6	13	8	4
Foi feita uma divulgação atempada	2	3	10	14	5
Foi fácil proceder à inscrição na Sessão	0	2	2	9	21

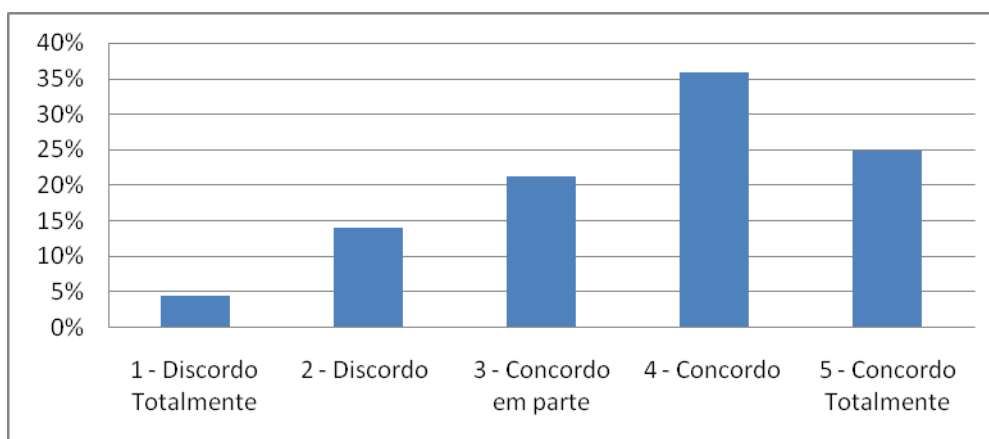


Figura 6.10 – Divulgação da Sessão - Percentagem do grau de concordância em relação ao total de respostas

Organização e Desenvolvimento da Sessão

Em relação à forma como foi organizada e decorreu a Sessão propriamente dita, os resultados constantes do Quadro 6.16 e Figura 6.11 mostram que a maioria dos participantes ficou satisfeita com o desenvolvimento da Sessão em geral, nomeadamente com o modo como foi feita a abordagem dos Recursos Hídricos do Interior e do Litoral. Já um conjunto significativo de participantes concordou apenas em parte com as afirmações de que a Sessão “Foi esclarecedora sobre os objectivos do Plano de Gestão” e “Foi esclarecedora sobre esta fase de participação pública relativa às Questões Significativas”.

Quadro 6.16 – Avaliação da Sessão na componente de organização e desenvolvimento N° de respostas

1= Discordo Totalmente e 5= Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Esteve bem organizada	0	1	6	22	6
Foi esclarecedora sobre os objectivos do Plano de Gestão	2	1	12	11	8
Foi esclarecedora sobre esta fase de participação pública relativa às Questões Significativas	0	1	12	11	10
A abordagem dos Recursos Hídricos Interiores foi interessante e contribuiu para o meu conhecimento sobre esta temática	0	4	8	19	6
Gostei das intervenções sobre os Recursos Hídricos do Litoral porque foram feitas de forma clara e adequada a este tipo de evento	3	0	6	16	11
Constituiu uma boa oportunidade para o público participar	2	0	3	15	11
Os materiais entregues na Sessão foram adequados e oportunos	2	6	8	10	6

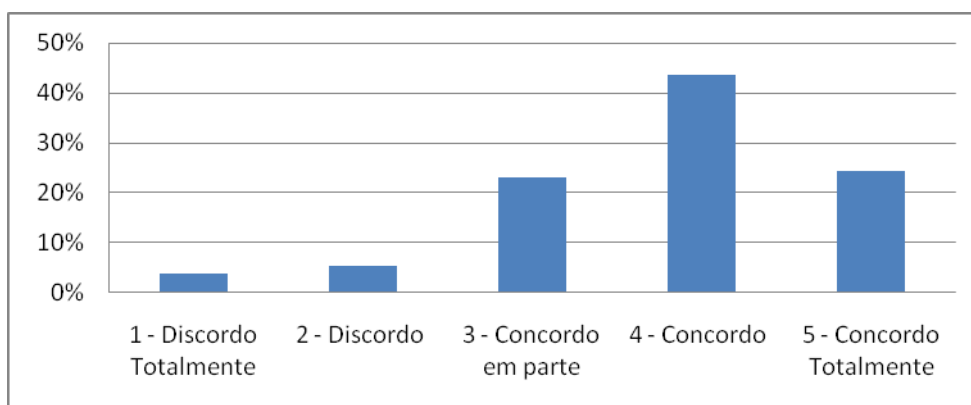


Figura 6.11 – Organização e Desenvolvimento da Sessão - Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas

Natureza da Sessão

No que diz respeito à avaliação da Natureza da Sessão, a análise das respostas revela que a maioria dos participantes concorda ou concorda totalmente com a realização deste tipo de iniciativas, manifestando muito interesse em voltar a participar noutra Sessão com estas características, salientando-se que apenas se registou uma discordância em relação a esta última afirmação (Quadro 6.17 e Figura 6.12).

Quadro 6.17 – Avaliação da Sessão na componente relativa à sua natureza

Nº de respostas

1 = Discordo Totalmente e 5 = Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Este tipo de iniciativas tem interesse para o público em geral	1	1	0	13	19
Deveriam ser implementados mais eventos que viabilizem a participação activa do cidadão	0	0	1	12	22
Gostaria de participar noutra Sessão com estas características	0	1	1	13	20

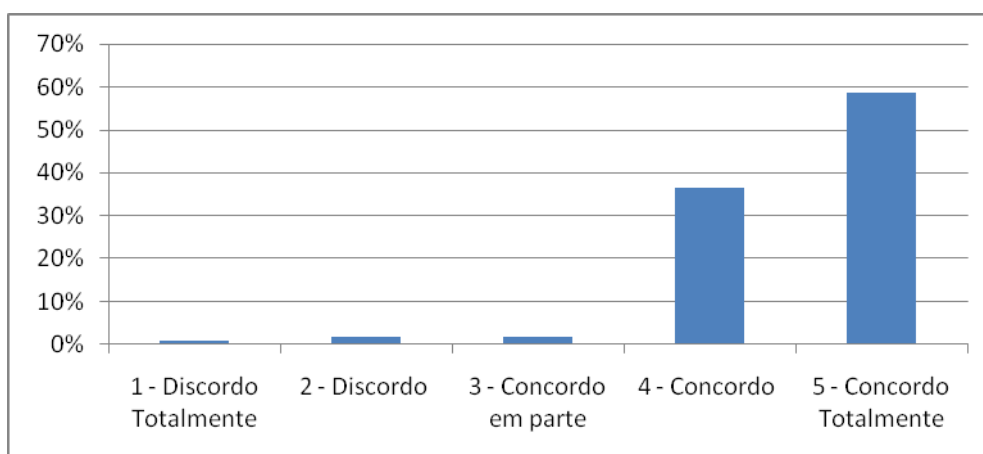


Figura 6.12 - Natureza da Sessão - Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas

Finalmente, no espaço reservado a eventuais sugestões foram registadas as seguintes observações:

- A fase dos objectivos ambientais e medidas também deveria ser objecto de participação pública antes da versão preliminar;
- Devia ter havido mais tempo de debate;
- Devia haver mais Sessões deste género;
- Deverá ser feita divulgação dos comentários e sugestões, incluídas nas fichas de participação pública, no site da ARH;
- O uso de água para os jardins deverá ser mais caro do que para uso doméstico (utilizador – pagador em função do uso);
- Deve haver mais divulgação da participação pública;
- Deve haver consenso para uma boa gestão sustentável.

6.2.2. Fórum de Participação Pública

Tal como se procedeu no processo de avaliação quantitativa da Sessão de Participação Pública, também os elementos a seguir apresentados resultaram do tratamento das respostas a 22 inquéritos por questionário (Anexo G), preenchidos individualmente pelos participantes do Fórum.

Divulgação do Fórum

Na sequência da análise do Quadro 6.18 e da Figura 6.13, verifica-se que, em média e para as quatro questões que compõem esta alínea, a maioria dos participantes integrou as suas respostas no grau 4, logo seguido dos graus 3 e 5.

Salienta-se a pontuação atribuída à alínea relativa ao contributo da entrevista prévia para o sucesso do Fórum, em que se verifica a concentração das respostas no grau 3 e 4 (7 respostas cada), logo seguido do 5 (5 respostas), o que indica que a entrevista prévia terá motivado os participantes para a participação no Fórum e para a melhor dinamização do mesmo.

Cabe ainda referir que dois participantes não indicaram o grau de acordo com a afirmação “A entrevista prévia contribuiu para o sucesso do Fórum”. Muito provavelmente trata-se dos participantes que se mostraram interessados e foram convidados a participar no próprio dia da realização do Fórum, não tendo, deste modo, sido possível realizar a entrevista prévia.

Quadro 6.18 – Avaliação do Fórum na componente de divulgação Nº de respostas

1 = Discordo Totalmente e 5 = Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Foram utilizados os meios adequados para a divulgação	2	4	7	6	5
Foi feita uma divulgação atempada	1	5	3	9	5
Os materiais utilizados para a divulgação tinham uma linguagem clara e eram apelativos	0	3	6	10	4
A entrevista prévia contribuiu para o sucesso do Fórum	0	2	7	7	5

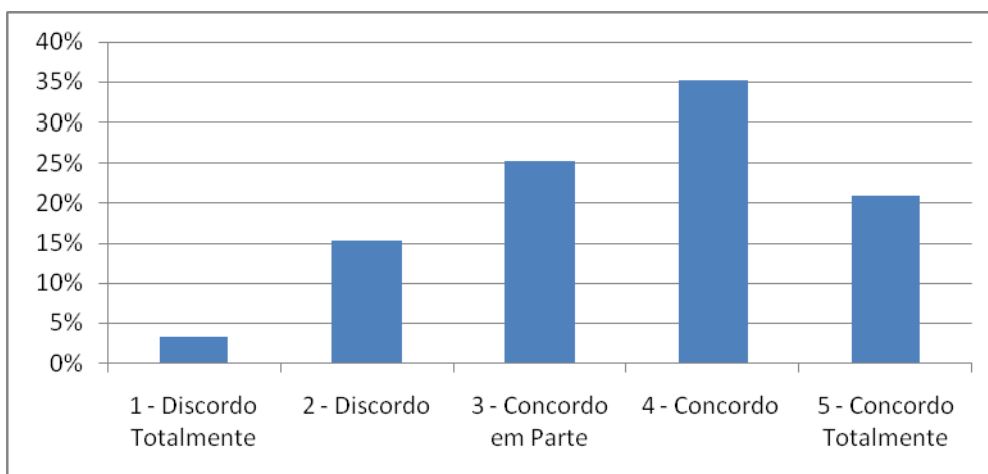


Figura 6.13 - Divulgação do Fórum - Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas

Pretendia-se ainda obter informações acerca da forma como cada participante tinha tomado conhecimento da realização do Fórum de Participação Pública, uma vez que tinha sido utilizado mais do que um meio para proceder à sua divulgação.

Os resultados constantes da Figura 6.14, revelam que a maioria dos participantes teve conhecimento da realização do Fórum através do ofício convite e do email enviado, logo seguido do fax, o que é natural, pois atendendo ao facto de os participantes terem sido previamente seleccionados tendo por base a sua representatividade num grupo alargado de actores chave, não houve tanto investimento numa divulgação tão ampla ao nível do Boletim Informativo e da Imprensa Regional.

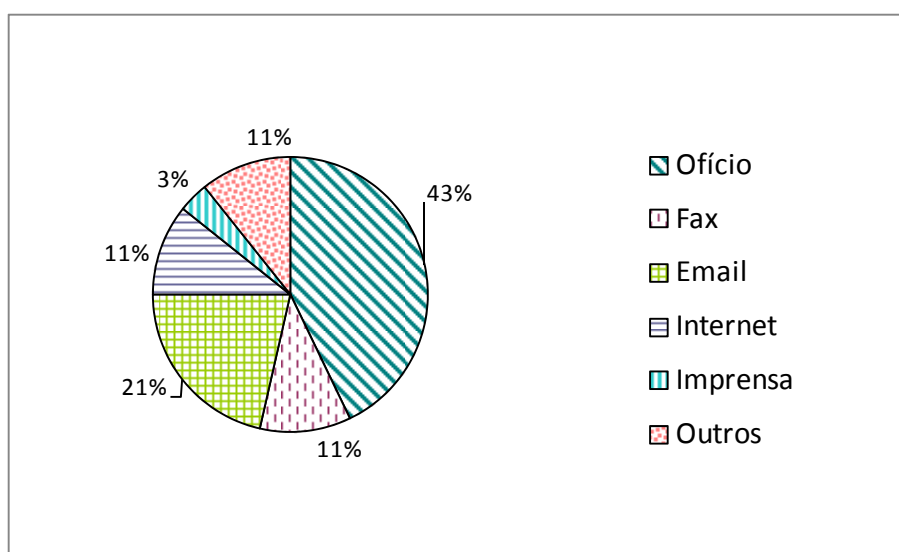


Figura 6.14 – Resposta à questão: Como teve conhecimento da realização deste Fórum?

Organização e Desenvolvimento do Fórum

Em relação à organização e desenvolvimento do Fórum, verifica-se que, em média, a maioria dos participantes integrou as suas respostas no grau 4, logo seguido do grau 5 (Figura 6.15), o que revela um bom grau de satisfação relativamente à forma como o Fórum foi organizado e desenvolvido.

Conforme o Quadro 6.19, o grau 5 foi atribuído maioritariamente às questões “Houve oportunidade para referir as minhas opiniões em todas as fases do Fórum” e “A participação no Fórum foi estimulante”.

Três participantes não preencheram este quadro.

Quadro 6.19 - Avaliação do Fórum na componente de organização e desenvolvimento N° de respostas

1= Discordo Totalmente e 5= Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Esteve bem organizado	0	0	1	13	7
A equipa responsável pela organização foi cordial e atenciosa	0	0	3	10	8
A metodologia utilizada no Fórum foi transmitida claramente	0	0	2	10	9
O tempo foi bem distribuído entre as diversas actividades	0	0	4	14	3
A metodologia adoptada viabilizou a interactividade entre os participantes e contribuiu para atingir os objectivos deste evento	0	0	0	13	7
Foi interessante e positivo trabalhar em grupo	0	0	1	10	10
A participação no Fórum foi estimulante	0	0	1	9	11
Houve oportunidade para referir as minhas opiniões em todas as fases do Fórum	0	0	2	6	13
As minhas opiniões estão reflectidas nas principais conclusões que resultaram do Fórum	1	0	2	10	5

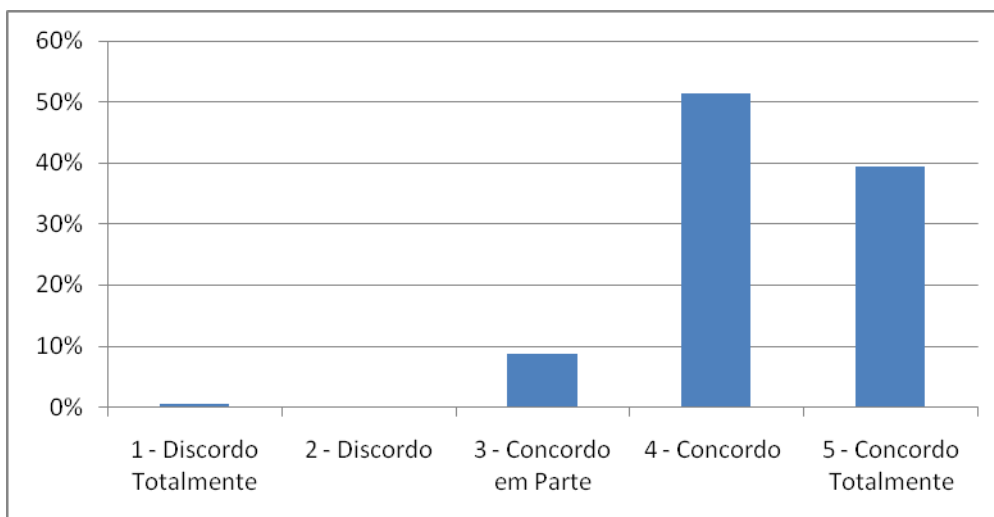


Figura 6.15 – Organização e Desenvolvimento do Fórum - Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas

Em relação à questão “O que gostou mais e o que gostou menos?”, os resultados constantes da Figura 6.16 revelam que as Sessões de Trabalho de Grupo foram o momento mais apreciado pelos participantes, logo seguido da Sessão Plenária. Estas Sessões corresponderam às etapas em que houve efectivamente participação activa dos actores chave convidados para participar no Fórum, pois para além das Sessões de Trabalho de Grupo, na própria Sessão Plenária os grupos, através de um porta-voz, tiveram oportunidade para apresentar as suas principais conclusões.

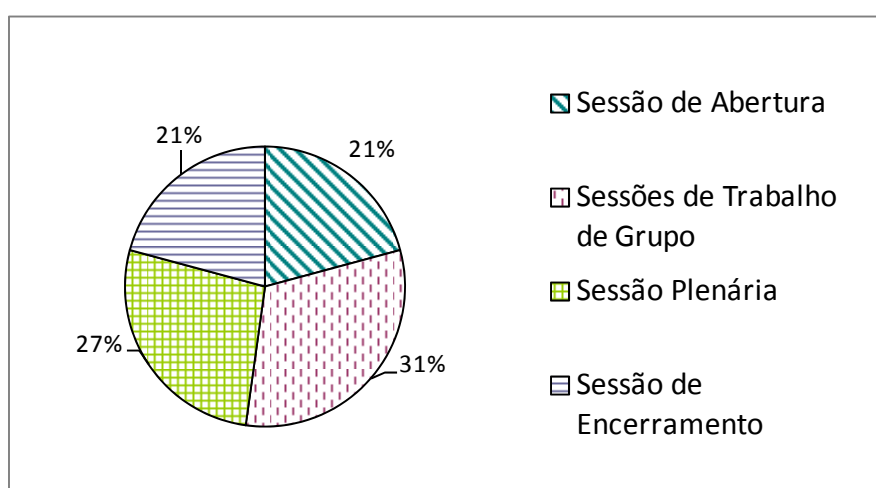


Figura 6.16 - Resposta à questão: O que gostou mais e o que gostou menos?

Participação Pública Activa

As respostas a esta questão revelam, de acordo com o Quadro 6.20 e Figura 6.17, que mais de metade dos participantes concorda totalmente com o interesse deste tipo de iniciativas, entende que deveriam ser implementados mais eventos que viabilizem a participação activa do cidadão e gostaria de participar noutra Fórum com as mesmas características.

Quadro 6.20 – Avaliação do Fórum na componente de participação pública activa N° de respostas

1 = Discordo Totalmente e 5 = Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Este tipo de iniciativas tem interesse para o público em geral	0	1	3	6	9
Deveriam ser implementados mais eventos que viabilizem a participação activa do cidadão	0	0	1	4	17
Gostaria de participar noutra Fórum com estas características	0	0	2	7	13

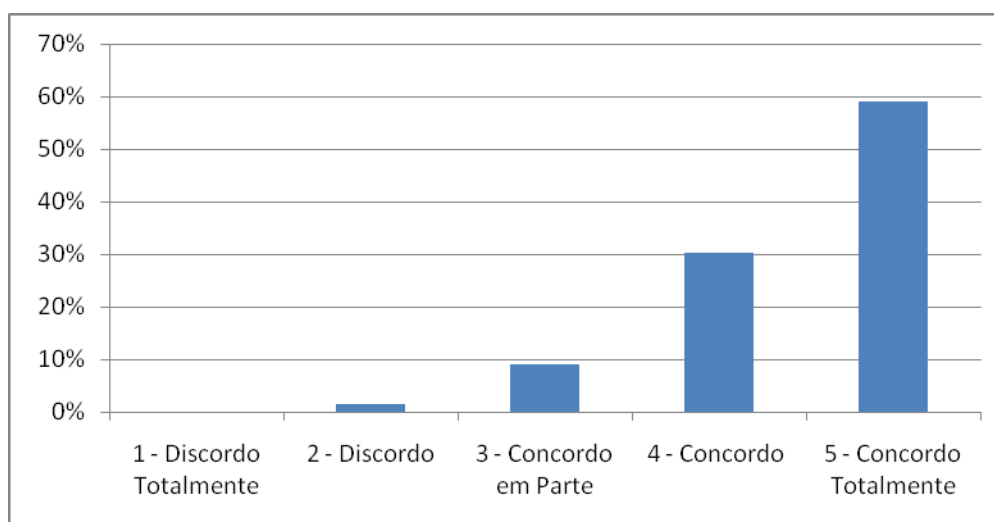


Figura 6.17 – Participação Pública Activa - Percentagem do grau de concordância em relação ao total das respostas

Em relação à questão “Já tinha participado em alguma iniciativa de participação pública?”, a Figuras 6.18 revela que a iniciativa de participação pública mais frequentada pelos participantes deste Fórum têm sido Sessões de Participação Pública, logo seguida das Comissões de Acompanhamento.

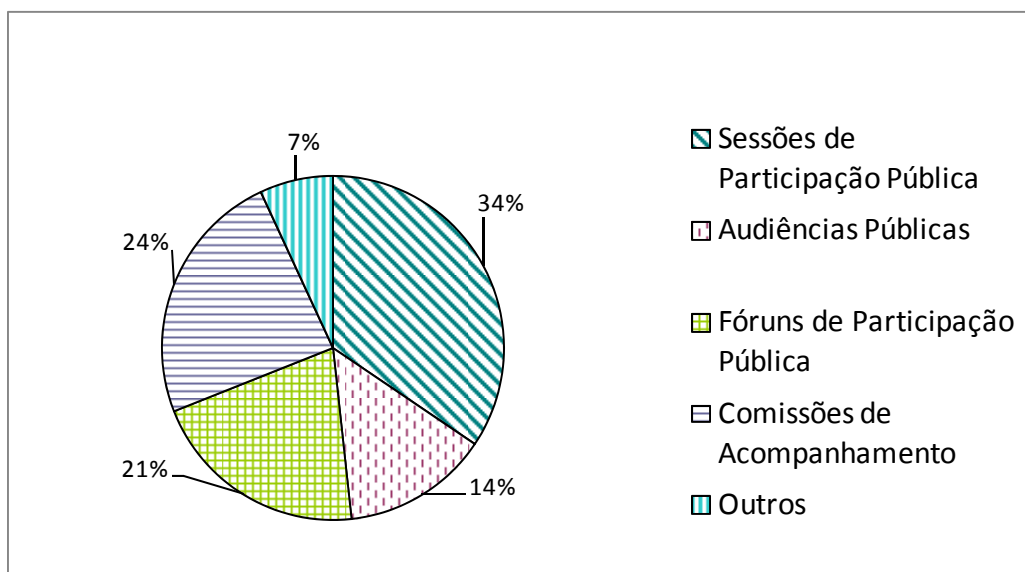


Figura 6.18 - Resposta positiva à questão: Já tinha participado em alguma iniciativa de participação pública?

Por outro lado, o principal factor que tem contribuído para a não participação de alguns actores chave em iniciativas desta natureza não tem sido o desinteresse, pois apenas um participante respondeu “Nunca me interessou”, mas sim por impossibilidade associada a diversas razões, conforme a resposta de 8 participantes, apesar de terem tido vontade em participar noutras ocasiões (Figura 6.19). Entre as razões invocadas pelo próprio inquérito, corroboradas por estes 8 participantes, salienta-se os horários incompatíveis ou a distância dos locais dos eventos.

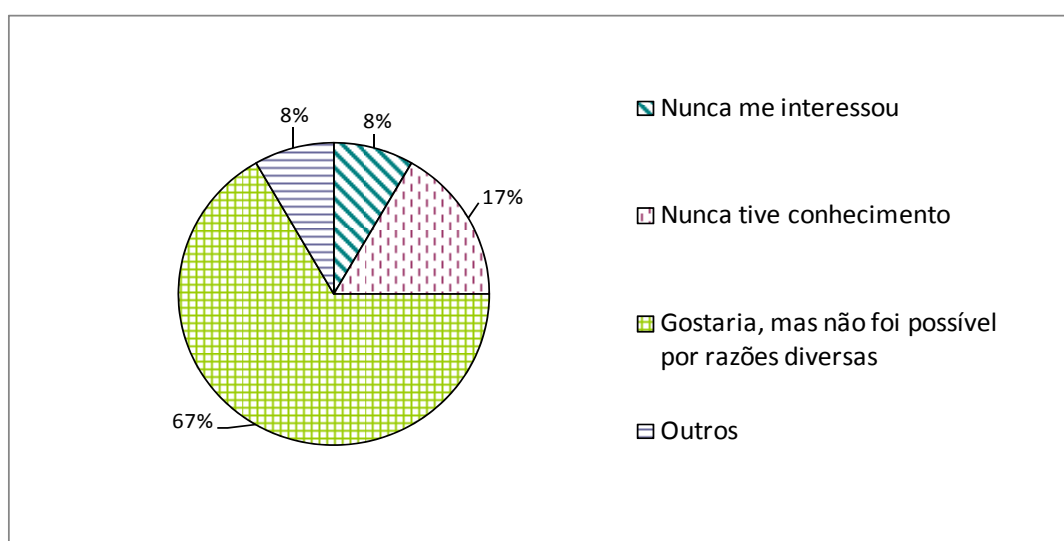


Figura 6.19 - Resposta negativa à questão: Já tinha participado em alguma iniciativa de participação pública?

No campo reservado para eventuais sugestões foram ainda apresentados os seguintes comentários:

- Não reduzir o tempo previsto de utilização do público (tempo de debate);
- Necessidade de uma maior colaboração com a população em geral;
- A votação final devia contemplar somente as questões que já tinham sido priorizadas pelos grupos, em vez de se colocar à votação todas as questões identificadas.

6.2.3. Recursos Materiais/Humanos e Financeiros

A grelha seguinte (Quadro 6.21) apresenta a avaliação da mestrandia acerca dos recursos materiais e humanos aplicados na implementação da 2ª fase do PGRHA, tendo em atenção os objectivos definidos para este processo de participação pública e os resultados obtidos.

Em função da apreciação efectuada sobre cada um dos recursos, nas observações é apresentada uma sumária justificação sobre o parâmetro seleccionado: adequado, não adequado ou misto (nuns aspectos os recursos foram adequados e noutros não).

Quadro 6.21 – Grelha de avaliação dos recursos materiais e humanos aplicados na 2ª fase do PGRHA

Recursos Materiais e Humanos	Apreciação			Observações
	Adequado	Não Adequado	Misto	
Folhetos	X			A linguagem do folheto produzido era adequada ao cidadão comum e dava informação acerca dos meios disponíveis para a participação. Foi amplamente divulgado por diversas entidades da região algarvia e distribuídos em dois eventos: Feira do Mar e das Actividades Náuticas e Feira Nacional dos Parques Naturais e Ambiente.

Quadro 6.21 – Grelha de avaliação dos recursos materiais e humanos aplicados na 2ª fase do PGRHA
(cont.)

Recursos Materiais e Humanos	Apreciação			Observações
Brochuras			x	As 2 brochuras produzidas pelo INAG/ARHs eram adequadas para o sector técnico, mas devia ter sido produzido um documento mais simplificado para o cidadão comum para ampla divulgação.
Cartazes			x	Os cartazes produzidos foram enviados para as Bibliotecas Municipais e da Universidade do Algarve, por se ter considerado que estas entidades constituíam fortes meios de comunicação e de divulgação junto da população algarvia. Teria sido positiva a opção pelo envio destes cartazes também para outras entidades de carácter local (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e Associações).
Programas	x			Foram divulgados pelas entidades convidadas, que corresponderam aos principais actores chave da região. Para além de apresentarem a hora, local e apresentação do conteúdo dos eventos, também incluíam um mapa para facilitar o acesso ao local dos eventos.
Pastas			x	O conteúdo das pastas distribuídas na Sessão de Participação Pública foi adequado e útil, mas teria sido positivo para os participantes a inclusão de um documento síntese explicativo das QSiGA e não somente a sua listagem.
Material diverso (canetas, etiquetas, papel cenário)	x			Foi adequado às necessidades e particularidades de cada evento.
Painéis expositivos	x			Foram adequados às necessidades e particularidades de cada evento.

Quadro 6.21 – Grelha de avaliação dos recursos materiais e humanos aplicados na 2ª fase do PGRHA
(cont.)

Recursos Materiais e Humanos	Apreciação			Observações
Espaço (inclui equipam. audiovisual)			x	O anfiteatro foi adequado à Sessão de Participação Pública, pelas boas condições que disponibiliza e por ser de fácil acesso, com excepção do facto de não ter sido possível a gravação da sessão. Por falta do número suficiente de salas de aula para as sessões de trabalho de grupo, no âmbito do Fórum, por indisponibilidade da Universidade do Algarve, foi necessário utilizar o anfiteatro para um grupo, o que não se revelou o mais adequado.
Anúncios		x		Optou-se por não enviar um anúncio para a imprensa regional, mas sim uma nota de imprensa, sem custos, o que não se revelou adequado, já que a imprensa regional não pareceu muito sensibilizada para este assunto e só procedeu à sua divulgação em alguns jornais em datas muito próximas do dia da Sessão de Participação Pública.
<i>Catering</i>	x			Foi bem organizado e recebido com agrado pelos participantes.
Oradores	x			As comunicações foram adequadas e pertinentes face à temática em discussão e à experiência e trabalhos desenvolvidos pelos oradores convidados.

Seguidamente é apresentada uma grelha (Quadro 6.22) com a avaliação dos recursos financeiros disponibilizados para a aquisição e ou aluguer dos recursos materiais e humanos identificados como essenciais para a implementação da fase 2 do PGRHA, cuja apreciação é feita de acordo com os mesmos parâmetros adoptados na grelha a que corresponde o Quadro 6.19.

Quadro 6.22 – Grelha de avaliação dos recursos financeiros aplicados na 2ª fase do PGRHA

Unidade: euros

Recursos Materiais e Humanos	Recursos Financeiros		Apreciação			Observações
	Previsto	Utilizado (*)	Adequado	Não Adequado	Misto	
Folhetos	250,00	240,00	x			O investimento previsto e efectuado na produção do desdobrável foi o suficiente para se atingir os objectivos definidos.
Brochuras	0	0		x		A opção pela não afectação de valores à publicação de brochuras nesta fase não foi a mais correcta, pois a edição de uma brochura resumida e com linguagem simplificada teria sido vantajosa no contexto da ampla divulgação desta fase do PGRHA.
Cartazes	100,00	0		x		A opção pela não aplicação da verba prevista na impressão de cartazes não foi a mais adequada, atendendo a que teria sido vantajosa a sua distribuição por um número considerável de entidades de carácter local e associações.
Programas	100,00	120,00	x			O investimento previsto e efectuado na impressão dos programas da sessão e do fórum de participação públicas foi o suficiente para se atingir os objectivos definidos.
Pastas	100,00	90,00	x			O investimento previsto e efectuado na produção das pastas foi o suficiente para se atingir os objectivos definidos.
Material diverso	50,00	50,00	x			O investimento previsto e efectuado na aquisição de material diverso, como canetas, etiquetas, papel cenário, entre outro, foi o suficiente para se atingir os objectivos definidos.

(*) Valor aproximado

Quadro 6.22 – Grelha de avaliação dos recursos financeiros aplicados na 2ª fase do PGRHA (cont.)

Unidade: euros

Recursos Materiais e Humanos	Recursos Financeiros		Apreciação			Observações
	Previsto	Utilizado (*)	Adequado	Não Adequado	Misto	
Painéis expositivos	2.500,00	0	x			Face à possibilidade de a Universidade do Algarve disponibilizar, a título de empréstimo, os painéis expositivos necessários à realização dos eventos, optou-se por não proceder à sua aquisição.
Espaço	60,00	60,00	x			O investimento previsto e efectuado no aluguer do espaço foi o suficiente para se atingir os objectivos definidos. As salas para as Sessões de Trabalho de Grupo do Fórum de Participação Pública foram disponibilizadas a título gratuito.
Anúncios	300,00	0		x		A opção por não se investir o valor previsto na publicação de anúncios na imprensa regional não foi a mais adequada, dado que a nota de imprensa divulgada pela ARH do Algarve não foi publicada em muitos jornais regionais e a maior parte daqueles que a publicaram não o fizeram com a devida antecedência.
<i>Catering</i>	1.000,00	1.200,00	x			O investimento previsto e efectuado na aquisição do serviço de <i>catering</i> foi o suficiente para se atingir os objectivos definidos.
Oradores	200,00	70,00	x			O investimento efectuado com a deslocação dos oradores foi o suficiente para se atingir os objectivos definidos, apesar de inferior ao inicialmente previsto, pois apenas foi necessário suportar as despesas de um orador, dado que os restantes eram provenientes da região do Algarve.

(*) Valor aproximado

6.2.4. Contexto, Processo e Resultados

Conforme já referido no capítulo relativo à concepção do processo de participação pública do PGRHA, a avaliação de cada etapa do PGRHA deverá contemplar uma grelha de avaliação qualitativa do contexto, processo e resultados dos procedimentos adoptados, que constituirá um importante contributo para a discussão e conclusões finais.

O modelo desta grelha, constante do Quadro 6.23, resulta de uma adaptação do modelo proposto por Blackstock *et al* (2007) às características específicas deste processo de participação pública e aos objectivos da sua avaliação.

Tal como se aplicou nas grelhas de avaliação dos recursos materiais/humanos e financeiros, em função da apreciação efectuada sobre cada um dos critérios, nas observações é apresentada uma sumária justificação sobre o parâmetro seleccionado: adequado, não adequado e misto (nuns aspectos adequado e noutros não).

Quadro 6.23 - Grelha de avaliação do contexto, processo e resultados do processo de participação pública da 2ª fase do PGRHA

Critérios	Métodos e Fontes	Apreciação			Observações
		Adequado	Não Adequado	Misto	
Contexto					
Sócio – cultural	Análise de literatura			x	Poucos hábitos de participação pública e falta de incentivo institucional ao envolvimento activo dos cidadãos. Existência de alguma experiência a este nível, com sucesso, no Algarve, no âmbito do projecto SIDS Algarve, promovido pela CCDR Algarve.
Institucional	Análise de literatura	x			Transição da equipa responsável pela realização do SIDS Algarve para a ARH do Algarve. Alguns membros frequentaram algumas acções de formação adicional promovidos pela LPN (Liga para a Protecção da Natureza), para além dos conhecimentos entretanto obtidos pela mestranda.
Político / Legal	Análise de legislação			x	A lei orgânica e estatutos das ARH, indo ao encontro do definido pela DQA e Lei da Água, prevêm, entre outras atribuições, a necessidade de “assegurar o acesso à informação por parte de todos os interessados e dinamizar a participação pública na gestão de recursos hídricos” e de “apoiar a educação ambiental e a sensibilização para o uso sustentável da água, incentivando a sua gestão participada”. Inexistência de legislação nacional ou orientações específicas sobre as metodologias a adoptar para fomentar o envolvimento activo dos actores chave.

Quadro 6.23 - Grelha de avaliação do contexto, processo e resultados do processo de participação pública da 2ª fase do PGRHA (cont.)

Critérios	Métodos e Fontes	Apreciação			Observações
		Adequado	Não Adequado	Misto	
Processo					
Divulgação Utilização de recursos e canais adequados	Fichas de avaliação individual Grelha de recursos materiais e humanos N° de comentários escritos entregues			X	Apesar de ter sido feito um esforço em diversificar os canais de divulgação e o seu grau de abrangência, os resultados das fichas de avaliação individual, da grelha de recursos materiais e humanos e o n° de comentários escritos entregues comprovam a necessidade de maior investimento nesta acção. Não foi suficiente nem atempada a divulgação efectuada pela imprensa regional. Não obstante, foi bastante satisfatório o nível de participação na Sessão e Fórum de Participação Públicas.
Comunicação Qualidade da informação e sua disseminação pelos participantes	Fichas de avaliação individual Grelha de recursos materiais e humanos N° de comentários escritos entregues			X	Um n° significativo de participantes revelou não ter ficado completamente esclarecido, na sequência da Sessão de Participação Pública. Os documentos em consulta pública deviam ter uma linguagem mais simplificada e não serem tão exaustivos, ou então, devia ter sido produzido um documento síntese com melhor leitura para ampla divulgação. Quanto ao folheto produzido, considera-se que apresenta uma linguagem adequada e foi bastante divulgado.

Quadro 6.23 - Grelha de avaliação do contexto, processo e resultados do processo de participação pública da 2ª fase do PGRHA (cont.)

Critérios	Métodos e Fontes	Apreciação			Observações
		Adequado	Não Adequado	Misto	
Processo					
Recursos Eficiência e eficácia dos recursos materiais e humanos aplicados	Fichas de avaliação individual Grelha de recursos materiais e humanos			X	Embora a maioria dos recursos materiais e humanos utilizados tenha contribuído para se atingir os objectivos definidos, alguns não corresponderam totalmente ao pretendido, nomeadamente as brochuras divulgadas, os cartazes produzidos, o conteúdo das pastas, os espaços disponibilizados para as sessões de trabalho de grupo do Fórum de Participação Pública e a opção pela não publicação de anúncio na imprensa regional.
Representatividade Nível de representatividade dos actores chave, diversidade dos pontos de vista	Análise quantitativa do registo de presenças da Sessão e Fórum de Participação Públicas			X	O nível de representatividade foi satisfatório, pois abrangeu os principais actores chave com interesse na gestão da água. O nível de participação dos representantes das associações locais e dos cidadãos foi, no entanto, fraco.
Organização/Liderança Capacidade de organização dos eventos e de dinamização dos mesmos	Fichas de avaliação individual Anotações da coordenadora – Observação directa			X	A organização e coordenação dos eventos foi eficiente e eficaz, na generalidade, com excepção do reduzido tempo destinado ao debate no âmbito da Sessão de Participação Pública, devidos a atrasos e prolongamento de tempo das comunicações. A dinamização do Fórum foi eficaz, tendo contado com uma equipa de facilitadores devidamente orientada por um guião produzido para o efeito.

Quadro 6.23 - Grelha de avaliação do contexto, processo e resultados do processo de participação pública da 2ª fase do PGRHA (cont.)

Critérios	Métodos e Fontes	Apreciação			Observações
		Adequado	Não Adequado	Misto	
Processo					
Resolução do conflito Grau de conflito entre os participantes, resolução durante o processo, qualidade da decisão	Fichas de avaliação individual Anotações da coordenadora – Observação directa	x			O formato adoptado para a dinamização do Fórum facilitou a participação de todos os actores chave presentes, a sua interactividade e a inclusão de todas as suas preocupações, atenuando e minimizando, desta forma, eventuais conflitos.
Influência no processo Oportunidade e capacidade dos participantes para influenciarem	Fichas de avaliação individual Anotações da coordenadora – Observação directa	x			Em conformidade com os resultados das fichas de avaliação, os participantes tiveram oportunidade de participar em todas as fases do Fórum e de ver reflectidas as suas opiniões nas principais conclusões desta iniciativa. A capacidade de participação adveio dos conhecimentos e competências da maioria dos actores chave presentes na gestão da água.
Resultados					
Responsabilização Satisfação dos participantes, legitimação do processo	Análise de conteúdo – Integração dos resultados				O processo de integração dos resultados não se concretizou durante o período de elaboração deste trabalho de projecto. A sua avaliação resultará da comparação entre o conteúdo do relatório de participação pública e o do relatório intercalar relativo à 2ª fase do PGRHA.
Aquisição de competências Aumento de capacidade para participar em futuros processos de participação	Fichas de avaliação individual	x			Foram adquiridas competências e mais motivação para participar, conforme os resultados das fichas de avaliação individual assim o revelam.

Quadro 6.23 - Grelha de avaliação do contexto, processo e resultados do processo de participação pública da 2ª fase do PGRHA (cont.)

Critérios	Métodos e Fontes	Apreciação			Observações
		Adequado	Não Adequado	Misto	
Resultados					
Influência de conhecimentos adquiridos e ou de experiência profissional	Análise dos comentários escritos e das entrevistas prévias	x			Foi notória a influência dos conhecimentos e competências profissionais dos actores chave na indicação das suas preocupações e pontos de vista individuais.
Aprendizagem social Mudança nos valores individuais e comportamentos em resultado do processo colaborativo	Fichas de avaliação individual Resultados da votação nas Sessões de Grupos e Plenária	x			Apesar da oportunidade de todos participarem e verem reflectidas as suas preocupações individuais nas conclusões do Fórum, nas Sessões de Grupo foi notória a selecção prioritária de algumas questões em detrimento de outras (votação), muitas vezes resultante da capacidade de mobilização e influência de alguns actores chave.
Transparência Os participantes entendem como as decisões são processadas	Análise dos documentos em consulta pública e dos meios de divulgação			x	Na divulgação efectuada houve preocupação em esclarecer o público sobre a calendarização do Plano, nomeadamente em termos do processo de participação pública. Os documentos em consulta pública procuraram esclarecer, ao detalhe, a forma como se iria processar a fase 2 do PGRHA e qual tinha sido a estratégia utilizada na concepção da proposta das QSiGA em consulta pública. Durante o Fórum foi feita referência à intenção de integração dos resultados, mas não à forma como esta integração seria processada. Este procedimento será definido conjuntamente entre as ARH e o INAG.

6.3. Discussão

Desde o emergir da Directiva Quadro da Água que a participação pública se tornou numa componente chave na gestão das bacias hidrográficas (Vasconcelos, 2004).

A necessidade de uma gestão integrada implica a adopção de diferentes abordagens, que incluem a participação, a consulta e a existência de instituições politicamente inclusivas, capazes de mediar o conflito de interesses sobre a água, para que os interesses da sociedade civil, governo, movimentos sociais e do sector privado sejam incluídos na tomada de decisão (Antunes *et al.*, 2009).

Ainda estamos, no entanto, a dar os primeiros passos quanto a quem envolver, quando envolver, a que nível, ou mesmo o que conseguir com o processo (Vasconcelos, 2004).

De acordo com Lamas (1996) são diversas as causas que contribuem para a insuficiente participação pública:

- A falta de profissionais da participação pública;
- A existência de uma cidadania incompleta, na medida em que os cidadãos não participam e não utilizam este instrumento da democracia. Não se apropriam do presente para o transmitir convictamente melhorado às gerações futuras;
- A existência de uma grande incredulidade quanto à capacidade dos cidadãos para transformarem o seu presente;
- A insuficiente ou inexistente participação pública no início dos processos;
- A falta de bons exemplos, de referências de qualidade que motivem os cidadãos a participar na procura de melhores soluções.

Efectivamente, este tipo de questões caracteriza genericamente a forma como o processo de participação pública tem sido conduzido a nível nacional. De uma forma mais concreta, e completando estas reflexões, Vasconcelos (2004) afirma que é frequente ouvir uma série de argumentos de frustração que se podem resumir no seguinte: de um lado, os decisores e os especialistas queixam-se que a população não

quer participar; do outro, a população afirma que a sua participação não levará a alterações e que o Governo não está interessado em ouvir o que tem para dizer.

A qualidade das decisões depende muito da qualidade do processo que conduz à decisão, motivo pelo qual a participação dos actores chave deve assentar numa filosofia que dê ênfase ao *empowerment*, à equidade, à confiança e à aprendizagem (Reed, 2008). Por sua vez, os métodos devem ser seleccionados em função do contexto do processo de decisão, tendo em consideração os objectivos, o tipo de participantes e o nível adequado de compromisso (Reed, 2008).

Neste contexto, serão abordados seguidamente os aspectos negativos e positivos resultantes da implementação da metodologia de participação pública adoptada na fase 2 do PGRHA, tendo em atenção os resultados apresentados e avaliação efectuada nos sub - capítulos anteriores.

6.3.1. Sessão de Participação Pública

A Sessão de Participação Pública cumpriu genericamente os objectivos definidos, isto é, assegurou a participação de um leque alargado de actores chave representativos de diversos sectores públicos e privados da região algarvia, a divulgação de informação acerca das principais questões que envolvem a elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve, o esclarecimento das dúvidas levantadas pelo público presente e a promoção do debate entre os presentes.

O nível de participação foi razoável, pois estiveram presentes 102 participantes contemplando todos os actores chave com interesse na temática da gestão da água, com excepção do grupo de associações locais/cidadãos que não teve um bom nível de representatividade.

A grelha de observações permitiu o registo das questões abordadas durante o debate e a identificação dos respectivos intervenientes, as quais contemplaram parte dos aspectos aprofundados posteriormente no Fórum de Participação Pública, não tendo sido abordadas as seguintes QSiGA:

- Águas enriquecidas por nitratos e fósforo;

- Eutrofização;
- Redução de biodiversidade;
- Conhecimentos especializados e ou insuficientes;
- Redução e auto – controlo insuficiente e ou ineficiente das captações de água e descargas de águas residuais.

Quanto às novas questões lançadas a debate, restringiram-se aos seguintes aspectos:

- Importância da cidadania;
- Necessidade de reutilização de águas residuais para a rede de rega.

Cabe salientar que o pequeno nº de intervenções se deveu à redução do período destinado ao debate, face ao prolongamento do tempo utilizado por alguns dos oradores, não previsto inicialmente, circunstância que poderá explicar o facto de algumas das QSiGA não terem sido debatidas neste espaço.

Quanto às fichas de participação pública entregues, quer no decurso da Sessão, quer no final da mesma, o número de contribuições foi reduzido, comparativamente com o número de presentes, pois apenas foram entregues 8 contributos. Também estes contemplam muitas das questões alvo de posterior identificação e votação no Fórum de Participação Pública.

A avaliação efectuada por cada participante foi genericamente positiva, traduzindo-se na vontade da maioria dos actores chave em continuar a participar em eventos desta natureza, embora um nº significativo de participantes tenha considerado que os meios utilizados para a divulgação não foram muito eficientes e que a Sessão não terá sido suficientemente esclarecedora.

Alguns participantes defenderam, no espaço destinado aos comentários, a necessidade de maior divulgação da participação pública e de mais tempo para o debate.

6.3.2. Inquéritos por Entrevista

O inquérito por entrevista não resultou completamente conforme se pretendia, por um lado porque só foi possível entrevistar cerca de 45% dos actores chave confirmados para participar no Fórum de Participação Pública, e por outro lado porque alguns dos entrevistados não puderam estar presentes.

Para além disso, apesar das entrevistas concretizadas terem permitido a organização dos grupos de trabalho do Fórum, com base na identificação da zona da região algarvia que cada entrevistado melhor conhecia, não foi possível aplicar esta estratégia devido ao não comparecimento de muitos participantes confirmados e à integração de novos actores chave no próprio dia da realização deste evento.

No entanto, apesar da dificuldade em realizar as entrevistas, por indisponibilidade ou por dificuldade em contactar os participantes, julga-se que a opção pelo telefone terá sido a mais indicada, como forma de melhor sensibilizar o entrevistado para o objectivo e interesse da entrevista, o que não teria sido possível caso se tivesse optado pelo correio para envio dos inquéritos.

Assim, comparando os resultados deste inquérito por entrevista com os do inquérito público, lançado pelo INAG em 2007, por carta, conforme descrito no sub - capítulo 4.4, apesar da amostragem ser diferente, conclui-se que a aproximação entre entrevistador - entrevistado contribui para a obtenção de melhores resultados.

No que diz respeito à resposta às 3 questões, e fazendo a análise comparativa dos resultados da entrevista prévia com os das votações da sessão plenária do Fórum de Participação Pública, verifica-se que houve uma considerável coincidência nas respostas como seria de esperar, dado que a maioria dos entrevistados participou activamente no Fórum (de 21 actores chave entrevistados, apenas 6 não estiveram presentes no Fórum). Comparando ainda as respostas com a proposta das QSiGA, é de salientar que para além de contemplarem todos os aspectos integrados nesta lista, ainda abordaram os seguintes problemas:

- Falta de gestão integrada e participada;
- Pouca sensibilização para o valor da água e necessidade do seu uso correcto;

- Falta de divulgação de informação;
- Perdas de água na rede;
- Reutilização das águas residuais tratadas.

Nesta sequência, algumas das questões indicadas individualmente, no âmbito do inquérito por entrevista, que voltaram a ser abordadas no seio do Fórum, foram objecto de votação por parte de diversos participantes por corresponderem a preocupações e interesses comuns, enquanto que outros aspectos não foram tão votados, provavelmente por constituírem interesses de carácter mais particular.

6.3.3. Fórum de Participação Pública

Relativamente ao Fórum de Participação Pública, o balanço final também é genericamente positivo, quer do ponto de vista dos contributos obtidos para a identificação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água, quer do ponto de vista da avaliação do Fórum propriamente dito.

Estiveram presentes apenas cerca de 1/3 dos actores chave convidados, distribuídos por vários sectores, apresentando no entanto uma representatividade razoável, com excepção do grupo das associações de carácter local/cidadãos com uma representatividade fraca.

No essencial, este evento foi importante para que as ideias e percepções individuais acerca dos problemas, aspectos positivos e medidas a tomar no domínio da gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve fossem transmitidas livremente, discutidas e ganhassem mais consistência, tendo muitas delas reunido o consenso de um nº significativo de participantes.

Do ponto de vista da entidade promotora deste processo, a ARH do Algarve, os resultados deste Fórum constituem um importante contributo para a identificação das Questões Significativas, em complemento dos resultados da Sessão de Participação Pública, do inquérito por entrevista e dos comentários que foram entregues no âmbito da consulta pública, verificando-se pelos resultados obtidos e descritos nos sub - capítulos anteriores que alguns aspectos, que tiveram o consenso de muitos

participantes, não estão contemplados no documento com as QSiGA em discussão, mas serão objecto de análise mais aprofundada e considerados no âmbito das conclusões desta fase do processo de participação pública, nomeadamente:

- Falta de gestão integrada dos recursos hídricos e de articulação com outros Instrumentos de Ordenamento do Território;
- Perdas de água nas redes de abastecimento;
- Baixa reutilização de águas residuais/Elevado preço da água tratada;
- Falta de informação e sensibilização/Ineficiência dos processos de participação pública.

No entanto, de uma primeira análise já efectuada a estas questões, por parte da equipa técnica da ARH do Algarve afecta à elaboração do PGRHA, constante de um relatório de resultados preliminares do procedimento de participação pública, de âmbito nacional, publicado em Junho de 2009 (INAG *et al*, 2009), foi considerado que as questões relativas à falta de gestão integrada dos recursos hídricos, perdas de água nas redes de abastecimento e baixa reutilização de águas residuais/elevado preço da água tratada, podem ser identificadas como fazendo parte da solução da QSiGA *Escassez de Água*. Já as questões referentes à falta de informação e sensibilização / ineficiência dos processos de participação pública e falta de articulação com outros Instrumentos de Ordenamento do Território foram consideradas como novas no contexto da proposta inicial das QSiGA.

Não obstante, genericamente houve concordância entre as questões identificadas no Fórum e aquelas que constavam da proposta inicial, com excepção da QSiGA *Nível de recuperação de custos dos serviços de água insuficientes*, que não foi abordada pelos participantes.

Por outro lado, é de salientar que muitas das questões identificadas pelos participantes apresentavam um carácter específico e, nalguns casos, característico de determinadas zonas do Algarve, integrando-se na várias QSiGA em discussão pública, de carácter mais amplo.

Relativamente à identificação dos aspectos positivos e das medidas a adoptar, os contributos dos actores chave também são extremamente positivos, pois constituem uma

base de trabalho para as próximas fases da elaboração do Plano de Gestão, encetando desde já um processo colaborativo a aprofundar, em função da especificidade dos trabalhos a desenvolver em cada uma dessas fases e da metodologia a aplicar em cada uma delas.

Realça-se ainda um aspecto interessante, que resulta da observação dos quadros com a votação da Sessão Plenária para cada questão e que se prende com o facto de haver uma articulação entre muitos dos problemas, aspectos positivos identificados e medidas sugeridas para uma melhor gestão dos recursos hídricos desta Região Hidrográfica, conforme se exemplifica no Quadro 6.24:

Quadro 6.24 – Articulação entre problemas, aspectos positivos e medidas propostas

Problemas	Aspectos Positivos	Medidas
Falta de gestão integrada dos recursos hídricos e de articulação com outros instrumentos do Ordenamento do Território	Proximidade dos órgãos de decisão e expectativas para a sua gestão	Gestão integrada e participada dos recursos hídricos
Baixa reutilização de águas residuais/Elevado preço da água tratada	Potencial de reutilização de águas pluviais e residuais e sua aplicação na rega	Reutilização e incentivo do uso da água residual tratada na rega
Falta de dragagem da Ria Formosa	Potencial turístico da Ria Formosa e outras zonas húmidas	Plano de dragagens para a Ria Formosa
Falta de reflorestação mediterrânica e aplicação de boas práticas	Paisagem diversificada e sistemas ecológicos de extraordinário valor	Plano de reflorestação
Perdas de água nas redes de abastecimento (transporte e distribuição)	Níveis de atendimento e qualidade do serviço de abastecimento e drenagem	Manutenção e modernização dos sistemas de transporte
Falta de sensibilização / Ineficiência dos processos de participação pública	Melhorar a forma como as pessoas e instituições valorizam os recursos hídricos	Divulgação de informação e sensibilização para utilização sustentável da água
Escassez de água em quantidade e qualidade (sazonalidade turística)	Clima e proximidade do mar têm potencialidades para resolver problemas de escassez	Aumentar a capacidade de armazenagem e criar rede de barragens

Quanto à Avaliação, em média os actores chave consideraram que o processo de divulgação foi positivo, embora um nº considerável de participantes não tivesse concordado com a afirmação de que teriam sido utilizados os meios adequados para o

efeito. Cabe salientar a este respeito que foram utilizados os meios mais usuais para efectuar a divulgação de iniciativas desta natureza, embora, face á dificuldade de contacto com alguns actores chave ou à desistência da participação de outros, tenha sido necessário recorrer complementarmente ao contacto telefónico, meio que permitiu assegurar e confirmar a presença de alguns participantes mais próximo da data de realização do Fórum.

Relativamente à organização e desenvolvimento desta iniciativa, constata-se que a maioria dos participantes teve uma opinião bastante favorável, em particular no que diz respeito as sessões em que tiveram maior intervenção, nomeadamente a Sessão de Trabalho de Grupo e a Sessão Plenária, o que comprova o empenho e interesse dos participantes em se envolverem activamente no planeamento e gestão dos recursos hídricos, interagindo uns com os outros.

Este interesse em participar é reforçado com a massiva resposta à questão seguinte, em que era solicitada opinião sobre se este tipo de iniciativas se deveria repetir e se deveriam ser implementados mais eventos desta natureza.

Comentários proferidos por alguns participantes realçaram a necessidade de mais debate e participação do público nestes processos de planeamento.

6.3.4. Apreciação Global

De uma forma geral, a opção pela realização de inquéritos por entrevista, de uma Sessão e de um Fórum de Participação Públicas complementando a divulgação efectuada através de um folheto, boletim informativo, imprensa regional e da Página da Internet, foi correcta, uma vez que permitiu a articulação mais eficaz entre os três principais vectores de qualquer processo de participação pública: transmissão de informação, consulta pública e envolvimento activo na decisão.

Procurou-se desta forma adequar diversos canais de comunicação aos objectivos pretendidos (Matos e Liguierre, 2002), como forma de potenciar o grau de envolvimento desejado e de superar alguns dos factores críticos que pudessem condicionar o sucesso dos processos participativos, nomeadamente:

- **Disseminação da informação** – assegurada através da utilização de vários meios e em vários locais: site da Internet; folheto e boletim informativo da ARH do Algarve divulgados por ofício e email, no sector de atendimento da ARH do Algarve e em feiras temáticas (ex: Feira do Mar e das Actividades Náuticas e Feira Nacional dos Parques Naturais e Ambiente). Algumas notas de imprensa foram divulgadas na Página da Internet e em vários jornais regionais.
- **Linguagem** – Houve a preocupação em simplificar a informação a transmitir no folheto, boletim informativo e notas de imprensa, bem como nas próprias comunicações efectuadas na Sessão de Participação Pública, uma vez que se entendeu que os documentos em consulta pública tinham um carácter mais técnico e eram mais exaustivos, não facilitando a aprendizagem da mensagem por parte do cidadão comum.
- **Proximidade da comunicação** – Foram utilizadas formas de comunicação face a face (Inquéritos por Entrevista, Sessão e Fórum de Participação Públicas) em articulação com processos de transmissão de informação indirecta (folheto, boletim informativo, página da internet).
- **Preparação das culturas institucionais** – A existência na ARH do Algarve de uma equipa com experiência e alguma formação em procedimentos participativos, resultante da implementação, com sucesso, do projecto Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve, constituiu um aspecto favorável à concretização deste processo.
- **Preparação das estruturas institucionais** – Para além do referido no item anterior, é de referir que a estrutura orgânica da ARH do Algarve integra uma Direcção de Serviços de Planeamento, Informação e Comunicação e, na dependência desta, uma Divisão de Informação e Comunicação com competências específicas na dinamização de procedimentos de participação pública, entre outras.
- **Cultura de participação na sociedade civil, confiança nas instituições e motivação** – Face ao pouco hábito de participação da sociedade civil, foi necessário, principalmente para o Fórum de Participação Pública, contactar

telefonicamente todas as entidades convidadas, no sentido de tentar assegurar o mínimo de representatividade dos actores chave. Com vista à interiorização e reforço da importância da participação pública junto dos participantes, a Sessão de Participação Pública integrou uma comunicação sobre esta temática.

Este aspecto poderia, no entanto, ter sido mais trabalhado, envolvendo mais as Juntas de Freguesia e as Associações na divulgação do folheto e na recepção dos comentários escritos. Deveriam também ter sido promovidos mais Sessões e Fóruns de Participação Pública noutras zonas do Algarve, nomeadamente zonas de interior, não concentrando todos os eventos em Faro.

É de referir ainda que as entrevistas promovidas pelo INAG em 2007 poderiam ter tido mais sucesso e, conseqüentemente, ter contribuído de forma considerável para o apuramento das QSiGA, o que não sucedeu conforme se descreveu no sub - capítulo 4.4. O facto de ter sido o INAG a orientar esta acção de participação pública, face à inexistência das ARH nessa data, poderá não ter motivado as entidades de carácter regional e ou local a participar, pois não existe tanta proximidade entre estas instituições e o INAG.

A opção pelo envolvimento das CCDR neste procedimento, na altura com competências no domínio dos recursos hídricos, poderia, eventualmente, ter constituído uma mais – valia na obtenção de um nº de contributos mais representativo dos actores chave, equilibrando, desta forma, a responsabilidade destes e das instituições promotoras deste processo na apresentação da proposta inicial das QSiGA.

Cabe, ainda, salientar outros aspectos que não tiveram um resultado tão positivo ou outras questões a realçar no âmbito deste processo de participação pública, que merecem a seguinte reflexão:

Divulgação dos eventos de participação pública

Quanto à divulgação, em complemento do já referido em relação à cultura de participação da sociedade civil e tendo em consideração que um nº significativo de

participantes afirmou não ter tido conhecimento dos eventos por vários meios, nem atempadamente, é provável que esta situação se tenha devido, em parte, ao facto de a divulgação por ofício e por email, antes de chegar aos técnicos, ter passado pela estrutura hierárquica das entidades convidadas e não ter sido encaminhada atempadamente para os sectores mais indicados, atendendo à transversalidade desta acção.

Por outro lado, verificou-se que só tardiamente a imprensa regional fez a divulgação desta notícia em alguns jornais. Aliás, essa divulgação só aconteceu porque foi feita uma adaptação à nota de imprensa inicial, que dava ênfase à importância da participação pública, tendo sido substituída por outra que chamava a atenção essencialmente para os principais problemas que foram identificados para a região do Algarve sobre a gestão da água e que iriam alvo de debate público. Ou seja, a própria imprensa não parece estar muito sensibilizada para a oportunidade e para o verdadeiro significado e impacto destas sessões e fóruns participativos, pois, inclusivamente, não acederam ao convite para participarem no Fórum de Participação Pública, embora tivessem estado presentes na Sessão de Participação Pública para recolha de entrevistas da parte de alguns dirigentes da ARH do Algarve.

Neste sentido, considera-se que será mais eficaz proceder à publicação atempada de um anúncio nos principais jornais regionais, suportando os respectivos custos.

Segundo Parés i Franzi (2006), uma boa difusão do processo permite que todos os potenciais participantes possam participar em maiores condições de igualdade.

Representatividade do público alvo

Relativamente à questão da representatividade, cuja insuficiência em relação a um dos grupos de actores chave seleccionados se verificou, quer na Sessão, quer no Fórum de Participação Pública, isto é, as associações de carácter local / cidadãos, é de referir que para além dos convites formais endereçados, houve também insistência telefónica, mas sem resultados positivos, nuns casos por indisponibilidade dos convidados, noutras por não se ter conseguido concretizar o contacto.

Atendendo a que estas associações se compõem, habitualmente, por voluntários com outras ocupações laborais, entende-se ser este o principal motivo da sua pouca adesão e da impossibilidade de concretização dos contactos, nalgumas situações.

O facto de se ter organizado os dois eventos no mesmo dia, durante o horário laboral, pode ter constituído um incentivo à participação das entidades públicas e privadas, por se deslocarem em representação dos seus serviços / empresas, mas não para o caso das associações locais constituídas por voluntários que, durante o dia, exercem outras actividades profissionais.

Efectivamente, o tempo limitado que os cidadãos dispõem para a actividade colaborativa constitui um obstáculo à participação (Innes e Booher, 2004). Também um trabalho da EPA (2001) identifica como uma barreira à participação a falta de tempo dos cidadãos para participar.

Conclui-se assim que, em relação a este aspecto, poderá ser vantajoso ponderar outros horários para a realização destes eventos, nomeadamente em horários pós-laborais, no sentido de se garantir uma melhor representação dos cidadãos, embora esta alternativa possa, por sua vez, colocar em causa a representação de entidades públicas e privadas devido aos seus horários normais de funcionamento.

Acresce o facto dos custos associados à reserva de um espaço em horário pós-laboral serem superiores em muitos organismos, como é o caso da Universidade do Algarve, onde a utilização dos anfiteatros após as 17.30h implica, para além da taxa de aluguer do espaço, um custo adicional, por hora, para pagamento de horas extraordinárias do técnico de serviço.

Comunicação

Relativamente ao facto de alguns participantes não terem considerado a Sessão de Participação Pública devidamente esclarecedora, quer dos objectivos do Plano de Gestão, quer dos aspectos relativos à fase 2 do processo de participação pública, apesar de maioritariamente admitirem ter apreciado as intervenções efectuadas, entende-se que a principal falha terá sido o pouco tempo que foi destinado ao debate propriamente dito. Efectivamente, houve atraso com o início dos trabalhos e o não cumprimento do tempo

destinado a algumas comunicações, o que, face ao compromisso estabelecido com a Universidade do Algarve para a conclusão da Sessão, obrigou à redução do tempo inicialmente previsto para o debate. Esta dificuldade poderia, no entanto, ter sido superada caso se tivesse optado por ter dado início aos trabalhos mais cedo ou com a redução do tempo destinado à pausa para café.

Este aspecto foi referido por alguns participantes no espaço destinado aos comentários, quer na ficha de avaliação da Sessão, quer na do Fórum de Participação Pública e é comprovado pelo pequeno número de intervenções constantes da grelha de observações. Esta crítica vem ainda reforçar a ideia anterior, de que se deveria ter realizado mais do que uma Sessão de Participação Pública, para dar oportunidade à intervenção de mais participantes, ou então ter previsto um período de tempo superior para a realização desta Sessão, agendando o Fórum de Participação Pública para outro dia.

A EPA (2001), que identificou o pouco tempo disponibilizado para encontros ou reuniões como uma barreira ao sucesso da participação, refere ainda outros factores negativos como a disponibilização de demasiada informação e a insuficiência de esclarecimentos acerca do enquadramento dos assuntos e das questões de carácter técnico.

Consulta Pública

Finalmente, e em relação ao número de comentários escritos, é de realçar que, para além de 3 comentários entregues através do endereço de correio electrónico criado para este efeito, apenas deram entrada na ARH do Algarve mais 8 comentários entregues no decurso da Sessão de Participação Pública, em parte em resultado do apelo efectuado durante este evento para o efeito e de se ter colocado uma ficha de participação pública na pasta distribuída por cada participante.

Entende-se que este processo poderia ter tido mais sucesso se a linguagem dos documentos oficiais disponibilizados na Internet fosse menos técnica, se tivesse sido efectuado um resumo simplificado dos mesmos para ampla divulgação, se as entidades locais tivessem sido mais envolvidas neste processo ou se durante a Sessão de Participação Pública tivesse sido dada ainda maior ênfase à importância do

preenchimento da ficha de participação pública e ao modo como esta podia ser encaminhada para os serviços competentes.

A própria ficha de participação pública também poderia ter sido concebida de forma mais apelativa e acessível se, eventualmente, para além do espaço destinado a texto livre, fosse encabeçada por um quadro com a proposta das QSiGA e tivesse sido dada a possibilidade de qualquer cidadão poder identificar no mesmo, com uma cruz ou um número, as Questões que considerava prioritárias.

A preocupação em assegurar uma divulgação adequada da informação é defendida por Parés i Franzi (2006), quando afirma que um bom processo participativo deve oferecer aos participantes toda a informação necessária para poderem formular as suas opiniões e decidir. Defende ainda que a informação deve ser útil e clarificar os objectivos do processo.

De acordo com Beierle e Cayford (2002), quando é dedicada atenção insuficiente na educação e informação do público, os participantes têm menos poder e condições para se envolver nos processos de tomada de decisão.

Por outro lado, e tal como já referido anteriormente, julga-se que teria sido vantajoso o envolvimento das Juntas de Freguesia e Associações na disponibilização e recepção dos comentários escritos, descentralizando ao nível local este procedimento de consulta pública e promovendo a aproximação aos cidadãos residentes em toda a região algarvia.

Integração dos resultados

Conforme já referido neste capítulo reservado à discussão, e no âmbito da análise específica dos resultados dos Inquéritos por Entrevista, da Sessão e do Fórum de Participação Públicas e da Consulta Pública, todas as QSiGA colocadas em discussão pública foram abordadas nestas acções de participação pública, verificando-se que o Fórum de Participação Pública permitiu a consolidação e o consenso de algumas das QSiGA consideradas prioritárias. Para além destas, foram ainda referidas outras questões não integradas nesta proposta inicial, das quais a ARH do Algarve considera que são novas as relativas à falta de informação e sensibilização / ineficiência dos

processos de participação pública e falta de articulação com outros Instrumentos de Ordenamento do Território.

Neste contexto, é objectivo da ARH do Algarve contemplar e integrar estes resultados no Plano de Gestão, bem como aqueles que decorrerem do processo de participação pública das suas fases posteriores, e essa intenção foi claramente manifestada na sessão de abertura do Fórum de Participação Pública. A forma como essa integração será processada ainda depende da definição de uma estratégia a acordar entre as ARH e o INAG.

Pretende-se ainda que, nas fases posteriores da elaboração do PGRHA, seja criada a oportunidade de se divulgar o que foi sendo integrado nas fases anteriores.

De acordo com Beierle e Cayford (2002), um dos principais motivos que explicam os baixos níveis de motivação para a participação é a percepção negativa que o público tem sobre o processo de decisão das instituições. De acordo com estes autores, alguns estudos sugerem que uma forma de os Serviços voltarem a merecer a confiança do público é aumentar a sua influência no processo de decisão.

Por outro lado, e apesar de a metodologia adoptada para a dinamização do Fórum Colaborativo incluir a priorização dos problemas, aspectos positivos e medidas, visando o conhecimento dos aspectos mais consensuais, todas as opiniões foram registadas e constam do relatório de participação pública, indo ao encontro da opinião de White e Humphrey (2007), que afirma ser perigoso ignorar valores que podem ser referidos por apenas um ou dois indivíduos, pois estes representam uma minoria que tem de ser ouvida no processo de tomada de decisão. Acrescenta ainda que se esta minoria for ignorada isso pode condicionar a implementação da decisão.

7. Conclusões e Recomendações

O objectivo do presente trabalho de projecto consistiu na concepção de um projecto de participação pública para o PGRHA e na implementação da respectiva 2ª fase. Para o efeito foram realizadas diversas acções de divulgação (página da internet, desdobrável, boletim informativo, imprensa regional), consulta pública (ficha de participação pública *on line*) e envolvimento activo (sessão e fórum de participação públicas).

Pretendeu-se assim dar algum contributo para inverter as tendências que se têm verificado, confirmadas pela revisão da literatura, de opção por formatos de participação pública de carácter passivo, ao se investir prioritariamente em acções potenciadoras do envolvimento activo dos actores chave com interesse na gestão integrada da água, sem deixar, no entanto, de salvaguardar a necessária articulação entre as vertentes do envolvimento activo, consulta pública e transmissão de informação.

No entanto, apesar do balanço geral ter sido positivo, quer quanto ao nível de participação na Sessão e Fórum de Participação Públicas, quer no que respeita aos contributos obtidos no âmbito deste eventos para a validação e consolidação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água, constata-se que persistiram algumas falhas, essencialmente ao nível da qualidade da comunicação e divulgação da informação e da representatividade dos actores chave, que condicionaram, entre outros aspectos, os resultados da consulta pública.

No sentido de melhorar o desempenho e os resultados a este nível, recomenda-se a adopção dos seguintes princípios:

- O envolvimento de alguns actores chave, pela sua proximidade em relação ao cidadão comum, no processo de divulgação e recepção dos comentários escritos, designadamente Juntas de Freguesia e ou Associações Sectoriais;
- Na impossibilidade de apenas colocar em consulta pública informação sintetizada e com linguagem simplificada, os documentos de carácter mais técnico deverão ser sempre complementados com pequenas brochuras com linguagem clara e acessível ao cidadão comum;

- As Sessões de Participação Pública devem privilegiar o período destinado ao debate e interacção entre os participantes, não descurando, no entanto, a necessária fase inicial destinada à transmissão de informação e ao esclarecimento acerca dos conteúdos dos documentos disponíveis para consulta. Deve ainda ser ponderada a hipótese de realização de várias sessões distribuídas espacialmente;
- Na preparação dos fóruns colaborativos deverá ser tida em consideração a necessidade da sua realização em diferentes horários (laboral e pós-laboral) e em mais do que um local, de forma a assegurar o máximo de representatividade dos actores chave envolvidos;
- Assegurar uma ampla divulgação dos processos de participação pública na imprensa regional e ou nacional, mediante a publicação de anúncios, em alternativa ao envio de notas de imprensa de divulgação gratuita.

Em ultima instância e por ser um dos aspectos que mais condiciona o sucesso da participação pública, é importante assegurar o acompanhamento dos actores chave envolvidos em todas as etapas de qualquer processo de planeamento, bem como garantir a integração dos seus contributos nos documentos finais e a divulgação do cumprimento deste procedimento. Considera-se, assim, que os relatórios de participação pública devem ser divulgados junto dos actores chave e disponibilizados às equipas técnicas responsáveis pela elaboração do Plano de Gestão, de modo a assegurar que os documentos finais incluam um capítulo com os principais resultados do processo de participação pública e, entre estes, os aspectos que foram efectivamente integrados no decurso dos trabalhos.

A elaboração do PGRHA prevê ainda este acompanhamento através da reunião periódica do Conselho de Região Hidrográfica, onde se encontram representados todos os actores chave com interesse e competências na gestão da água na Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve. No entanto, e por forma a garantir a participação mais alargada de todos os interessados, poderia ser também criado um Fórum na Página da Internet da ARH do Algarve, no *link* Participação Pública, disponível ao longo de todas as fases de elaboração do Plano.

Em conclusão, cabe referir que atendendo ao sucesso da implementação desta fase, que contribuiu para aumentar a motivação de toda a equipa envolvida neste processo, incluindo da Presidência da ARH do Algarve, e dos próprios actores chave envolvidos, considera-se que estão criadas as condições para dar continuidade a este trabalho para as fases posteriores, salvaguardando e corrigindo os aspectos menos positivos que decorreram da componente prática deste estudo de caso.

Esta experiência poderá ainda servir de exemplo para aplicação noutros serviços, que tenham a responsabilidade de promover procedimentos de participação pública em processos de planeamento, nomeadamente as restantes ARH, dado que no âmbito da 2ª fase do PGRHA, apenas a ARH do Algarve procedeu à implementação de acções de participação pública activa, nomeadamente através da dinamização de um Fórum de Participação Pública.

8. Referências Bibliográficas

- Abelson, J.; Forest, P-G; Eyles, J.; Smith, P.; Martin, E. e Gauvin, F-P. (2001). *Deliberations about deliberation, issues in the design and evaluation of public consultation processes*. McMaster University, Centre for Health Economics and Policy Analysis Research, Canada.
- Abelson, J.; Forest, P-G; Eyles, J.; Smith, P.; Martin, E. e Gauvin, F-P. (2003). Deliberations about deliberative methods: issues in the design and evaluation of public processes. *Social Science & Medicine*, **57**, 239 – 251.
- Abelson, J. e Gauvin, F-P (2006). *Assessing the impacts of public participation: concepts, evidence and policy implications*. Canadian Policy Research Networks.
- Allen, P. (1998). Public participation in resolving environmental disputes and the problem of representativeness. *Risk: Health, Safety and Environment*, **9**, 297-308.
- Antunes, P.; Santos, R. e Videira, N. (2006). Participatory decision making for sustainable development – the use of mediated modelling techniques. *Land Use Policy*, **23**, 44-52.
- Antunes, P.; Kallis, G.; Videira, N. e Santos, R. (2009). Participation and evaluation for sustainable river basin governance. *Ecological Economics*, **68**, 931-939.
- Barbier, J. M. (1996). *Elaboração de projectos de acção planificação*. Porto Editora
- Beierle, T. C. e Konisky, D. M. (2000). Values, conflict and trust in participatory environmental planning. *Journal of Policy Analysis and Management*, **19** (4), 587 - 602.
- Beierle, T. C. e Cayford, J. (2002). *Democracy in practice: public participation in environmental decisions*. Resources for the future, Washington.

- Blackstock, K. L.; Kelly, G. J. e Horsey, B. L. (2007). Developing and applying a framework to evaluate participatory research for sustainability. *Ecological Economics*, **60**, 726 – 742.
- Callahan, Kathe. (2007). Citizen participation: models and methods. *Journal of Public Administration*,. **30**, 1179 – 1196.
- Campello, L. (2007). Reflexões sobre a ética ambiental In: *Anais do 1º Congresso de Direito e Engenharia Ambiental*. Brasil.
- Carmo, H. (1997). *Ensino superior à distância. Contexto mundial. Modelos ibéricos*. 77-94. Universidade Aberta, Lisboa.
- Carmo, H. (coord.) (2001). *Problemas Sociais Contemporâneos*. Universidade Aberta, Lisboa.
- Carmo, H. e Ferreira, M. M. (1997). *Metodologia da Investigação*. Universidade Aberta, Lisboa.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) (2008). *Sinais de Sustentabilidade no Algarve 2007*. CCDR Algarve, Faro.
- Comissão Europeia (2008). *Eurobarómetro 70. Outono 2008. Relatório Nacional: Portugal*.
- Confederación Hidrográfica del Guadiana (2009a). *Proyecto de participación pública en el proceso de planificación*. Acedido em 09-02-01, em: <http://planhidrologico2009.chguadiana.es>.
- Confederación Hidrográfica del Guadiana (2009b). *Resumen del documento provisional de esquema de temas importantes. Parte española de la demarcación hidrográfica del Guadiana*. Acedido em 09-07-05, em: <http://planhidrologico2009.chguadiana.es>.

Confederación Hidrográfica del Guadiana (2009c). *Documento inicial de evaluación ambiental estratégica. Parte española de la demarcación hidrográfica del Guadiana*. Acedido em 09/07/10, em: <http://planhidrologico2009.chguadiana.es>.

Cruz, Paulo (2009). Questões Significativas sobre a Gestão da Água. Recursos Hídricos Interiores. Comunicação à 1ª Reunião do Conselho de Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, ARH do Algarve, Faro, 29 Maio 2009.

Decreto Lei nº 208/2007. *D.R. I Série*, 103 (07-05-29) 3463-3467.

Delfino, A. e Vaz, S. (2007). *Manual de Ética Ambiental*. Lisboa, Washington DC, Faro e Londres.

Directiva nº 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro. *JO L*, 327 (00-12-22), 1-72.

European Comission (2009). *Flash Eurobarometer on water*, **261**.

Giddens, A. (2004). *Sociologia*. 4ª edição revista e actualizada. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

González, A.; Gilmer, A.; Foley, R.; Sweeney, J. e Fry, J. (2008). Technology-aided participative methods in environmental assessment: an international perspective. *Computers, Environment and Urban Systems*, **32**, 303-316.

Hendriks, C. (2006). When the forum meets interest politics: strategic uses of public deliberations. *Politics & Society*, **34** (4), 571 – 602.

Innes, J. e Booher, D. (2004). Reframing public participation. Strategies for the 21st century. *Planning Theory and Practice*, **5** (4), 419-436.

Instituto da Água (INAG) (2004). *Plano Nacional da Água*. Acedido em 08-07-13, em: www.inag.pt.

Instituto da Água (INAG) (2005). *Relatório Síntese sobre a Caracterização das Regiões Hidrográficas Previsto na Directiva Quadro da Água*. Instituto da Água, Lisboa.

Instituto da Água (INAG) e ARH do Alentejo (2009). *Questões Significativas da Gestão da Água. Região Hidrográfica do Guadiana. Participação Pública*. Instituto da Água, Lisboa.

Instituto da Água (INAG) e ARH do Algarve (2009a). *Questões Significativas da Gestão da Água. Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve. Documento de Suporte*. Instituto da Água, Lisboa.

Instituto da Água (INAG) e ARH do Algarve. (2009b). *Questões Significativas da Gestão da Água. Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve. Participação Pública*. Instituto da Água, Lisboa.

Instituto da Água (INAG); ARH do Algarve; ARH do Alentejo; ARH Lisboa e Vale do Tejo; ARH Centro e ARH Norte (2009). *Questões Significativas sobre a Gestão da Água. Resultados preliminares do procedimento de participação pública*. INAG, Lisboa.

Instituto da Água (INAG) e Direcção Regional do Ambiente do Algarve (DRA Algarve) (2000). *Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve – 1ª fase, III (2-A)*, 9-13, Instituto da Água, Lisboa.

Lamas, A. (1996). Síntese e recomendações: o desenvolvimento da eco - cidadania In: Lamas, A. (coord.). *Participação Pública e Planeamento. Prática da Democracia Ambiental*, pág. 241 – 246. FLAD, Lisboa.

Larson, K. e Lach, D. (2008). Participants and non-participants of place-based groups: an assessment of attitudes and implications for public participation in water resource management. *Journal of Environmental Management*, **88**, 817-830.

Lei nº 58/2005. D.R. nº I Série A, 249 (05-12-29) 7280-7310.

Maestu, J. (2005). *The special plan of the Upper Guadiana Basin. Moving from traditional towards participatory decision making?Spain. A case study report for HarmoniCop project work package 5.* Acedido em 09-02-10, em: http://www.harmonicop.uni-osnabrueck.de/_files/casestudypain.pdf.

Masschelein, J. e Quaghebeur, K. (2006). Participation making a difference? Critical analysis of the participatory claims of change, reversal and empowerment. *Interchange*, **37** (4), 309 – 331.

Matos, R. e Liguierre, J. (coord.) (2002). *A participação pública no domínio da água. Questões Sociais.* Centro de Investigação e de Intervenção Social. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

NOSTRUM-DSS (2008). *Governança e gestão da água no Mediterrâneo.* Acedido em 08-07-12, em: www.nostrum-dss.eu.

O'Meara, P.; Chesters, J. e Han, G. (2004). Outside – looking in: evaluation a community capacity building project. *Rural Society*, **14** (2), 126 – 141.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) (2003). *Síntese. Melhorar a gestão da água. Experiência recente da OCDE.*

Painho, M. (2007). Ambiente e participação pública: o papel da Internet e dos SIG. Comunicação à aula inaugural do Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação, Universidade Aberta, Lisboa, 12 Outubro 2009.

- Parés i Franzi, M. (2006). Criterios para mejorar la calidad de los procesos de participación ciudadana en la gestión del agua In: *Actas do 5º Congresso Ibérico da Água*, 4-8 Dezembro 2006, Faro.
- Portaria nº 394/2008. *D. R. I Série*, 108 (08-06-05) 3286-3311.
- Randolph, J. (2004). *Environmental land use planning and management*. Island Press.
- Randolph, J. e Bauer, M. R. (1999). Improving environmental decision – making through collaborative methods. *Policy Studies Review*, **16**, (3/4), 168 – 191.
- Reed, M. (2008). Stakeholder participation for environmental management: a literature review. *Biological Conservation*, **141**, 2417 -2431.
- Rees, Y.; Searle, B.; Tippett, J. e Johannessen, A. (2005). *Good european practices for stakeholders involvement – sessions from real planning processes*. Acedido em 08-09-20, em: www.harmonicop.info
- Reykowski, J. (2006). Deliberative democracy and “Human Nature”: an empirical approach. *Political Psychology*, **27** (3), 323-346.
- Ridder, D.; Mostert, E. e Wolters, H. (ed.) (2005). *Aprender juntos para gestionar juntos*. Universidad de Osnabruck, Alemanha.
- Roberts, N. (2004). Public deliberation in an age of direct citizen participation. *American Review of Public Administration*, **34** (4), 315-353.
- Rowe, G. e Frewer, L. (2000). Public participation methods: a framework for evaluation. *Science, Technology and Human Values*, **25** (1), 3-29.
- Rowe, G. e Frewer, L. (2004). Evaluating public-participation exercises: a research agenda. *Science, Technology and Human Values*, **29** (4), 512-556.

Scmidt, L. (2008). *A participação pública no planeamento hidrológico* In: *Sessão Técnica “O Planeamento Hidrológico e as Alterações Climáticas no Contexto Transfronteiriço”*, 21-22 Abril 2008, Lisboa.

Susskind, L.; McKernan, S. e Thomas – Larmer, J. (1999). *The consensus building handbook*. Sage Publications, Inc., USA.

Teunissen, L. (2008). *Água – a guerra do séc. XXI?*. Acedido em 08-07-12, em: www.webjornal.info.

United States Environmental Protection Agency (EPA) (2001). *Stakeholder involvement and public participation at the US EPA. Lessons learned, barriers and innovative approaches*.

Vasconcelos, L. (2004). *Gestão participada da água – Uma experiência para promover a integração de informação* In: *Proceedings IV Congreso Ibérico de Gestión y Planificación del Agua. Ciencia, Técnica y Ciudadanía, Claves para una Gestión Sostenible del Agua*. Tortosa (Espanha),. 8-12 Dec, 2004.

Vasconcelos, L. (2006). *O exercício da cidadania pela participação popular* In: *Associação para a Gestão do Fórum Social Português, Um outro Mundo é Possível...Mas Não Será Fácil*, 21-27. Edições Colibri, Lisboa

Vasconcelos L. e Baptista, I. (2002). *Environmental activism in society*. Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento, Lisboa.

Vasconcelos, L. e Fonseca, S. (2006). *TAIDIS: Cidadania Ambiental, Informação e Participação no contexto da Convenção de AARHUS*. Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento, Lisboa

- Vasconcelos, L.; Alho, J. M. e Martins, J. P. (2009). *Cidadãos pelo Ambiente. Conservação da Natureza e Biodiversidade em Portugal*. Esfera do Caos Editores, Lda, Lisboa.
- Videira, N.; Antunes, P. e Santos, R. (2006). A modelação dinâmica como ferramenta de participação: contributos para a gestão da água In: *Actas do 5º Congresso Ibérico da Água*. 4-8 Dezembro 2006, Faro.
- Videira, N.; Antunes, P. e Santos, R. (2009). Scoping river basin management issues with participatory modelling: the Baixo Guadina experience. *Ecological Economics*, **68**, 965-978.
- Vieira, J. (2003). Gestão da água em Portugal. Os desafios do Plano Nacional da água. *Engenharia Civil*, **16**, 5-12.
- Walzer, M. (1996). *Citizenship in a changing society*. Fundação Luso –Americana para o Desenvolvimento, Lisboa.
- Williamson, A. e Fung, A. (2004). Public Deliberation: Where we are and where can we go? *Nacional Civic Review*, **93** (4), 3-15.
- White, L. e Humphrey, B. (2007). Voices and values: Linking values with participation in OR/MS in public policy making. *Omega*, **35**, 588 – 603.

ANEXOS

ANEXO A

Composição

do Conselho de Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve

Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais
Agência Portuguesa do Ambiente	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Águas do Algarve, S. A	Direcção Regional da Economia do Algarve
Algarve Golfe – Associação Regional de Golfe do Sul	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
Associação Almargem	Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura
ANAQUA - Associação Portuguesa de Aquicultores	Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
ARH do Alentejo, I.P.	Direcção-Geral de Energia e Geologia
Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve	Entidade gestora de serviços de águas de nível municipal (FAGAR)
Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão	Entidade Regional de Turismo do Algarve
Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor	FENAREG - Federação Nacional de Regantes de Portugal
Associação dos Armadores da Pesca Artesanal do Barlavento Algarvio	Formosa - Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa
Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve – AHETA	Instituto da Água, I.P.
Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve – AIHSA	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.
Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas - APDA	Instituto de Investigação das Pescas e do Mar – IPIMAR
Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos - APRH	Instituto Regulador de Águas e Resíduos
Associação Regional de Pesca Desportiva do Algarve - ARPDA	IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.
Autoridade Florestal Nacional - Direcção Regional das Florestas do Algarve	Liga para a Protecção da Natureza
Autoridade Marítima Nacional – Departamento Marítimo do Sul	NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve
Autoridade Nacional de Protecção Civil	Olhão Pesca – Organização de Produtores da Pesca do Algarve
Câmara Municipal de Aljezur	Suinigarbe - Associação de Suinicultores do Barlavento

Câmara Municipal de Loulé	Turismo de Portugal, IP
Câmara Municipal de Monchique	UNIPROFRUTAL
Câmara Municipal de Olhão	Universidade do Algarve
Câmara Municipal de Silves	Individualidade convidada - Prof ^a . Dr ^a Maria Teresa Marques Ferreira da Cunha Cardoso
Câmara Municipal de Tavira	Individualidade convidada - Prof. Dr. Filipe Duarte Santos
CEAL – Confederação dos Empresários do Algarve	Individualidade convidada - Prof. Dr. Carlos Alberto Costa Almeida
CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais	

ANEXO B

Página da Internet da ARH do Algarve

ARH do Algarve, IP - Windows Internet Explorer

Http://www.arh.algarve.pt/ate/informacao/index.php?module=ContentExpress&func=display&ocid=37

ARH - ÁREAS DE INTERVENÇÃO - DIVULGAÇÃO - CONTACTOS



Administração da Região Hidrográfica do Algarve I.P.





Estudos & Projectos

Atendimento

- Formulários
- Prestação de Serviços
- Perguntas frequentes

Participação Pública

Boletim Informativo

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA



Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve - Participação Pública

A Directiva Quadro da Água e a Lei da Água promovem o conceito de gestão integrada dos recursos hídricos, o aumento da transparência do processo de decisão e o incentivo do envolvimento do público no planeamento dos recursos hídricos.

Assim, no âmbito da elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve, são facultados para discussão pública documento referente às **Questões Significativas da Gestão da Água (QSGA)** da Região Hidrográfica do Algarve.

Todos os interessados poderão no prazo de 6 meses (Fevereiro a Julho de 2009) apresentar comentários sobre a informação disponibilizada, mediante o preenchimento da respectiva ficha de participação, a qual poderá ser entregue nas instalações da ARH do Algarve I.P., na Rua do Alportel, nº 10, em Faro ou remetida por e-mail para o endereço particip@arh.algarve.pt.

Sessão de Participação Pública (aberta ao público em geral)

- Ficha de Participação Pública para registo de sugestões e observações
Tamanho: 583.10 Kb | URL Atualização: 20-Mai-2009 | Downloads: 10
- Questões Significativas da Gestão da Água - Informação de Suporte
Tamanho: 2.24 Mb | URL Atualização: 01-Mai-2009 | Downloads: 60
- Questões Significativas da Gestão da Água - Participação Pública
Tamanho: 279.76 Kb | URL Atualização: 01-Mai-2009 | Downloads: 58
- Atas de Participação
Tamanho: 442.92 Kb | URL Atualização: 01-Mai-2009 | Downloads: 51

Procurar

Destques

- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve - Sessão de Participação Pública
- ARH do Algarve na Exposição "Bandeira Azul" mais 6 candidaturas



Taxa de Recargas Hídricas





Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos

Iniciar

ARH do Algarve, IP

Documentos - PGRH

Internet

100%

ANEXO C

Desdobrável

ANEXO D

Boletim Informativo da ARH do Algarve

Gestão da Água em fase de Participação Pública

Começou em Fevereiro e decorre até Julho o período de participação pública relativo às Questões Significativas da Gestão da Água na Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, de acordo com o artigo 14º da Directiva Quadro da Água e o artigo 85º da Lei da Água.



Durante este período de seis meses, todas as pessoas singulares ou colectivas directa ou indirectamente afectadas pela implementação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) são convidadas a pronunciar-se sobre aquelas Questões.

Para o efeito está disponível informação no site da ARH do Algarve (www.arhalgarve.pt), bem como no sector de Atendimento deste serviço e ainda o endereço electrónico partipub@arhalgarve.pt.

Mais precisamente, podem participar nesta consulta a Administração Pública central e local, empresas, instituições de natureza científica, associações não governamentais, associações locais diversas, quadros técnicos e administrativos e cidadãos individuais.

Os PGRH a implementar em Portugal são preconizados pela transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva Quadro da Água (DQA), do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 23 de Outubro, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água.

Essa transposição foi concretizada

pela Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro (Lei da Água - LA) e pelo Decreto-Lei nº 77/2006, de 30 de Março.

A DQA/LA tem por objectivo proteger as massas de água costeiras, as massas de água de transição, as restantes massas de água superficiais interiores (rios, lagos, fortemente modificadas e artificiais) e as massas de água subterrâneas e fixa 2015 como o ano em que devem ser atingidos os objectivos ambientais estabelecidos na DQA/LA, através da execução de programas de medidas especificados em Planos de Gestão de Região Hidrográfica.

Neste quadro, as Questões Significativas, cujo período de participação pública agora decorre, são a consubstanciação das pressões decorrentes das acções do Homem sobre as massas de água, os impactos resultantes dessas acções e os aspectos de ordem normativa, organizacional, sócio-económica ou outros que possam dificultar o cumprimento dos objectivos da Lei da Água.

A participação pública é considerada fundamental para a implementação da DQA, pois contribui para processos de tomada de decisão mais sustentados, um maior entendimento dos problemas ambientais e das contribuições dos vários sectores para atingir os objectivos ambientais e a diminuição de eventuais conflitos por desconhecimento ou falta de informação. Tudo isto deve traduzir-se, no futuro, no aumento da probabilidade de sucesso da implementação da DQA.

O presente período de participação pública está a ser concretizado de várias formas, entre as quais algumas apresentações públicas, períodos de consulta pública e fóruns de participação pública.

As primeiras sessões a promover pela ARH do Algarve terão lugar já em finais de Abril, em dia e local a anunciar em breve.

FICHA TÉCNICA

Administração da Região Hidrográfica do Algarve

Rua do Alportel, 10
8000-293 FARO
Telefone: 2898-89000
Fax: 289889099
www.arhalgarve.pt
presidencia@arhalgarve.pt

Presidente: Valentina Coelho Calixto

Vice-Presidente: Paulo Cruz

A ARH do ALGARVE INFO é uma publicação da responsabilidade da Divisão de Informação e Comunicação da ARH/Algarve, sendo distribuída por correio electrónico

Número 1
Março / Abril de 2009
Ano 1

Direção: Anabela Dóres
Coordenação: João Prudêncio
Design Gráfico: João Pinto

ANEXO E

Sessão de Participação Pública Divulgação, Organização e Avaliação

Email

(Enviado a 500 entidades públicas e privadas e associações com intervenção na região do Algarve)

Enviado: segunda-feira, 30 de Março de 2009 14:41

Assunto: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve - Sessão de Participação Pública

Exmos Srs

Como é do conhecimento de V. Ex^a, por determinação da Directiva Quadro da Água (DQA) e, uma vez transposta para o âmbito nacional, da Lei da Água, está em curso a elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve, nomeadamente a etapa correspondente à análise e determinação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água (QSiGA).

Atendendo a que aquele instrumento de planeamento tem por objectivo constituir-se como a base de suporte para a protecção e valorização ambiental, social e económica das massas de água indicadas pela DQA, pretende-se que a sua elaboração assente na participação de todos os actores

chave com interesse, conhecimentos e competências na gestão dos recursos hídricos desta região hidrográfica.

Neste sentido, temos o prazer de convidar V. Ex^a para participar numa Sessão de Participação Pública que se realizará no próximo dia 23 de Abril, nas instalações da Universidade do Algarve - Campus Penha, conforme Programa e Folheto anexos.

Certos de que não deixaremos de contar com a participação de V. Ex^a, agradecemos a respectiva inscrição até ao próximo dia 17 de Abril, que poderá ser efectuada por ofício para o endereço desta ARH, para o fax nº 289 889099, para o endereço electrónico: partipub@arhalgarve.pt ou no site www.arhalgarve.pt.

Mais se informa que eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados às seguintes técnicas: Eng^a Sofia Delgado ou Dr^a Anabela Dores.

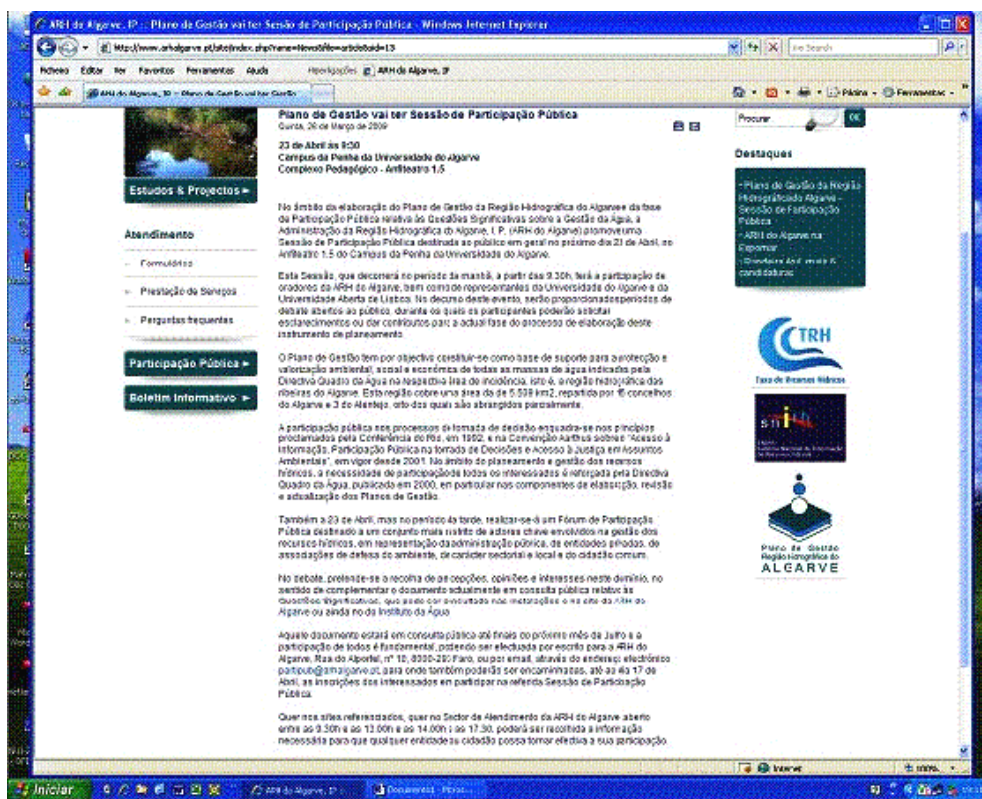
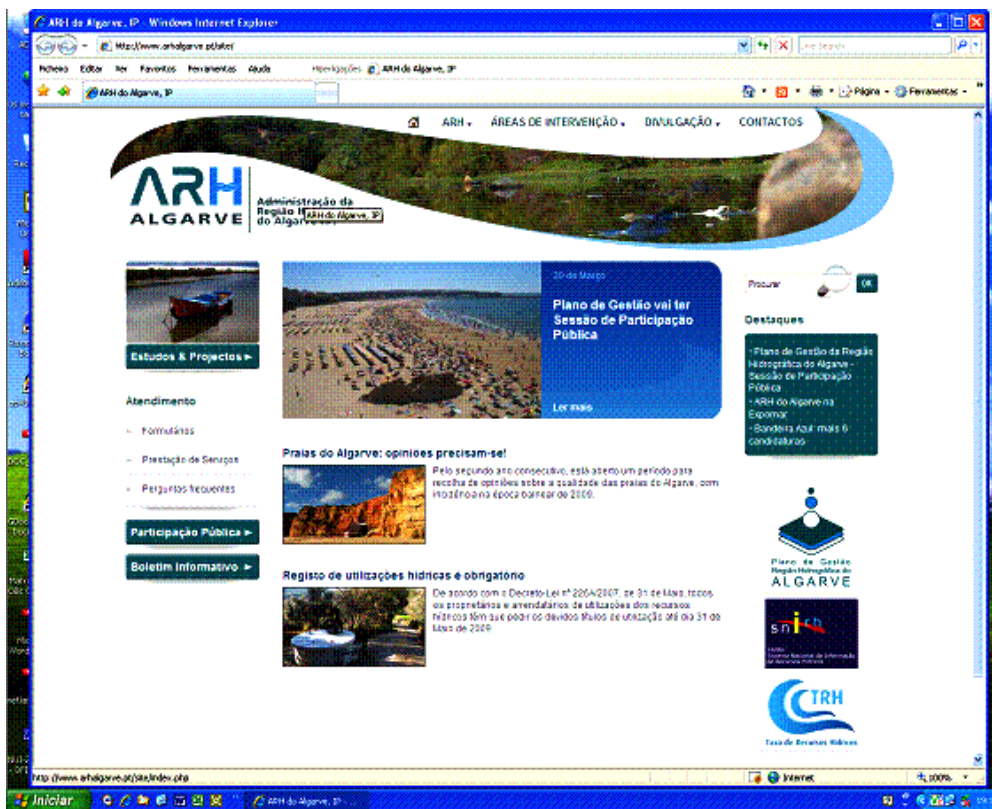
Seguem anexos sobre a sessão e o tema.

Com os melhores cumprimentos

A Presidente

Valentina Coelho Calixto

Página da Internet da ARH do Algarve



Imprensa Regional e alguns *Sites* Institucionais

Região Sul On-Line

ARH promove debate sobre escassez de água e degradação da costa algarvia

A intrusão salina nos aquíferos, a prevenção de inundações, a degradação das zonas costeiras do Algarve e a escassez de água, são alguns dos temas em debate numa iniciativa da Administração da Região Hidrográfica do Algarve.

O evento acontece dia 23 de Abril a partir das 9:30 horas no Complexo Pedagógico - Anfiteatro 1.5, Campus da Penha da Universidade do Algarve, Faro.

Participam oradores da ARH do Algarve, bem como de representantes da Universidade do Algarve e da Universidade Aberta de Lisboa.

Por razões logísticas a participação dos interessados carece de inscrição prévia. Para tal deve ser consultado o sítio da ARH do Algarve na internet.

JV/RS

14:50 terça-feira, 14 abril 2009

Algarve Notícias

ARH discute a água no Algarve

Questões como a escassez de água, a intrusão salina nos aquíferos, a prevenção de inundações ou a degradação das zonas costeiras do Algarve vão estar em debate, numa sessão destinada ao público em geral, promovida pela ARH - Administração da Região Hidrográfica do Algarve.



Esta sessão, com início marcado para as 9h30 do próximo dia 23 de Abril, no Campus da Penha da Universidade do Algarve, terá a participação de oradores da ARH do Algarve, bem como de representantes da Universidade do Algarve e da Universidade Aberta de Lisboa.

O evento conta com debates abertos ao público, durante os quais os participantes podem solicitar esclarecimentos ou dar contributos para a actual fase do processo de elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve, entre outros problemas de relevo.

Inscrições até 21 de Abril em www.arhalgarve.pt

Jornal do Algarve On-Line

Escassez de água e degradação da costa algarvia em debate público



Portimão

*15-4-2009 |

Questões tão prementes e actuais como a escassez de água, a intrusão salina nos aquíferos, a prevenção de inundações ou a degradação das zonas costeiras do Algarve vão estar em debate no próximo dia 23 de Abril, numa sessão de participação destinada ao público em geral, promovida pela ARH (Administração da região hidrográfica) do Algarve. Esta sessão, que decorrerá no período da manhã, a partir das 9h30, terá a participação de oradores da ARH do Algarve, bem como de representantes da Universidade do Algarve e da Universidade Aberta de Lisboa. No decurso deste evento, serão proporcionados períodos de debate abertos ao público, durante os quais os participantes poderão solicitar esclarecimentos ou dar contributos para a actual fase do processo de elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve. Durante a sessão, poderão também ser debatidos problemas como a exploração dos aquíferos, a competição de espécies não nativas com espécies autóctones, a redução da biodiversidade, os problemas na medição e auto-controlo das captações de água e das descargas de águas residuais ou a fiscalização insuficiente e/ou

Para possibilitar uma ampla participação, o prazo de inscrição foi alargado até dia 21 de Abril.

Região Sul – 22/04/2009

ARH promove debate sobre escassez de água e degradação da costa algarvia

A intrusão salina nos aquíferos, a prevenção de inundações, a degradação das zonas costeiras do Algarve e a escassez de água, são alguns dos temas em debate numa iniciativa da Admi-

nistração da Região Hidrográfica do Algarve.

O evento acontece, amanhã, dia 23 de Abril a partir das 9:30 horas no Complexo Pedagógico - Anfiteatro 1.5, Campus

da Penha da Universidade do Algarve, Faro.

Participam oradores da ARH do Algarve, bem como de representantes da Universidade do Algarve e da Universidade Aber-

ta de Lisboa.

Por razões logísticas a participação dos interessados carece de inscrição prévia. Para tal deve ser consultado o sítio da ARH do Algarve na internet.

Postal do Algarve – 23/04/2009

Universidade do Algarve Falta de água e inundações em debate

Questões como a escassez de água, a intrusão salina nos aquíferos, a prevenção de inundações ou a degradação das zonas costeiras do Algarve estão em debate desde as 9.30 horas de hoje, quinta-feira, no anfiteatro 1.5 do Campus da Penha da Universidade do Algarve, numa sessão pública promovida pela Administração da Região Hidrográfica do Algarve (ARH).

A sessão conta com a participação de oradores da ARH do Algarve, bem como de representantes da Universidade do Algarve e da Universidade Aberta de Lisboa. No decurso do evento, são proporcionados períodos de debate abertos ao público, durante os quais os participantes podem solicitar esclarecimentos ou dar contributos para a actual fase do processo de elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve.

A sessão inclui ainda o debate sobre temas como sobre-exploração dos aquíferos, redução da biodiversidade, problemas na medição e auto-controlo das captações de água e das descargas de águas residuais e fiscalização insuficiente ou ineficiente.

Observatório do Algarve

Algarve pensa como gerir a água

23-04-2009 19:20:00

A questão da escassez de água é um dos pontos identificados no documento que serve de base à discussão pública do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve (PGRHA), que se prolonga até Julho.



A Administração da Região Hidrográfica (ARH) do Algarve realizou hoje em Faro uma sessão pública inserida nesta fase do processo, no qual estão a ser analisadas as Questões Significativas sobre a Gestão da Água, explicou o vice-presidente, Paulo Cruz.

"Esta foi uma sessão integrada no processo de participação pública no âmbito da elaboração do PGRHA, que teve duas partes, uma de manhã, de discussão pública mais alargada, e outra de tarde, com um fórum participativo em que foi dada a oportunidade aos diferentes actores na gestão da água, de poderem participar e fazer sugestões focalizadas nos problemas chamados Questões Significativas sobre a Gestão da Água", afirmou Paulo Cruz.

O vice-presidente da ARH do Algarve precisou que estas questões terão de obter respostas no desenvolvimento do Plano, que "no final, terá de propor um conjunto de medidas para resolver os problemas".

Paulo Cruz sublinhou que "para o caso do Algarve, foram identificadas 10

questões mais relevantes, que são os problemas que existem para ser cumprida a Directiva Quadro da Água, transposta para a legislação nacional pela Lei da Água".

"Para que possamos ter bom estado ecológico das águas em 2015 quais são os problemas? Essas dez questões foram as identificadas como as mais pertinentes e mais importantes e prendem-se com questões desde a biodiversidade, o estado das linhas de água, a escassez da água, riscos de inundação, qualidades de água superficial e subterrânea, intrusão salina", adiantou.

Paulo Cruz disse que "há um conjunto de questões que se prendem muito com as aspectos ambientais do estado dos recursos hídricos, do risco para as populações e da disponibilidade da água, a escassez, que assume para todos uma preponderância em termos de preocupação, porque ao fim e ao cabo é uma questão de sobrevivência".

O vice-presidente da ARH considerou que "o Algarve tem recursos hídricos em quantidade em situação média" e "o problema da escassez resulta essencialmente de uma variação inter-anual, com períodos de seca mais ou menos prolongados".

"Se numa situação média não temos problemas e podemos melhorar a eficácia em alguns sistemas, dando-nos mais garantias, em períodos de escassez e seca, como em 2005, ficamos na perspectiva de ter dificuldades de abastecimentos e de garantir água para rega", sublinhou.

Paulo Cruz recordou que nessa altura "a seca circunscreveu-se a um ano e no ano seguinte houve alguma reposição, mas se porventura 2006 tivesse sido mais seco poderia ter havido problemas".

"Há essa probabilidade de irmos a ter problemas e para minimizar esse risco temos de aumentar as garantias, ou aumentando as reservas ou melhorar a eficácia do sistema e a racionalização dos consumos", afirmou.

O responsável da ARH disse que no documento agora em discussão "a questão da escassez foi tratada sem a barragem Odelouca, embora se soubesse que será uma realidade porventura ainda antes do fim do ano e começará a encher de forma gradual".

"Odelouca vem-nos aumentar a garantia de disponibilidade de água e faz-nos a regularização inter-anual, armazenando nos anos mais chuvosos para os anos mais secos. Neste momento a capacidade de regularização é muito curta. Conseguimos gerir a um ano, ano e meio, dois anos, mas se houver um período, como já houve no passado, de dois, três, quatro anos secos, a situação torna-se muito mais complicada", reconheceu.

PlanetAlgarve - Termino e Informaço - Fato - Windows Internet Explorer

http://www.planetalgarve.net/fato.php?id=59495

PlanetAlgarve - Termino e Informaço - Fato

PlanetAlgarve.net

Planeta Algarve Jornal - Da-lata desde 17 de Abril de 2002

Para qualquer assunto em: info@planetalgarve.net Pesquisa:

FARO | Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve - sessão de participação pública

No âmbito da elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve e da fase de Participação Pública relativa às Questões Significativas sobre a Gestão da Água, a Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P. (ARH do Algarve) promove uma Sessão de Participação Pública destinada ao público em geral no próximo dia 22 de Abril, no Auditório L.5 do Campus da Penha da Universidade do Algarve.

Esta Sessão, que decorrerá no período de manhã, a partir das 9.30h, terá a participação de membros da ARH do Algarve, bem como de representantes da Universidade do Algarve e da Universidade Aberta de Lisboa.

No decorrer deste evento, serão apresentadas períodos de debate abertas ao público, durante os quais os participantes poderão solicitar esclarecimentos ou dar contributos para a actual fase do processo de elaboração deste instrumento de planeamento.

O Plano de Gestão tem por objectivo constituir-se como base de suporte para a prevenção e valorização ambiental, social e económica de todas as massas de água incluídas pela Directiva Quadro da Água na respectiva área de incidência, isto é, a região hidrográfica das fozes do Algarve.

Esta região sobre uma área de 3.509 km², reparte-se por 11 concelhos do Algarve e 3 do Alentejo, oito dos quais são abrangidos parcialmente.

A participação pública nos processos de tomada de decisão enquadra-se nos princípios proclamados pela Conferência do Rio, em 1992, e na Convenção Aarhus sobre o "Acesso à Informação, Participação Pública na tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais", em vigor desde 2001.

No âmbito do planeamento e gestão dos recursos hídricos, a necessidade de participação de todos os interessados é reforçada pela Directiva Quadro da Água, publicada em 2000, em particular nas componentes de elaboração, revisão e actualização dos Planos de Gestão.

Também a 22 de Abril, mas no período da tarde, realizar-se-á um Fórum de Participação Pública destinado a um conjunto mais restrito de actores chave envolvidos no gestão dos recursos hídricos, em representação da administração pública, de associações de defesa do ambiente, de carácter sectorial e local e do cidadão comum.

No debate, pretende-se a recolha de percepções, opiniões e interesses neste domínio, no sentido de complementar o documento actualmente em consulta pública relativo às Questões Significativas, que pode ser consultado nas instalações e no site da ARH do Algarve (www.arh.algarve.gov.pt) e ainda no do Instituto de Água (www.inag.pt). Aquela documento estará em consulta pública até finais do próximo mês de Junho e a participação de todos é fundamental, podendo ser atenuada por escrito para a ARH do Algarve, Rua de Alportel, nº 10, 8000-293 Faro, ou por email, através do endereço electrónico particip@arh.algarve.gov.pt para onde também poderão ser encaminhadas, até ao dia 27 de Abril, as inscrições dos interessados em participar na referida sessão de Participação Pública.

Quer nos sites referenciados, quer no Sector de Abastecimento da ARH do Algarve, aberto entre as 9.30h e as 12.00h e as 14.00h e as 17.30, poderá ser recolhida a informação necessária para que qualquer entidade ou cidadão possa tomar efectiva a sua participação.

Divisão de Informação e Comunicação da ARH/Algarve

GANHA BILHETES PARA TI E PARA OS TEUS AMIGOS!

Agenda
Assinaturas
Euros
Categorias
Contactos
Dean Island Tour
Desporto
Dicas e dicas
Empresas / Mercas
Entrevistas
Europa
Gémeo Inverno
Gráfico
Helen
Links
Linha de Visão
Machos Passarem
Música
Nacional
Opinião
Páginas de Direcção
Pública
Restaurantes
Saúde

GRANDE CONCURSO MICROSOFT

100%

Núcleo de Ambiente da Universidade do Algarve - Windows Internet Explorer

http://www.namb.org.pt/

Núcleo de Ambiente da Universidade do Algarve

Núcleo de Ambiente da Universidade do Algarve

Núcleo de Ambiente da Universidade do Algarve

- Blog Oficial do Namb -

Quarta-feira, 15 de Abril de 2009

ARH promove debate sobre escassez de água e degradação da costa algarvia

A intrusão salina nos aquíferos, a prevenção de inundações, a degradação das zonas costeiras do Algarve e a escassez de água, são alguns dos temas em debate numa iniciativa da Administração da Região Hidrográfica do Algarve.

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve

Sessão de Participação Pública

ARH do Algarve
Auditório L.5 do Campus da Penha
22 de Abril de 2009

103036

Namb

Namb
Faro, Algarve, Portugal

O Namb - Núcleo de Estudos da Universidade do Algarve, fundado em 13 de Novembro de 1996, é uma secção autónoma da Associação Académica da Universidade do Algarve. Este Núcleo multiplica-se em acções de sensibilização e informação, bem como de problemas ambientais actuais. Estas acções têm sido efectuadas nos recintos da Universidade do Algarve, bem como a todos os residentes do sul do Algarve.


Concluído, use outros no página.

100%


Universidade do Algarve - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve - sessão de Participação Pública - Windows Internet Explorer

http://www.ualg.pt/ide/zhc?pt=twcam_content&id=1662&sessid=1662&lang=pt

Universidade do Algarve - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve - sessão de Participação Pública



UAIG
UNIVERSIDADE DO ALGARVE



UNIVERSIDADE | ESTRUTURA | ENSINO | I+D+i | TT | PREST. DE SERVIÇOS | INTERNACIONAL | **NOVIDADES** | INFORMAÇÕES | COMEMORAÇÕES 30 ANOS UALG

universidade >> agenda >> colóquios e seminários >> plano de gestão da região hidrográfica do algarve >> sessão de participação pública

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO ALGARVE - SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

QUINTA, 23 DE ABRIL DE 2009 ÀS 09:30
CAMPUS DA PENHA - ANFITEATRO 1.5 DO COMPLEXO PEDAGÓGICO

A Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P. organiza no próximo dia 23 de Abril uma sessão de participação pública sobre o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve, que contará com a participação de docentes da Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade do Algarve.

Inscrições até ao próximo dia 17 de Abril, que poderão ser efectuadas por ofício para o endereço ca ARH Algarve, para o fax n.º 209 880099, para o endereço electrónico: particip@arh.algarve.pt ou no site www.arh.algarve.pt

Consultar mais informações e programa

Local: Campus da Penha - Anfiteatro 1.5 do Complexo Pedagógico

[ver vídeo](#)

alunos
sessões
investigadores
comunicação social

utilizador único
ajuda login

canal eventos **RSS**

mapa do site
contactos
localizações

CURSO DE MEDICINA

Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente

INTERNACIONAL

maiores de 23

equipa UALG

INTERNACIONAL

Português

100%

Iniciar

Grelha de Observações

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve Questões Significativas sobre a Gestão da Água Sessão de Participação Pública Grelha de Observação

Esta grelha de observação, na qualidade de técnica utilizada para análise de conteúdo, destina-se ao registo de observações no decurso da Sessão de Participação Pública, nomeadamente nos períodos reservados ao debate, que serão enquadradas nas seguintes categorias:

- Autores das Intervenções (Nº de intervenções/autor)
- Questões Significativas integradas no documento em consulta pública (Nº de referências/questão significativa)
- Outras Questões não integradas no documento em consulta pública (Nº de referências/outras questões)

Os resultados serão tratados e contribuirão para o apuramento definitivo das Questões Significativas sobre a Gestão da Água na Região Hidrográfica do Algarve.

CATEGORIAS	Nº	Observações
Autores das Intervenções		
Entidades Públicas		
Entidades Privadas		
Associações Sectoriais		
Associações Locais		
Associações de Defesa do Ambiente		
Cidadãos		
Questões Significativas		
Águas enriquecidas por nitratos e fósforo		
Competição de espécies não nativas com espécies autóctones		
Contaminação de águas subterrâneas		
Degradação de zonas costeiras		
Escassez de água		
Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de blooms de alga)		
Intrusão salina		
Inundações		
Redução de biodiversidade		
Sobre exploração de aquíferos		

Conhecimento especializado e actualizado		
Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente		
Licenciamento insuficiente e/ou ineficiente		
Monitorização insuficiente e/ou ineficiente das massas de água		
Nível de recuperação de custos dos serviços da água insuficiente (abastecimento público e na agricultura)		
Medição e auto-controlo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água e descargas de águas residuais		
Outras Questões		

Ficha de Avaliação Individual

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve Questões Significativas sobre a Gestão da Água Sessão de Participação Pública Ficha de avaliação

Esta ficha destina-se à avaliação desta Sessão de Participação Pública pelos participantes, salientando-se a importância do seu preenchimento como contributo para a melhoria da organização de eventos desta natureza, bem como da sua eficácia e eficiência, e, consequentemente, para o incremento da prática de cidadania activa em processos de planeamento.

1. Indique, por favor, o grau de acordo com as afirmações que se seguem

1= Discordo Totalmente e 5= Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Divulgação da Sessão					
Foram utilizados os meios adequados para a divulgação					
Tive conhecimento desta Sessão por diversos meios					
Foi feita uma divulgação atempada					
Foi fácil proceder à inscrição na Sessão					
Sessão					
Esteve bem organizada					
Foi esclarecedora sobre os objectivos do Plano de Gestão					
Foi esclarecedora sobre a fase de participação pública relativa às Questões Significativas					
A abordagem dos Recursos Hídricos Interiores foi interessante e contribuiu para o meu conhecimento sobre esta temática					
Gostei das intervenções sobre os Recursos Hídricos do Litoral porque foram feitas de forma clara e adequada a este tipo de evento					
Constituiu uma boa oportunidade para o público participar					
Os materiais entregues na Sessão foram adequados e oportunos					
Natureza da Sessão					
Este tipo de iniciativas tem interesse para o público em geral					
Deveriam ser implementados mais eventos que viabilizem a participação activa do cidadão					
Gostaria de participar noutra Sessão com estas características					

2. Sugestões
-
-

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

ANEXO F

Inquérito por Entrevista Guião

Guião do inquérito por entrevista

Este guião servirá para orientar a entrevista telefónica a efectuar junto dos actores chave seleccionados para participarem no Fórum de Participação Pública, no âmbito da fase de identificação das Questões Significativas do PGRHA, no sentido de recolher as suas percepções individuais antes da concretização da Sessão e do Fórum, bem como, de alguma forma, prepará-los para que a sua participação nestes eventos, e em particular no Fórum, vá ao encontro dos objectivos destas acções.

Na fase introdutória da entrevista irá ser realçada:

- A importância da participação pública no PGRHA – informar os actores chave sobre a importância do seu contributo, em termos de percepções e interesses, para a definição das Questões Significativas da Região Hidrográfica do Algarve;
- A salvaguarda da confidencialidade – salientar o facto de que toda a informação recolhida será tratada com a máxima confidencialidade, atendendo a que a identificação dos entrevistados não aparecerá associada às respectivas respostas, mas apenas numa lista geral com a referência a todos os participantes integrada no relatório final do projecto de Participação Pública das Questões Significativas.

1. **APRESENTAÇÃO** – do entrevistador, importância do processo de participação pública no Plano de Gestão e do contributo desta entrevista para o sucesso do Fórum e do processo de Participação Pública em geral, confidencialidade, agradecimento pela disponibilidade do entrevistado;
2. **RELAÇÃO DO ENTREVISTADO COM A REGIÃO** – tentar obter informação sobre a sua naturalidade e antiguidade de residência nesta região, que poderá revelar um maior ou menor conhecimento da mesma.
 - 2.1. É natural da Região do Algarve? Se não, há quanto tempo reside nesta Região?
 - 2.2. Qual a zona que conhece melhor?
3. **HÁBITOS DE PRÁTICA DE CIDADANIA ACTIVA** – é importante avaliar se habitualmente o entrevistado costuma exercer os seus direitos de cidadão e em que contexto, para que se possa entender melhor o que o motiva a participar neste processo
 - 3.1. Já alguma vez participou em actos de cidadania activa? Se sim, quais e em que contexto?
4. **SENSIBILIZAÇÃO PARA A SESSÃO E FÓRUM DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICAS** – esta será uma forma de avaliar se o processo de sensibilização dos actores chave foi suficientemente apelativo ou se, pelo contrário, os actores chave não foram suficientemente sensibilizados para este procedimento
 - 4.1. Para além do convite que recebeu, tomou conhecimento da realização da Sessão e do Fórum de Participação Públicas para o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve por outros meios? Se sim, quais?
5. **INDICAÇÃO DOS PROBLEMAS E ASPECTOS POSITIVOS PERCEPCIONADOS INDIVIDUALMENTE** – é importante, previamente à

realização da Sessão e do Fórum de Participação Públicas, ou seja do contacto formal com esta temática, conhecer as percepções e opiniões dos principais actores chave sobre os aspectos positivos e problemas que consideram caracterizar essencialmente esta Região Hidrográfica

- 5.1. Quais os principais aspectos positivos que caracterizam, do seu ponto de vista, a Região Hidrográfica do Algarve?
- 5.2. Quais os problemas que predominam nesta Região Hidrográfica?

6. **PROPOSTAS DE MEDIDAS PARA O FUTURO** – é importante que os actores chave possam contribuir para a melhoria da Região onde vivem e que se responsabilizem com as medidas a adoptar para a sua gestão

- 6.1. Que medidas poderão ser tomadas para se ultrapassar ou minimizar os problemas existentes ou potenciar os aspectos positivos?

PRODUTOS DAS ENTREVISTAS

1. Transcrição das entrevistas
2. Percentagem de entrevistados face aos participantes confirmados para o Fórum
3. Criação de grupos homogéneos em função da relação de cada entrevistado com a região
4. Sistematização dos problemas, aspectos positivos e medidas propostos individualmente para posterior comparação com os resultados do Fórum de Participação Pública

ANEXO G

Fórum de Participação Pública Divulgação, Organização, Avaliação e Resultados

Ofício convite aos actores chave seleccionados

Como é do conhecimento de V. Ex^a, por determinação da Directiva Quadro da Água (DQA) e, uma vez transposta para o âmbito nacional, da Lei da Água, está em curso a elaboração do **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve**, nomeadamente a etapa correspondente à análise e determinação das Questões Significativas sobre a Gestão da Água (QSiGA).

Atendendo a que aquele instrumento de planeamento tem por objectivo constituir-se como a base de suporte para a protecção e valorização ambiental, social e económica das massas de água indicadas pela DQA, pretende-se que a sua elaboração assente na participação de todos os actores chave com interesse, conhecimentos e competências na gestão dos recursos hídricos desta região hidrográfica.

Neste sentido, temos o prazer de convidar V. Ex^a para participar numa **Sessão** e num **Fórum de Participação Públicas** que se realizarão no próximo dia **23 de Abril**, nas instalações da **Universidade do Algarve – Campus Penha**, conforme Programa anexo.

Chama-se a atenção para a particular importância do Fórum de Participação Pública, pela oportunidade de debate e contributo para o apuramento consensual das Questões Significativas sobre a Gestão da Água nesta região hidrográfica, em complemento do documento actualmente em consulta pública até ao final do mês de Julho.

Certos de que não deixaremos de contar com a participação de V. Ex^a, agradecemos a designação do representante dessa entidade até ao próximo dia **31 de Março**, quer para a Sessão, quer para o Fórum, que poderá ser efectuada por ofício para o endereço desta ARH, para o fax nº 289 889099 ou para o seguinte endereço electrónico: partipub@arh Algarve.pt

Mais se informa que eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados às seguintes técnicas: Eng^a Sofia Delgado ou Dr^a Anabela Dores.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente

(Valentina Coelho Calixto)

Guião para a dinamização do Fórum de Participação Pública

A – Sessão de apresentação

1. O moderador apresenta de forma genérica as regras do jogo (estabelecidas no presente guião);
2. Pede-se aos participantes que se distribuam pelos grupos pré-definidos (irão estar afixadas folhas com a constituição dos grupos).

B – Sessões Paralelas – Grupos de Trabalho

1ª QUESTÃO: *Quais os principais problemas do Algarve no domínio dos recursos hídricos?*

1. [10 min] No grupo cada participante **interage com o parceiro ao seu lado**, descobre quem é, que organização representa e tenta, rapidamente, saber o que ele/ela pensa sobre os problemas mais relevantes da região do Algarve no domínio dos recursos hídricos (pode tomar notas); ele/ela perguntar-lhe-á o mesmo.
 - cada item é apontado sinteticamente (4-5 palavras máx.)
2. [10 min] **Listar** os problemas:
 - Cada participante apresenta o seu parceiro ao grupo e lista os problemas que ele/ela lhe indicou, **só 2 itens de cada vez**, passando ao participante seguinte. Fazem-se as rondas necessárias até se terem recolhido todas as respostas identificadas pelos participantes (participantes ‘passam’ quando não têm nada a acrescentar à listagem)

- Facilitador ou Anotador anota/lista as respostas de cada participante à volta da mesa, estando atento para não listar repetições. Sempre que necessário o Facilitador deverá pedir aos participantes para concretizarem a sua ideia de forma sucinta e bastante concreta (evitar itens demasiado genéricos)
- Após a volta à mesa, verificar se há dúvidas/esclarecimentos, verificar se há repetições (elimine-as). Caso necessário acrescentar itens.

3. [5 min] Atribuir prioridades:

- Cada participante pode utilizar **5 pontos** para indicar os problemas da listagem do grupo que acha mais relevantes (pode utilizar mais de um ponto para cada item da listagem, mas só tem 5 pontos para distribuir no total e tem de atribuir todos os pontos).
Nota: as bolinhas deverão ser coladas à esquerda de cada item.
- Contar os pontos atribuídos (pode ser realizado no período de reflexão individual da questão seguinte)

Fim do exercício – Facilitador ou anotador contabiliza os pontos que cada item teve e aponta numa folha os **5 mais votados**. Essa informação será inserida num *PowerPoint* no computador da sessão plenária. Guardar os registos (listagem) para posterior afixação.

2ª QUESTÃO: *Quais os principais aspectos positivos do Algarve no domínio dos recursos hídricos?*

1. [5 min] Cada participante lista/anota **individualmente** as respostas (Máx. 4-5 palavras por item)
2. [10 min] **Listar** os aspectos positivos

- Facilitador ou Anotador lista as respostas de cada participante à volta da mesa, **só 2 itens de cada vez**, passando ao participante seguinte. Fazem-se as rondas necessárias até se terem recolhido todos os aspectos identificados pelos participantes (participantes ‘passam’ quando não têm nada a acrescentar à listagem). Sempre que necessário o Facilitador deverá pedir aos participantes para concretizarem a sua ideia de forma sucinta e bastante concreta (evitar itens demasiado genéricos).
- Perguntar ao grupo se falta algo, se há dúvidas/esclarecimentos; verificar se há repetições (elimine-as). Caso necessário acrescentar itens.

3. [5 min] **Atribuir prioridades:**

- Cada participante pode utilizar **5 pontos** para indicar os aspectos positivos da listagem do grupo que acha mais relevantes (pode utilizar mais de um ponto para cada item da listagem, mas só tem 5 pontos para distribuir no total e tem de atribuir todos os pontos).
Nota: as bolinhas deverão ser coladas à esquerda de cada item.
- Contar os pontos atribuídos (pode ser realizado no período de reflexão individual da questão seguinte)

Fim do exercício – Facilitador ou anotador contabiliza os pontos que cada item teve e aponta numa folha os **5 mais votados**. Essa informação será inserida num *PowerPoint* no computador da sessão plenária. Guardar os registos (listagem) para posterior afixação.

3ª QUESTÃO: *Quais as medidas que podem ser tomadas no sentido de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos?*

1. [5 min] Cada participante lista/anota individualmente os aspectos/itens

2. [10 min] **Listar** as medidas que podem ser tomadas:

- Facilitador ou Anotador lista as respostas de cada participante à volta da mesa, **só 2 itens de cada vez**, passando ao participante seguinte. Fazem-se as rondas necessárias até se terem recolhido todas as medidas identificadas pelos participantes ('passar' quando não há nada a acrescentar). Sempre que necessário o Facilitador deverá pedir aos participantes para concretizarem a sua ideia de forma sucinta e bastante concreta (evitar itens demasiado genéricos).
- Perguntar ao grupo se falta algo, se há dúvidas/esclarecimentos; verificar se há repetições (elimine-as). Caso necessário acrescentar itens.

3. [5 min] **Atribuir prioridades:**

- Cada participante pode utilizar **5 pontos** para indicar as medidas da listagem do grupo que acha mais relevantes (pode utilizar mais de um ponto para cada item da listagem, mas só tem 5 pontos para distribuir no total e tem de atribuir todos os pontos). Nota: as bolinhas deverão ser coladas à esquerda de cada item.
- Contar os pontos atribuídos

Fim do exercício – Facilitador ou anotador contabiliza os pontos que cada item teve e aponta numa folha os **5 mais votados**. Essa informação será inserida num *PowerPoint* no computador da sessão plenária. Guardar os registos (listagem) para posterior afixação.

- Entrega das fichas de avaliação
- Nomeação do porta-voz do grupo

Coffee Break

[20 min]

- Os cartazes de cada grupo são afixados no local onde será feita a votação final
- Termina-se a tarefa de passar para o computador os resultados que foram anotados nas folhas no final de cada questão (5 mais votados)

C – Apresentação e atribuição de prioridades em sessão plenária

[60 min]

1. Apresentação dos principais resultados: [30 min]

- Cada grupo designará um porta-voz que apresenta os 5 itens mais votados pelo seu grupo em cada questão (já disponíveis num *PowerPoint*)

2. Debate [15 min]

3. Votação final:

- Cada participante pode utilizar **10 pontos** para indicar os itens da listagem de todos os grupos, que acha mais relevantes (pode utilizar mais de um ponto para cada item da listagem, mas só tem 10 pontos para distribuir no total, por questão e tem de atribuir todos os pontos). Nota: as bolinhas deverão ser coladas do **lado direito** de cada item.
- Contar os pontos atribuídos – indicar por ordem de importância (1º corresponderá ao item com maior número de pontos)

Avaliação

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve Questões Significativas sobre a Gestão da Água Fórum de Participação Pública Ficha de avaliação

Esta ficha destina-se à avaliação deste Fórum de Participação Pública pelos participantes, salientando-se a importância do seu preenchimento como contributo para a melhoria da organização de iniciativas desta natureza, bem como da sua eficácia e eficiência, e, conseqüentemente, para o incremento da prática de cidadania activa em processos de planeamento.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Que tipo de entidade representa?

Assinale com x a(s) resposta(s) adequada(s)

Entidade Pública	
Entidade Privada	
Associação Sectorial	
Associação Local	
Associação de Defesa do Ambiente	
Outra Qual? _____	

2. DIVULGAÇÃO DO FÓRUM

2.1. Indique, por favor, o grau de acordo com as afirmações que se seguem

1= Discordo Totalmente e 5= Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Divulgação do Fórum					
Foram utilizados os meios adequados para a divulgação					
Foi feita uma divulgação atempada					
Os materiais utilizados para a divulgação tinham uma linguagem clara e eram apelativos					
A entrevista prévia contribuiu para o sucesso do Fórum					

2.2. Como teve conhecimento da realização deste Fórum?

Assinale com x a(s) resposta(s) adequada(s)

Ofício	
Fax	
Email	
Internet	
Boletim Informativo	
Imprensa	
Outro	
Qual? _____	

3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FÓRUM

3.1. Indique, por favor, o grau de acordo com as afirmações que se seguem

1= Discordo Totalmente e 5= Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Organização e Desenvolvimento do Fórum					
Esteve bem organizado					
Foi positivo o trabalho desenvolvido pela equipa responsável pela organização, em termos de coordenação e articulação das várias actividades propostas					
A metodologia utilizada no Fórum foi transmitida claramente					
O tempo foi bem distribuído entre as diversas actividades					
A metodologia adoptada viabilizou a interactividade entre os participantes e contribuiu para atingir os objectivos deste evento					
Foi interessante e positivo trabalhar em grupo					
A participação no Fórum foi estimulante					
Houve oportunidade para referir as minhas opiniões em todas as fases do Fórum					
As minhas opiniões estão reflectidas nas principais conclusões que resultaram do Fórum					

3.2. O que gostou mais e o que gostou menos?

Atribua uma numeração de 1 (menos) a 5 (mais)

Sessão de Abertura	
Sessões de Trabalho em Grupo	
Sessão Plenária	
Sessão de Encerramento	
Outro	
Qual? _____	

4. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ACTIVA

4.1. Indique, por favor, o grau de acordo com as afirmações que se seguem

1= Discordo Totalmente e 5= Concordo Totalmente	1	2	3	4	5
Participação Pública Activa					
Este tipo de iniciativas tem interesse para o público em geral					
Deveriam ser implementados mais eventos que viabilizem a participação activa do cidadão					
Gostaria de participar noutro Fórum com estas características					

4.2. Já tinha participado em alguma iniciativa de participação pública?

Se SIM, assinale com x a(s) resposta(s) adequada(s)

Sessões de Participação Pública	
Audiências Públicas	
Fóruns de Participação Pública	
Comissões de Acompanhamento	
Outro	
Qual? _____	

Se NÃO, assinale com x a(s) resposta(s) adequada(s)

Nunca me interessou	
Nunca tive conhecimento de eventos desta natureza	
Gostaria de ter participado noutras ocasiões, mas não foi possível por razões diversas (horários incompatíveis, distância dos locais dos eventos, dificuldade de acesso aos meios de participação, etc...)	
Outro	
Qual? _____	

5. SUGESTÕES

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

Votações das Sessões em Trabalho de Grupo

Questão 1 - Quais os principais problemas do Algarve no domínio dos recursos hídricos?

Quadro G1 – Votações do Grupo 1 para a Questão 1

Problemas	V. Grupo	V. Plenário
Falta de manutenção de linhas de água	0	0
Ineficiência dos processos de participação pública	0	1
Reestruturações sucessivas dos Serviços da Administração	0	1
Falta de investimentos e recursos humanos na gestão dos recursos hídricos	0	0
Elevado preço da água tratada	2	1
Contaminação de nitratos na Campina de Faro	0	1
Proibição da utilização da água subterrânea para rega	1	1
Falta de conhecimento da quantidade de água doce	2	3
Deficiente qualidade da água salgada e doce	3	2
Perdas nas redes públicas e desperdício nos sistemas de rega	6	6
Falta de conhecimento do funcionamento do sistema hídrico (superficiais e subterrâneas)	6	2
Desarticulação entre os instrumentos de Ordenamento do Território e o conhecimento entre si	4	1
Os utilizadores não dão o devido valor ao recurso água	2	2
Falta de visão estratégica na gestão integrada do recurso	3	9
Má utilização do recurso a nível individual e institucional	3	3
Perda de biodiversidade	2	4
Poluição difusa nos sistemas agrícolas	1	5

Quadro G2 – Votações do Grupo 3 para a Questão 1

Problemas	V. Grupo	V. Plenário
Escassez de água associada à sazonalidade turística	3	6
Pressão urbanística na zona costeira	2	8
Perdas das redes de abastecimento para os vários usos	3	11
Falta de gestão integrada entre as várias origens	4	12
Falta de saneamento no interior algarvio	1	6
Intrusão salina	2	3
Sobre - exploração dos aquíferos	2	0
Efeito das infra-estruturas (ex. barragens) no regime fluvial	1	1
Escolha das espécies vegetais não adequadas à Região	1	4
Conflito de interesses quanto à utilização de água residual tratada	2	0
Sobreposição da legislação e jurisdição sobre as linhas de água	1	0
Escassez de água em quantidade e qualidade	2	0
Não utilização de água reutilizada devido ao preço	2	3
Má gestão do território que conduz a má gestão dos recursos hídricos	2	9
Ocupação de zonas inundáveis	2	7
Falta de hierarquização em relação aos usos	5	2

Quadro G3 – Votações do Grupo 5 para a Questão 1

Problemas	V. Grupo	V. Plenário
Despedício de água nas diversas actividades	1	3
Perdas de água nos sistemas de transporte e distribuição	5	6
Espécies vegetais nos jardins públicos desadequados à região	3	3
Falta de acções de sensibilização	2	1
Falta de "dar o exemplo" por parte dos municípios	4	5
Baixa quantidade de água disponível	3	2
Falta de capacidade de armazenamento da água	3	13
Falta de delimitação da LMPMAE (a 100 anos)	1	2
Baixa qualidade de água (salinidade/poluição)	6	3
Baixa reutilização de águas residuais tratadas	6	14
Avanço do mar	1	2

Quadro G4 – Votações do Grupo 6 para a Questão 1

Problemas	V. Grupo	V. Plenário
Falta de reflorestação mediterrânica e aplicação de boas práticas	5	12
Perda de biodiversidade	2	0
Falta de transvases	1	3
Falta de ordenamento na faixa costeira	3	0
Falta de fiscalização	1	0
Erosão costeira	1	1
Falta de dragagem da Ria Formosa	5	21
Lacunas no inventário dos recursos hídricos	5	1
Não haver previsão de necessidades a longo prazo	4	12
Falta de identificação de medidas associadas à segurança de infra-estruturas	2	0
Existência de indústrias poluidoras na Ria Formosa - bivalves e peixes	0	0
Falta de galerias ripícolas naturais	1	3
Falta informação sobre a eficácia do consumo de água	4	7
Desperdício de água (incluindo sistemas)	1	2

Questão 2 - Quais os principais aspectos positivos do Algarve no domínio dos recursos hídricos?

Quadro G5 – Votações do Grupo 1 para a Questão 2

Aspectos Positivos	V. Grupo	V. Plenário
Paisagem e sistemas ecológicos de extraordinário valor	7	10
Melhorar a forma como as pessoas e instituições valorizam os recursos hídricos	2	7
Aumento da taxa de cobertura no abastecimento	6	5
Aumento da qualidade no abastecimento	3	3
Existência de um Plano Director Regional de recolha e tratamento	5	2
Aumento da taxa de cobertura em alta	0	2
Disponibilidade do recurso água	1	0
Potencial de exploração da linha de costa	1	4
Elevada qualidade da maioria dos ecossistemas	5	2
Elevada capacidade de recuperação da maioria dos ecossistemas	2	1
Maior exigência do utilizador para a qualidade do recurso	2	3
Boa expectativa na nova organização da gestão	1	1
Visibilidade do recurso água face ao seu valor turístico	0	2

Quadro G6 – Votações do Grupo 3 para a Questão 2

Aspectos Positivos	V. Grupo	V. Plenário
Paisagem diversificada para vários aproveitamentos	2	5
Diversidade das massas de água para usufruto da população e visitantes	7	8
Áreas protegidas	6	13
Existência de água em quantidade no sotavento litoral	2	0
Clima e proximidade do mar tem potencialidades para resolver problemas de escassez	8	9
Potencialidade para energias eólicas e solar	2	5
Bom sistema de distribuição de água associada á melhoria da qualidade da água	8	16

Quadro G7 – Votações do Grupo 5 para a Questão 2

Aspectos Positivos	V. Grupo	V. Plenário
Precipitação razoável	5	8
Constituição geológica do Algarve	5	16
Os agricultores serem utilizadores eficientes	2	5
Estruturas criadas de armazenamento e distribuição ao público	3	6
Discussão e o planeamento em curso	3	8
Níveis de atendimento e qualidade do serviço de abastecimento e de drenagem	4	11
Possibilidade de aumentar armazenamento/aproveitamento águas superficiais	2	1
Aumento da monitorização e do tratamento das águas residuais	4	6
Maior necessidade de rega coincide com período de maior produção de efluentes	6	11

Quadro G8 – Votações do Grupo 6 para a Questão 2

Aspectos Positivos	V. Grupo	V. Plenário
Taxa média de precipitação anual - Boa	1	2
Existência de zonas húmidas costeiras	1	5
Proximidade dos órgãos de decisão e dos decisores da região	2	5
Turismo	2	0
Existência de barragens	1	9
Rede de rega	4	0
Rede de tratamento e distribuição de água potável	8	7
Boa qualidade das origens superficiais	6	2
Boa avifauna na Ria Formosa	0	0
Potencial turístico da Ria Formosa e outras zonas húmidas	5	17
Disponibilidade de água subterrânea	2	0
Potencial de reutilização de águas pluviais e residuais	1	11
Faixa costeira extensa e grande área de águas territoriais	2	2
Existência de alguma inventariação dos recursos hídricos	0	0

Questão 3 - Quais as medidas que podem ser tomadas no sentido de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos?**Quadro G9 – Votações do Grupo 1 para a Questão 3**

Medidas	V. Grupo	V. Plenário
Ações de sensibilização para formação da consciência do valor dos recursos hídricos	2	7
Financiamento para melhoria dos sistemas	4	3
Reactivação das captações municipais para rega, lavagem e outros usos	5	1
Criação de projectos - piloto com a UALG para distribuição de água para rega	0	1
Investimentos nos estudos de caracterização do sistema	6	3
Integração de dados ambientais e hídricos nos instrumentos de Ordenamento do Território	0	0
Criação de contratos programa plurianuais para a gestão dos recursos hídricos	1	1
Monitorização dos recursos hídricos	3	2
Fiscalização dos recursos hídricos	1	2
Reutilização da água residual	3	1
Gestão participada dos recursos hídricos	7	10
Levantamento de pontos de perda e desperdício nas redes	2	3

Quadro G10 – Votações do Grupo 3 para a Questão 3

Medidas	V. Grupo	V. Plenário
Sensibilização para a utilização sustentável da água	4	12
Práticas ambientais na agricultura	2	2
Divulgação pública dos dados quantitativos/qualitativos dos recursos hídricos	1	2
Hierarquizar os usos de água quanto à sua utilização em período de escassez	4	8
Incentivar o uso de água residual tratada	3	17
Incentivar o uso de água dos perímetros de rega	0	2
Restrição de ocupação do solo fundamental para recarga de aquíferos	4	4
Tratamentos de águas pluviais	2	2

Quadro G11 – Votações do Grupo 5 para a Questão 3

Medidas	V. Grupo	V. Plenário
Gestão integrada dos recursos hídricos subterrâneos / superficiais / residuais	1	11
Reutilização como alternativa à poluição das massas de água	6	11
Criação de equipas de fiscalização e sensibilização	2	2
Aumentar a capacidade de armazenamento das águas superficiais	5	4
Acções de formação junto dos vários utilizadores	4	5
Ordenamento de reflorestação da serra	4	10
Manter um sistema de vigilância dos incêndios	1	1
Elaboração de procedimentos de segurança para as infra - estruturas hidráulicas	2	0
Manutenção e modernização dos sistemas de transporte	1	2
Inventário de todas as captações	2	6
Manutenção de boas práticas agrícolas	5	5
Tratamento de efluentes agro-industriais	4	4

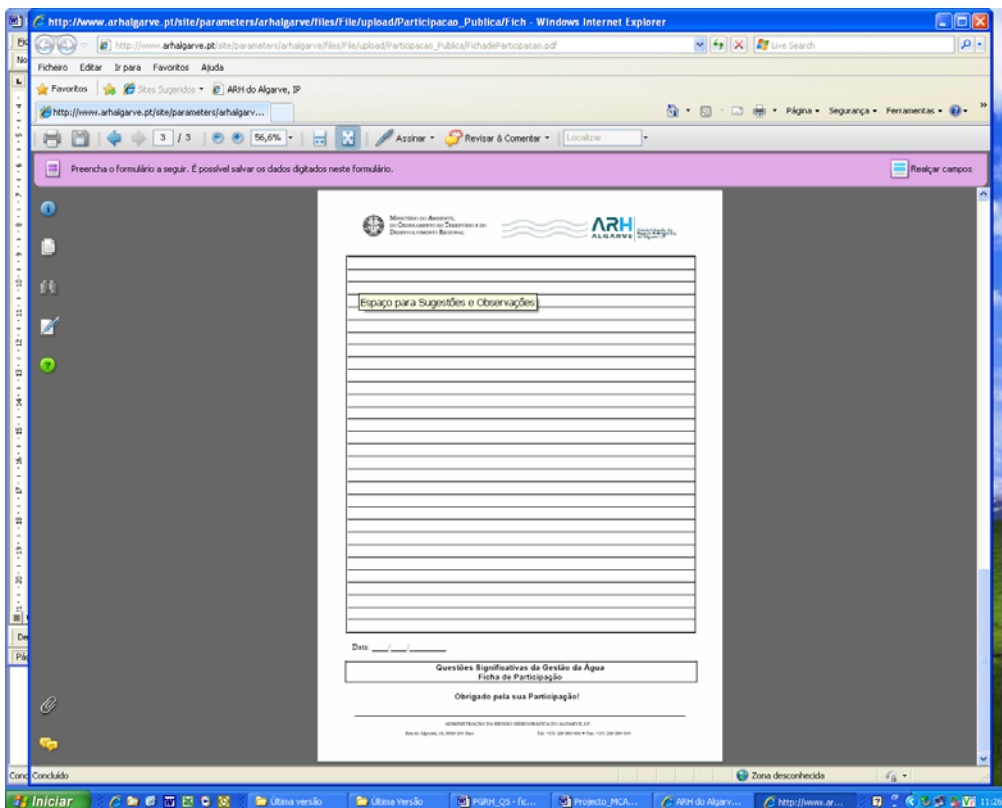
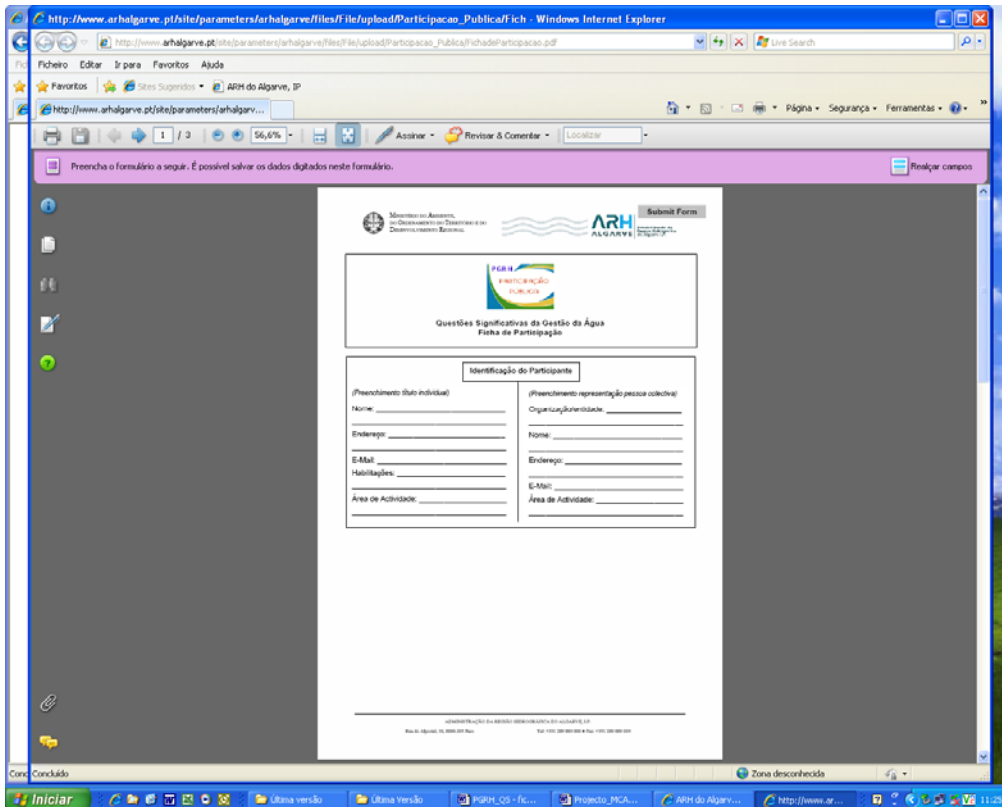
Quadro G12 – Votações do Grupo 6 para a Questão 3

Medidas	V. Grupo	V. Plenário
Plano de reflorestação	4	8
Aumentar a capacidade de armazenagem e criar rede de barragens	4	6
Previsões com base em dados meteorológicos com histórico mínimo 100 anos	2	7
Previsão das necessidades hídricas para todos os usos	5	10
Cadastro completo e actualizado das captações de água subterrânea	2	1
Fiscalização sobre as captações de água subterrânea	2	1
Limpeza do Porto de Pesca de Olhão	0	1
Plano de dragagens para a Ria Formosa	6	20
Monitorizar e otimizar consumos e educar o consumidor	6	1
Fornecer aos consumidores indicadores de performance do consumo água	2	2
Aumento da rede de rega com a adução de águas tratadas	0	1
Mais investimento na gestão integrada dos recursos hídricos	2	0

ANEXO H

Consulta Pública

Ficha de Participação Pública *On Line*



ANEXO I

Fotografias

da Sessão e Fórum de Participação Públicas

Sessão de Participação Pública



Fórum de Participação Pública

